

**Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

LAURA ROSELI PAEL DUARTE

**ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS**

Dourados-2018

Universidade Federal da Grande Dourados
Faculdade de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

LAURA ROSELI PAEL DUARTE

**ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia, na área de concentração em Antropologia Sociocultural.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D812a Duarte, Laura Roseli Pael
Arqueologia e a preservação do patrimônio cultural : educação patrimonial em Alcinópolis-MS / Laura Roseli Pael Duarte. –2018. 144 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Beatriz dos Santos Landa.
Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

1. Arte rupestre – Alcinópolis, MS. 2. Patrimônio cultural. 3. Educação – Aspectos culturais. 4. Educação patrimonial. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

LAURA ROSELI PAEL DUARTE

**ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGAnt/UFGD

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e orientadora:

Beatriz dos Santos Landa (Dra. UEMS/UFGD) _____

2º Examinadora:

Emília Mariko Kashimoto (Dra. UFMS) _____

3º Examinador:

André Luiz Ramos Soares (Dr. UFMS) _____

A meu esposo Ramão, por toda compreensão e apoio.

Aos meus filhos amados Renan e Lara,

por todo amor e compreensão nos

momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta dissertação, quero expressar toda a minha gratidão a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização desta pesquisa. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês!

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por toda a paz, força e sobretudo, por ter colocado pessoas maravilhosas em meu caminho.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Beatriz Landa, pelos ensinamentos, pelo exemplo que é de pesquisadora que me acolheu com todo carinho, pelo incentivo e confiança em mim, em todos os momentos difíceis desta jornada.

À Prof^a Dr^a Emília Mariko Kashimoto, pelo carinho, pelas sugestões e principalmente por ter me dado condições institucionais para eu desenvolver esse trabalho.

Ao Prof^o Dr^o André Luiz Ramos Soares, por sua valiosa contribuição durante o exame de qualificação.

Aos meus familiares (mãe Lucila e vó Pompea) e a minha irmã (Rose), meus sobrinhos (Tai e Lucca) e cunhado (Edi) que sempre me motivaram e estiveram ao meu lado.

Aos amigos de trabalho do Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq-UFMS), pelo apoio e carinho. Agradeço especialmente à Duani, João Romário e Lia.

A minha amiga Marlene e Thaianne, pelo companheirismo, pela torcida e troca de experiência ao longo dessa jornada.

Aos profissionais de Alcinópolis com quem pude aprender e compartilhar experiências nessa trajetória, principalmente: aos professores, coordenadores, técnicos e diretores da Secretaria de Educação, Secretaria de Meio Ambiente, Câmara Municipal e Prefeitura de Alcinópolis/MS. Ao Vereador Marcão e Dalma pela acolhida. Ao amigo Furquim e o Sr. Elisberto meu obrigado.

"Pedras no caminho? guardo todas. Um dia vou construir um castelo"
Fernando Pessoa

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo compreender a percepção local, assim como as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação em conjunto com as escolas e educadores/as do ensino formal, órgãos públicos, acerca da educação patrimonial como instrumento de alfabetização cultural, na preservação do patrimônio arqueológico do município Alcinópolis, intitulada “A Capital Estadual da Arte Rupestre”. A metodologia utilizada foi à realização de levantamento bibliográfico e documental, oficinas e aplicação de questionários. Os questionários foram aplicados junto a diversos segmentos da sociedade de Alcinópolis, tais como: funcionários/as da administração pública municipal e estadual, professores/as e diretores/as de escolas. O estudo apresentado objetivou contribuir no levantamento das ações de educação patrimonial realizadas no município de Alcinópolis/MS, buscando identificar a percepção de agentes culturais sobre patrimônio cultural visando subsidiar reflexões acerca da relação local com o seu patrimônio cultural.

Palavras-Chave: Arqueologia; Arte Rupestre; Patrimônio; Educação Patrimonial

ABSTRACT

The purpose of this dissertation was to understand the local perception, as well as the actions developed by the Secretariat of Education with the schools and educators of the formal education and public agencies about heritage education as an instrument of cultural literacy, in the preservation of the patrimony archaeological site of Alcinópolis, entitled "The State Capital of the Rupestrian Art" and to support reflections on the representations of rock art, on the cultural processes of local prehistoric societies, and on the relationship between man and the environment, in the past and present, with a view to the process of local identification with archaeological patrimony. The methodology used was to perform a bibliographical and documentary survey, workshops and questionnaires. The questionnaires were applied to several segments of society in Alcinópolis, such as: municipal and state public administration officials, teachers and school principals, primary and secondary school students in public, municipal, and state schools. The present study aimed to contribute to the survey of patrimonial education actions carried out in the city of Alcinópolis/MS, seeking to identify the perception of cultural agents about cultural heritage in order to subsidize reflections about the local relation with their cultural heritage.

Keywords: Archeology; Rock Art; Patrimony; Patrimonial Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – ARQUEOLOGIA E ARTE RUPESTRE	
1.1 Um breve histórico da arqueologia no Brasil.....	23
1.2 Panorama do povoamento humano Pré-Histórico no Brasil.....	30
1.3 Arte rupestre no Brasil e Centro Oeste brasileiro.....	36
1.4 Considerações acerca da arte rupestre em Mato Grosso do Sul.....	46
1.5 Arqueologia e arte rupestre em Alcinópolis/MS.....	50
CAPÍTULO II – MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E LEGISLAÇÃO	
2.1 Conceitos de Memória e Patrimônio.....	57
2.2 Perspectiva Histórica do Patrimônio.....	61
2.3 Legislação de proteção do Patrimônio Cultural e Arqueológico	66
2.4 Gestão e políticas públicas do Patrimônio Cultural e as ações realizadas no município de Alcinópolis/MS.....	78
2.5 Parque Municipal Templo dos Pilares e Monumento Serra do Bom Jardim de Alcinópolis e o ICMS Ecológico	83
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS	
3.1 Educação Patrimonial, histórico e metodologia.....	89
3.2 Educação patrimonial: importância da interdisciplinaridade nos currículos escolares.....	95
3.3 Arqueologia inserida no contexto da Educação Patrimonial.....	98
3.4 Educação Patrimonial em Alcinópolis/MS.....	100
3.5 1º Encontro de Formação de Educadores em Arqueologia e Arte Rupestre de Alcinópolis/MS.....	101
3.6 Contexto da pesquisa.....	106
3.7 Projeto: Alcinópolis em ação: conhecendo para preservar.....	116
3.8 Resultados e discussões das entrevistas.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS.....	133

LISTA DE FIGURA

Figura 1:	Pontas Clóvis.....	31
Figura 2:	Mapa das rotas possíveis do povoamento humano na América.....	32
Figura 3:	Sítio Boqueirão da Pedra Furada, Piauí.....	34
Figura 4:	Sítio arqueológico onde foi localizado o crânio de Luzia.....	35
Figura 5:	Reconstituição do crânio de Luzia.....	35
Figura 6:	Distribuição das tradições rupestre no território brasileiro.....	39
Figura 7:	Parque Nacional da Serra da Capivara – PI.....	43
Figura 8:	Bicromia na Tradição Planalto, ocorre apenas ao norte da região arqueológica de Lagoa Santa.....	44
Figura 9:	Cartografia dos sítios arqueológicos da Cidade de Pedra (Rondonópolis/MT).....	45
Figura 10:	Cidade de Pedra – Rondonópolis/MT.....	46
Figura 11:	Lajedos Corumbá/MS.....	48
Figura 12:	Sítio arqueológico Alto Sucuriú 12 (AS12)	50
Figura 13:	Templo dos Pilares em Alcinópolis/MS.....	55
Figura 14:	Imagens “Mulher em trabalho de parto” “Mão Humana” “Pata da Onça”	76
Figura 15:	Símbolo oficial.....	77
Figura 16:	Sinalização e informações dos sítios arqueológicos.....	86
Figura 17:	Placas de informações dos sítios e da fauna.....	87
Figura 18:	Passarela em torno do sítio Templo dos Pilares.....	87
Figura 19:	Diagrama adaptado referente ao uso educacional do Patrimônio Cultural.....	92
Figura 20:	Etapas metodológicas.....	93
Figura 21:	1º Encontro de Formação de Educadores em “Arqueologia e Arte Rupestre” de Alcinópolis/MS.....	103
Figura 22:	Palestras sobre Arqueologia e Educação Patrimonial.....	103
Figura 23:	Visita técnica no sítio Templo dos Pilares.....	104
Figura 24:	Oficina de Educação Patrimonial.....	104
Figura 25:	Vista aérea do município de Alcinópolis.....	108
Figura 26:	Visita da E. C. de Educação Infantil e da E. Miguel Antônio de Moraes.....	118

Figura 27:	Visita no sítio Templo dos Pilares e Casa de Pedra do Centro de Convivência da Melhor Idade e Escola Municipal Alcino Carneiro.....	119
------------	---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Características das tradições rupestres no Brasil.....	40
Tabela 2:	Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN/MS, do município de Alcinópolis.....	51
Tabela 3:	Ações e projetos desenvolvidos pelo Poder Público do município de Alcinópolis entre os anos de 2015/2016.....	81
Tabela 4:	Instituições participantes.....	114
Tabela 4:	Lista de Patrimônio material e imaterial.....	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Portarias de pesquisa emitidas pelo IPHAN, entre os anos de 1991 a 2016.....	29
Gráfico 2:	Nível de conhecimento dos professores sobre a Arqueologia e Arte Rupestre.....	109
Gráfico 3:	Sítios arqueológicos visitados pelos professores.....	110
Gráfico 4:	Título Capital Estadual da Arte Rupestre, ações do poder público de Alcinópolis.....	110
Gráfico 5:	Projeto Político Pedagógico e Educação Patrimonial.....	111
Gráfico 6:	Projeto de Educação Patrimonial em Alcinópolis.....	112
Gráfico 7:	Tipos de Patrimônio Cultural do município de Alcinópolis.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONVIVER	Centro de Convivência da Melhor Idade
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DPHAN	Departamento do Patrimônio Artístico Nacional
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IAP	Instituto Anchieta de Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestação de Serviços
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IMASUL	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MUARQ	Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPAMS	Programa Pesquisas Arqueológico de Mato Grosso do Sul
PPGANT	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PRONAPABA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
RIMA	Relatório de Estudo Ambiental
SAB	Sociedade Brasileira de Arqueologia
SEMUDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SEC/MEC	Secretaria de Educação e Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

3. INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial em Alcinoópolis/MS”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), teve como objetivo compreender a percepção local, assim como as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação em conjunto com as escolas e educadores/as do ensino formal, órgãos públicos, acerca da educação patrimonial como instrumento de alfabetização cultural e preservação do patrimônio arqueológico do município Alcinoópolis, intitulada “A Capital Estadual da Arte Rupestre”. Visou também subsidiar reflexões acerca das representações da arte rupestre, dos processos culturais das sociedades pré-históricas locais, e a relação do homem-meio ambiente, no passado e no presente, com vistas ao processo de identificação local com o patrimônio arqueológico. Objetivou-se, ao mesmo tempo, promover a ampliação da percepção dos/as professores/as e gestores públicos, acerca da importância da valorização e conservação do patrimônio cultural e arqueológico.

Em Mato Grosso do Sul, as pesquisas arqueológicas iniciaram-se mais tardiamente do que em outros estados litorâneos foi somente na década de 1970 que aconteceram as primeiras iniciativas acadêmicas voltadas no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Centro-Oeste do Brasil. Com relação a arte rupestre, o estudo pioneiro no estado de Mato Grosso do Sul, segundo Martins & Kashimoto (2012, p. 36), foi efetuado pelo professor José Afonso Moraes Bueno Passos, que concentrou suas análises nas gravuras no município de Corumbá, que foi objeto de sua tese de livre-docência no ano de 1975.

Na região nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, as datações remontam a 12.000 anos, segundo os arqueólogos Gilson Martins e Emília Kashimoto.

O sítio arqueológico Alto Sucuriú 12 (AS12 ou MS.PA.02 – “Casa de Pedra” constitui numa referência incontestada para a análise dos mais antigos caçadores-coletores da pré-história do Brasil Central. O local foi inicialmente identificado, no final da década de 1980, por pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS-UFMS. Na ocasião essa equipe realizou, no salão número um desse sítio, a escavação de um poço de sondagem de dimensões 1,50 m x 1,50 m, atingindo a profundidade de 1,90 m. Nessa sondagem foram coletadas amostras de carvão entre as profundidades 1,30 e 1,50 m, as quais forneceram, respectivamente, as datações 10.090±70 A.P. (Beta-22634), 10.480±70 A.P. (Beta-47240) e 10.340±110 A.P. (Beta-22635), conforme Silva (1986) e Veronese (1994) (MARTINS & KASHIMOTO, 2012, p.119).

O projeto “Inventário, Avaliação e Medidas de Conservação, Preservação, Divulgação e Gestão do Patrimônio Arqueológico de Arte Rupestre do Estado de Mato Grosso do Sul” desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), registrou 80 sítios arqueológicos, dispersos em vários municípios de Mato Grosso do Sul. Os grafismos levantados no inventário estão presentes nos municípios de Aquidauana, Ladário, Corumbá, Coxim, Alcinópolis, Costa Rica, Chapadão do Sul, Pedro Gomes, Paranaíba, Rio Negro, Rio Verde, Corguinho, Jaraguari, Maracaju, Jardim e Antônio João (AGUIAR, 2014).

O município de Alcinópolis é destaque no cenário da arqueologia regional por apresentar o maior número de sítios já registrados com arte rupestre no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Aguiar (2014, p. 14), o município de Alcinópolis possui atualmente 24 sítios arqueológicos com arte rupestre cadastrados no IPHAN, contudo esse número pode aumentar conforme avançarem as pesquisas, devido ao potencial arqueológico da região.

O sítio Templo dos Pilares, localizado em Alcinópolis, por ter uma geomorfologia singular e monumental, tornou-se o sítio mais emblemático no estado dando ao município o título de “Capital Estadual da Arte Rupestre”. Através de iniciativas da prefeitura foram implantados parques naturais, com o objetivo de preservação desses sítios segundo Aguiar (2012, p. 36):

O município de Alcinópolis é um caso a parte, devido à enorme quantidade de sítios de arte rupestre e à variedade de estilos. Por conta disso, o município vem sendo chamado de “capital da arte rupestre”, título que a prefeitura ostenta com orgulho. Por iniciativa municipal, foram implantados parques naturais, que têm entre seus objetivos a preservação dos sítios de arte rupestre. O principal desses parques relacionados à arte rupestre é o chamado Templo dos Pilares, enorme abrigo onde ocorre a maior concentração de arte rupestre em um mesmo sítio arqueológico em todo Mato Grosso do Sul.

No ano de 2016, a equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados, sob a coordenação do Professor Rodrigo Aguiar, fez o primeiro trabalho de escavação e datação no município de Alcinópolis, no sítio Templo dos Pilares. As datações radiocarbônicas, estabeleceram a primeira proposta cronológica das pinturas e gravuras rupestres do município de Alcinópolis com cerca de 10.000 anos e 8.000 anos atrás, conforme descreve Aguiar, (2016, p. 33-34):

Com base nas evidências podemos dizer com absoluta certeza que o Templo dos Pilares foi primeiramente frequentado por povos caçadores e coletores, pré-ceramistas, que se estabeleceram na região entre 10 mil e 8 mil anos atrás [...]. Os humanos deste período preferiam ocupar os abrigos que ocorrem em grande número na cadeia de montanhas que se debruça sobre uma vasta planície que viria a ser o

Pantanal. Tais abrigos naturais eram convertidos em espaços humanos por intermédio de pinturas parietais que representavam elementos do ecossistema e outras categorias de destaque na cosmologia daqueles grupos.

As pesquisas realizadas neste município, que podem ser consideradas iniciais, trouxeram informações importantes, no contexto arqueológico do município e regional. Contudo é necessário, devido a relevância científica e cultural dos sítios, políticas de preservação, conservação e promoção desse patrimônio cultural e natural.

A primeira iniciativa na defesa do patrimônio arqueológico no Brasil ocorreu em 1920, e consagrado na década de 30, com a criação do órgão institucional Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Alberto Childe, na década de 30 era o presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro e foi incumbido de preparar um anteprojeto de lei, que voltasse para a defesa do patrimônio arqueológico, recomendando a desapropriação de áreas onde estivessem esses bens. Entretanto na época a proposta não foi aprovada pelo Congresso, visto que esta ação poderia requerer a nacionalização de propriedades privadas (CARVALHO; FUNARI, 2009, p. 134).

Mas foi somente a partir da Lei nº. 3.924 de 26 de junho de 1961, que fica estabelecido que o patrimônio arqueológico nacional é um bem público, devendo ser protegido.

Paulatinamente, a legislação vem sendo ampliada, e no ano de 1986, a Resolução CONAMA nº. 001, à semelhança de outros dispositivos legais, observa a necessidade de efetiva salvaguarda do patrimônio arqueológico em áreas sujeitas a impactos ambientais:

Art. 6º. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise de recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto.

(...) c) o meio socioeconômico, o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-econômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II. Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição do ônus e benefícios sociais.

III. Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV. Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados (IPHAN, 2010).

A Constituição Federal de 05 de outubro 1988, que é a principal lei de proteção brasileira de proteção do patrimônio arqueológico. Os artigos 20 e 23, afirmam são bens da união:

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

[...]

Artigo 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

Com isso, as atividades de pesquisa arqueológica no Brasil foram regulamentadas por meio da Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010).

Dentro dessa perspectiva, em 17 de dezembro de 2002, o Ministério da Cultura, por intermédio do IPHAN, em complemento a Resolução do CONAMA nº 01, instituiu a Portaria nº 230, que disciplina os estudos arqueológicos no âmbito dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os respectivos Relatórios de Estudos Ambientais (RIMA).

Art. 1º - Nesta fase dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo (IPHAN, 2010).

Com as EIA/RIMA, as pesquisas arqueológicas necessitam de acompanhamento de vários tipos de análises e fases, que são: triagem, registro, acondicionamento e entre estes a educação patrimonial, que devem ser reveladas para a comunidade por meio da sensibilização sobre a relevância da preservação do Patrimônio, como parte da história e do cotidiano dos cidadãos.

O Brasil apresenta um rico patrimônio cultural, apesar disso a maior parte da população desconhece sua existência e a importância do cuidado com suas heranças culturais. Dentro desta perspectiva, a ampliação do conceito de patrimônio ocorreu efetivamente através da constituição de 1988, e mais tarde com o estabelecimento dos instrumentos de preservação do patrimônio imaterial, inventário e registro, através do Decreto 3.552 de 04 de agosto de

2000, que favoreceu a construção de um acervo diversificado de expressões culturais. Com isso, as atividades educativas que enfatizam a importância e a preservação das heranças culturais, despertaram a atenção dos órgãos responsáveis a incluíram a educação patrimonial no desenvolvimento da gestão do patrimônio cultural.

De acordo com a constituição Federal, em seu artigo 216, caracteriza o patrimônio cultural:

Constitui Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nas quais incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, de fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1998, art. 216).

Ao pensarmos em um ponto de partida, em relação ao início da educação patrimonial no Brasil, remetemos para o Guia Básico de Educação Patrimonial, organizado pelo Museu Imperial e o Instituto do Patrimônio Histórico de 1999, que era voltado a tratar efetivamente do tema (HORTA et al.,1999). Este Guia foi criado como um manual voltado para auxiliar os professores/as, museólogos/as, arquivistas, bibliotecários/as entre outros na execução das atividades educativas voltadas para o patrimônio.

Portanto, a metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural/ambiental. Todo Programa de Educação Patrimonial deve ser elaborado tendo em vista as necessidades das comunidades envolvidas, definindo-se a Educação Patrimonial como:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 04).

A educação patrimonial consiste em promover e despertar o aprendizado nos alunos, de forma que sensibilize o interesse no processo cultural e suas manifestações, resolvendo questões significativas na sua vida, pessoal e coletiva.

Para Soares (2003) a educação patrimonial pode ser definida como o ponto de convergência entre preservação, conservação e valorização cultural, esta metodologia tornou-se uma alternativa de enriquecimento cultural, promovendo uma transformação na forma de se tratar a cultura, buscando rever e aprimorar as formas de devolução do conhecimento científico para o público em geral. O indivíduo precisa compreender sua importância no processo sócio-cultural-ambiental em que está inserido e perceber uma mudança positiva no seu relacionamento com o Patrimônio Ambiental/Cultural.

Portanto, a partir dos pressupostos teóricos, a educação patrimonial apresenta-se como uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões referentes ao patrimônio cultural. Ela abrange, todos os níveis escolares, desde a inclusão de temáticas e conteúdos que abordem, sobre o conhecimento e a conservação do Patrimônio, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e para a comunidade em geral, objetivando que sejam divulgadas informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitar e despertar, nos indivíduos, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema (LIMA, 2005, p.12).

Atualmente, o artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enfatiza que a parte diversificada dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para os estados e municípios, na divulgação do acervo cultural (ORÍ, 2004). Assim sendo, os pressupostos teórico-metodológicos da educação patrimonial usam os lugares e os suportes da memória (arquivos, museus, monumentos históricos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos alunos e cidadãos para a importância da conservação desses bens culturais.

A Educação Patrimonial contribui com rompimento das práticas segregacionistas, procurando resgatar valores dos grupos sociais em torno dos bens patrimoniais, incentivando e valorizando, novas propostas e alternativas de resguardo e ativação da memória, sejam elas naturais ou culturais (PACHECO, 2010).

Soares (2003), afirma que a sensibilização deve ser um exercício de interação do indivíduo com os bens patrimoniais da sua região. Portanto para que tenha uma melhor compreensão inicial, deve-se utilizar patrimônio concreto e vestígios que possam ser tocados e/ou percebidos pela comunidade como um todo.

Arqueologia constitui-se numa área do conhecimento que elabora interpretações sociocultural de sociedades humanas pretéritas, a partir de sua cultura material, e do modo de vida dessas sociedades, que possuem uma estreita relação com seus respectivos ambientes naturais ou habitats. Assim sendo, o conhecimento arqueológico compõe-se de um enfoque interdisciplinar, estimulando as atividades de educação patrimonial junto a grupos escolares, agregando conteúdo em diversas disciplinas, contribuindo para o processo educativo.

De acordo com Freire (2001, p. 15) a leitura da palavra é precedida da leitura do mundo e a expressividade é uma necessidade essencial do ser humano. Portanto, a Arqueologia apresenta-se como elemento subsidiário na aplicação das diretrizes da Educação Patrimonial, e tem por objeto de estudo os vestígios da cultura material de sociedades pretéritas, podendo apropriar-se, dentro da Educação Patrimonial, de métodos de ensino/aprendizagem das linguagens artísticas (desenho, pintura, oficinas de cerâmica, colagens) e da estética do cotidiano, contato com os sítios e vestígios arqueológicos da região na qual a comunidade está inserida (FREIRE, 2001, p. 15).

Desse modo, a delimitação do tema proposto nesta pesquisa, advém de minhas experiências e aprendizado no Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq/UFMS), participando na socialização do conhecimento científico, no ambiente museológico, junto a exposição de longa duração e no Espaço Lúdico-Pedagógico, assim como em oficinas de educação patrimonial nas escolas estaduais de Três Lagoas/MS.

No IV Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul, especificamente em 2010, a temática foi “A arte rupestre em Mato Grosso do Sul”, com a exposição temporária “A arte rupestre e suas resignificações pela arte contemporânea”, a qual apresentou telas produzidas por artistas sul-mato-grossenses que se basearam em referenciais das pinturas e gravuras rupestres, resignificando e reafirmando a contribuição dessas manifestações arqueológicas para se repensar uma identidade regional, fato que contribuiu para a ampliação de meu interesse nessa temática. Cabe salientar, que as reflexões e discussões empreendidas na presente pesquisa fundamentam-se na interdisciplinaridade, articulando saberes de diferentes campos de conhecimento, quais sejam: a Arqueologia, Antropologia, Educação e História.

Sobre os elementos metodológicos deste trabalho, realizei levantamento e leitura bibliográfica de assuntos relacionados ao tema da pesquisa, tais como: arqueologia, arte rupestre, legislação arqueológica, patrimônio, educação patrimonial, bem como os documentos e processos relativos à implementação da política municipal relativa ao

patrimônio arqueológico cultural produzidos e publicados pelo Órgão Gestor do município de Alcinópolis/MS, acerca das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do mesmo e no meio escolar.

Em um segundo momento foi realizada uma oficina com professores da rede pública na qual foi ministrada uma palestra sobre Arqueologia destacando os sítios de Arte Rupestre no Brasil e no município, com posterior aplicação de questionário com a perspectiva de conhecer a percepção dos/as professores/as na identificação do patrimônio de Alcinópolis, e os significados atribuídos ao mesmo, e que se tornaram os instrumentos prioritários para a produção dos dados que são apresentados e analisados neste estudo.

Assim sendo, essa dissertação está organizada em três capítulos nos quais:

O primeiro capítulo denominado “**Arqueologia e arte rupestre**” apresenta uma revisão sobre o histórico da Arqueologia e arte rupestre no Brasil, posteriormente no Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul. Cabe salientar, o enfoque dado a arte rupestre de Alcinópolis, campo desta pesquisa.

O segundo capítulo da dissertação “**Memória, patrimônio e legislação**” é dedicado a situar historicamente o conceito de patrimônio, sua trajetória no Brasil. Assim como, a legislação do patrimônio cultural e arqueológico, juntamente com a gestão cultural do município de Alcinópolis.

No terceiro e último capítulo intitulado “**Educação Patrimonial em Alcinópolis/MS**” apresento o conceito de educação patrimonial e a interdisciplinaridade do tema; a arqueologia inserida no ensino formal. Com o intuito de analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e os Órgãos gestores do município de Alcinópolis. Além de relatar as experiências educacionais desenvolvidas pelos professores do município, a partir das atividades desenvolvidas na oficina com o tema: Patrimônio, Arqueologia e Educação Patrimonial.



Foto: Laura Pacl

CAPÍTULO I

ARQUEOLOGIA E ARTE RUPESTRE

1.1 UM BREVE HISTÓRICO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

O Brasil possui uma dimensão territorial superior a oito milhões de km², contemplando as faixas ambientais que começam na zona equatorial e terminam nas subtemperadas. Dessa configuração surgem os problemas dos estudos arqueológicos no Brasil.

O número de projetos e de pesquisas arqueológicas no país, está muito abaixo do nível que atenda às necessidades exigidas ao tema segundo Martins e Kashimoto (2012). Nas pesquisas realizadas no Brasil o que predominam são hipóteses surgidas pelas pesquisas em tópicos e contextos específicos.

O começo da arqueologia brasileira se deu a partir da década 1870, devido ao grande interesse de D. Pedro II na antropologia, que contribuiu na implantação das primeiras entidades oficiais com um papel relevante para a arqueologia. O período de 1950 a 1965 é caracterizado pelos pesquisadores amadores, e o despertar das instituições oficiais como os centros universitários de pesquisas arqueológicas. Vale ressaltar conforme destaca Prous:

A palavra ‘amador’ tem, para muitos ‘profissionais’ brasileiros, uma conotação negativa, que não existe em outros países, onde estes recebem um treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais (PROUS, 1992, p. 11).

Com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos começou um movimento, com o objetivo de proteger o acervo arqueológico e proporcionar a formação de pesquisadores especializados na área. Coordenaram o movimento Luiz de Castro Farias (antropólogo do Museu Nacional), José Loureiro Fernandes (Universidade do Paraná) e Paulo Duarte

(intelectual, político), essas três personalidades conseguiram que fosse promulgada uma legislação em 1961, apesar de ser muito avançada e de aplicação difícil naquele momento, principalmente pela falta de recursos humanos (PROUS, 1992, p. 13).

Portanto a arqueologia brasileira surge dentro das universidades, a partir de campanhas preservacionistas promovidas por alguns poucos intelectuais, praticamente à margem dos projetos intelectuais mais amplos do ensino das ciências sociais no Brasil. No entanto, devido aos centros de pesquisa estarem inseridos nas universidades, a arqueologia logra do principal recurso utilizado na implantação de centros universitários no país, os especialistas estrangeiros. Devido a falta de projetos acadêmicos específicos para a arqueologia, são os especialistas estrangeiros que, cunharão as principais suposições teóricas da arqueologia brasileira e terão papel decisivo na formação das gerações de arqueólogos (BARRETO 1999).

O casal Joseph Emperaire (geógrafo) e sua esposa Annete Laming tiveram uma contribuição importante na formação dos primeiros profissionais brasileiros e nas pesquisas arqueológicas, com as primeiras datações radiocarbônicas do Brasil (PROUS, 1992).

Outros estrangeiros trabalharam no Brasil, como é o caso do casal americano Clifford Evans e Betty J. Meggers que realizaram pesquisas na foz do Amazonas, estabelecendo datações na ilha mostrando que a introdução da cerâmica no Brasil era mais antiga do que se pensava (PROUS, 1992).

Segundo o mesmo autor, os arqueólogos formados neste período tiveram a orientação e por vezes a sua vocação, pelos pesquisadores Emperaire, Evans e Hurt, esse período caracterizou pela multiplicação dos centros de pesquisas com perspectivas de realizarem grandes projetos de campo, com a colaboração de várias instituições. O seminário coordenado por Evans no Paraná produziu um grande projeto de âmbito nacional, agregando o Museu Paranaense Emílio Goeldi e uma grande parte de pesquisadores da região sul e do nordeste. O projeto foi montado elaborado e implementado com a colaboração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Smithsonian Institution, norte-americana, que foi denominado PRONAPA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas), com o intuito de promover prospecções e testes para a elaboração de um quadro geral das culturas brasileiras.

Para Barreto (1999, p. 41), a presença de intelectuais europeus, sobretudo franceses, faz com que a arqueologia brasileira inserida dentro da universidade, siga o modelo francês, principalmente o estudo da pré-história. Está influência da tradição europeia fez com que no Brasil a arqueologia inicialmente tenha ficado mais próxima da História Natural, só depois passa a ser parte da História, como uma subdisciplina a Pré-história, não como uma ciência social ou, mais especificamente como Antropologia.

A maior parte da arqueologia feita no país neste período se dedica ao estudo do passado das sociedades indígenas. Assim, enquanto o campo da Antropologia e o estudo das sociedades indígenas vivas floresce no Brasil a partir dos anos 40 com a vinda de estudiosos como Lévi-Strauss ou alunos diretamente treinados por Radcliff-Brown, a arqueologia no Brasil desenvolve-se sem incorporar as teorias estruturalistas ou funcional-estruturalistas que predominaram e ainda predominam na antropologia no Brasil (BARRETO, 1999, p.41).

O americanista Paul Rivet, que chegou no Brasil com as influências francesas na área da Arqueologia, implementa as pesquisas etnológicas praticadas pelo Musée de l'Homme de Paris, e integrou o grupo de historiadores, sociólogos e etnólogos franceses que viriam fundar e desenvolver as ciências sociais na Universidade de São Paulo. Lembrando que o incentivo de Paul Rivet não se limitou ao apoio intelectual, mas também institucional, que incluíram recursos financeiros à disposição da Universidade de São Paulo na criação de “um laboratório de pesquisas sobre as origens e a vida do Homem paleoamericano” (apud Funari 1994), que se transformaria posteriormente no Instituto de Pré-história.

A atuação do casal Joseph Empeaire e Annette Laming, influenciou e trouxe contribuições bastante reconhecidas em termos tanto de formação científica da nova geração de arqueólogos brasileiros, como de introdução de métodos científicos mais rigorosos ao estudo de sítios arqueológicos brasileiros, como os sambaquis (PROUS, 1999, p. 28).

As metodologias trazidas por Empaire e Laming para o Brasil estavam os ensinamentos de estudiosos como Leroi-Gourhan aplicados ao contexto de sítios paleolíticos franceses. Assim, no Brasil, trabalharam principalmente sítios pré-cerâmicos, concentrando-se em métodos de escavação de superfícies amplas para a reconstrução de solos de ocupação de determinados sítios, e na análise de artefatos, essencialmente líticos, dentro das tipologias e terminologias francesas da época. Seus seminários e manuais sobre análise de artefatos líticos marcaram toda uma geração de arqueólogos até hoje atuantes na arqueologia brasileira (EMPERAIRE, 1967).

Seguindo a ordem cronológica, a influência da escola arqueológica americana é bastante tardia em relação a outros países latino-americanos. Dentre os pesquisadores americanos mais influentes no Brasil, destacamos Betty Meggers e Clifford Evans que iniciaram suas pesquisas na Amazônia na década de 1949. O PRONAPA, criado entre os anos de 1965 e 1970 sob a coordenação de Evans, com onze arqueólogos de oito estados brasileiros, era destinado a proporcionar uma visão geral da Pré-História dos estados costeiros do Brasil, a partir de pesquisa integrada e uma perspectiva teórica e metodologia única.

Os “pronapistas como foram denominados continuaram com o método de pesquisa após o fim do programa, e vários deles participaram do projeto criado para a Bacia Amazônica o PRONAPABA, que era semelhante ao anterior e que teve suas pesquisas voltadas, sobretudo, as culturas dos povos ceramistas os mais recentes e caçadores-coletores mais antigos, através de prospecções e sondagem, onde foram criados um quadro de tradições arqueológicas (PROUS, 1999, p. 29).

Simultaneamente, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e do Museu Nacional estudaram sob uma perspectiva paleoetnográfica, que privilegiava uma análise detalhada dos sítios e dos vestígios neles contido, dentro de uma visão mais próxima da tradição europeia ilustrado por Leroi-Gourhan. Em 1971 alunos de Emperaire iniciaram um programa de pesquisa na região de Lagoa Santa, com o objetivo de estudar as mudanças ambientais e as adaptações do homem, desde o pleistoceno, período anterior a 10 mil anos (PROUS, 1999 p. 29).

Portanto na década de 70 e metade da década de 80, os arqueólogos brasileiros em sua maioria foram se enquadrando em uma das duas vertentes de pesquisa ou da “escola francesa” ou da “escola americana”. Em 1980 foi criada a Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), durante as reuniões científicas chamadas “Jornadas Brasileiras de Arqueologia” organizadas pelo Instituto Superior de Cultura Brasileira, e sob a coordenação de Alfredo Mendonça de Souza em conjunto com outros colegas. A SAB teve o intuito de aproximar os arqueólogos, em um momento em que a arqueologia brasileira passava por uma transição. Em 1981 durante a primeira reunião científica realizada no Rio de Janeiro e sediada na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, foi eleita a primeira diretoria sendo eleito presidente da SAB, Pedro Ignácio Schmitz (LANDA, AGUIAR, 2016; PROUS, 1999).

Por meio do PRONAPA surgem outros programas ao longo da década de 1970 e 1980 a nível regional, dentre eles: o Programa Arqueológico de Goiás desenvolvido nos anos de 1972 a 1985 e coordenado pelo Arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz que também foi responsável pelo Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul (PAMS), que reuniu três instituições de ensino resultado de um convênio firmado entre elas: a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Instituto Anchieta de Pesquisas (IAP).

Segundo Veroneze (1992):

Em 1984, o Geólogo José Luiz Lorenz Silva, Professor da UFMS, recebeu informações sobre inscrições rupestres existentes na Fazenda Ferradura, no Alto Sucurú, entrando em contato com o Professor Doutor Pedro Ignácio Schmitz e a Professora Sílvia M. Copé, ambos da UNISINOS-IAP. Devido à importância dessas

informações, no ano seguinte, 1985, foi formada uma equipe interdisciplinar de professores e acadêmicos das três instituições para averiguação de campo.

Com o convênio oficializado em 1986, o Projeto Alto Sucuriú que faz parte do PAMS, passou a incorporar mais três grandes projetos: Projeto Campo Grande – Dourados; Projeto Bela - Vista e Projeto Corumbá (VERONEZE, 1992). O Projeto Alto Sucuriú teve início no ano de 1985 com a organização da primeira expedição na área, no intuito de avaliar as potencialidades arqueológicas. Na ocasião foram localizados sítios arqueológicos, além de documentação da arte rupestre (BEBER, 1994).

A extensa área geográfica do território brasileiro, que é composta pela heterogeneidade ambiental bem distintas, na perspectiva da pesquisa arqueológica podemos dividir em macrorregiões: Amazônica, Nordeste, Brasil Central, Litoral, Pantanal e as outras áreas subtropicais do sul do país. Desse modo a pesquisa arqueológica no Brasil é realizada de forma que os procedimentos metodológicos utilizados são próprios aos problemas encontrados em cada um dos contextos, segundo Martins e Kashimoto:

Deduz-se, por conseguinte, que o entendimento do processo de povoamento humano no Brasil deve ser estudado como um objeto multifacetado, já que esses processos devem ter ocorrido em distintos contextos no tempo e no espaço, inclusive sob a ação de vetores exógenos e endógenos próprios de cada região. No entanto, isto também não quer dizer que essa pluralidade de processos de povoamento tenha se dado ao mesmo tempo (MARTINS; KASHIMOTO, 2012, p. 14-15).

Assim sendo, na Arqueologia não é realizada só a coleta dos objetos isolados, mas com a perspectiva de relacionar os vestígios encontrados, no intuito de analisar suas estruturas sociais, também chamadas de estruturas arqueológicas, e expor possíveis interpretações quanto à vida cotidiana desses agrupamentos humanos (PROUS, 2006).

Portanto, os estudos feitos na Arqueologia na busca de explicações sobre as origens do povoamento humano no Brasil iniciam com a exposição das características paleoambientais, desde as últimas dezenas de milênios do Pleistoceno até início do Holoceno.

Foi marcante e extensivo o fenômeno de regressão marinha, entre vinte mil e onze mil anos atrás, bem como uma acentuada e progressiva transgressão marinha ao longo de toda a extensa costa atlântica brasileira na primeira metade do Holoceno. A pesquisa arqueológica no Brasil não enfrenta o problema do impacto causado por glaciares sobre os sítios arqueológicos desse período, como é o caso das áreas andinas, norte americanas, do extremo oriente asiático e euroasiáticas. (MARTINS; KASHIMOTO, 2012, p. 18).

Desse modo as pesquisas arqueológicas no Brasil, demonstram como os resultados gerados no país e suas particularidades e metodologias dentro de contextos históricos são possíveis de rupturas, compreensão dos avanços e dos novos desafios na atualidade.

A expansão capitalista e o crescimento dos empreendimentos, principalmente no século XX, com as construções de rodovias, aeroportos e usinas hidrelétricas, promoveram a elaboração de leis no intuito de prevenir eventuais perdas no patrimônio arqueológico. Os estudos de impacto ambiental iniciam-se na década de 1980 com a Lei nº 6.938 e, conseqüentemente os estudos de arqueologia de contrato ou preventiva crescem exponencialmente em relação aos estudos de cunho acadêmico.

O termo arqueologia de contrato foi inserido em decorrência ao surgimento do mercado de trabalho para o arqueólogo, como em outras profissões o modelo de patrões ou de clientes (CALDARELLI; SANTOS, 1999/2000). Como aconteceu em outros países, a arqueologia de contrato no Brasil originou-se da arqueologia de salvamento, que foi viabilizada pela Lei 3.934/61. Entretanto, foram necessários alguns anos, para que essa lei gerasse efeitos, em relação aos responsáveis pelos projetos de engenharia que passaram a financiar as pesquisas de resgate arqueológico.

A arqueologia de contrato se justifica a partir de quatro argumentos conforme relata Dias (2015): 1) ampliação do mercado de trabalho dos arqueólogos; 2) a expansão do conhecimento do passado mediante a investigação do registro arqueológico dos projetos executados; 3) salvaguarda do patrimônio arqueológico de perda inevitável ou em perigo; 4) educação através das questões patrimoniais. Mas estes argumentos também são questionáveis se considerados contextualmente.

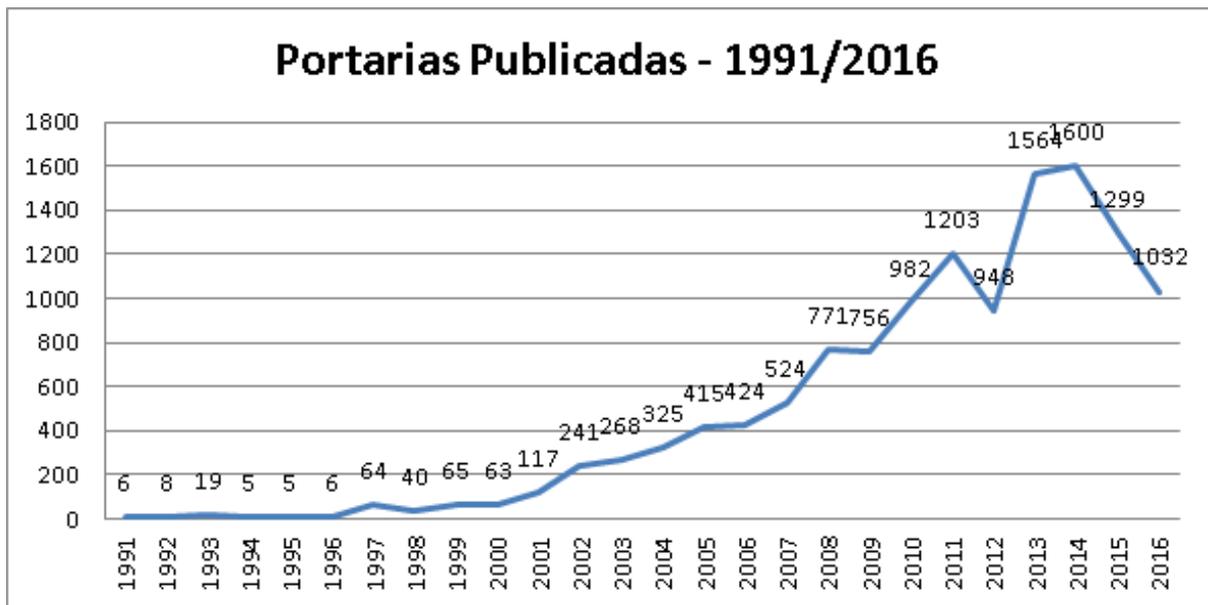
Segundo Prous (2006), a Arqueologia de Contrato “é importante para evitar a perda de informações”. Mas por outro lado, como não há controle de qualidade, muitos dos resultados não são publicados e os objetivos das intervenções não tem como objetivo principal o valor científico, com resultados limitados.

Para André Penin, o arqueólogo de contrato ou acadêmico se diferencia não por seu objeto de estudo e sim a razão de selecionar determinada área se estudo.

O que diferencia o arqueólogo de contrato do acadêmico não é, portanto, seu objeto de estudo (que é sempre o sítio arqueológico). É a razão que o leva a selecionar uma determinada área de estudos. A partir daí, sim, principiam as diferenças no *métier* de um e outro (PENIN, 2010, p. 40).

Com isso, a arqueologia de contrato obteve um crescimento exponencial, impulsionado pela conjuntura socioeconômica atual do país, que está expresso no número de autorizações concedidas pelo IPHAN a arqueólogos de todas as regiões do país. O gráfico 1 mostra a evolução ano a ano do crescimento de autorizações referente ao período de 1991 a 2016, concedidas pelo IPHAN.

Gráfico 1: Portarias de pesquisa emitidas pelo IPHAN, entre os anos de 1991 a 2016.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>

Diante do exposto, cabe aqui pontuar algumas questões em relação a resultados e a qualidade científica das pesquisas arqueológicas, realizadas através da arqueologia de contrato. Segundo Zanettini (2014, pg. 242), a pesquisa realizada pela arqueologia de contrato traria vantagens consideráveis, como é o caso dos recursos, mas há também as partes vulneráveis “... na prática, essas vantagens não seriam exploradas e os aspectos negativos têm sido potencializados, uma vez que não existe fundamentação teórica e metodológica definidas”.

Através da Portaria 230/2002, outro aspecto a ser ressaltado foi a inserção das ações educativas, proporcionando mudança nos trabalhos arqueológicos contratados e as distintas comunidades do entorno dos projetos, que passaram a receber os conhecimentos gerado no âmbito do empreendimento. Deste modo, a educação patrimonial passa a fazer parte do processo nas pesquisas arqueológicas e neste cenário da arqueologia preventiva, segundo Matos (2017, p. 199):

O cenário colocado na arqueologia preventiva é composto por 4 (quatro) atores: o pesquisador, o empreendedor, a comunidade e o IPHAN, como órgão normativo. O órgão federal tem como norte a proteção do patrimônio cultural nacional; o empreendedor deve seguir as normativas impostas, entre elas o Programa de Educação Patrimonial; ao arqueólogo cabe a execução dos projetos educativos perante a comunidade do entorno do empreendimento; e a comunidade entra nesse “baile” como receptor dessas ações.

Na Instrução Normativa 001/2015 nos artigos 43º a 45º contemplam a concepção, a metodologia e a implementação de ações entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados no Projeto de Educação Patrimonial, e qual o público-alvo será composto pelos empreendimentos a ser instalado. No ano de 2016 entra em vigor a Portaria 137/2016 contendo sete artigos referente a educação Patrimonial com novas normas a serem desenvolvidos nos projetos de arqueologia preventiva introduzindo a educação interdisciplinar (IPHAN, 2016).

A educação patrimonial, foco central dessa dissertação será abordada no capítulo III, com uma breve síntese da sua trajetória no Brasil e mais especificamente no município de Alcinópolis.

1.2 PANORAMA DO POVOAMENTO HUMANO NO BRASIL

A busca da origem e ocupação humana no território brasileiro tem suscitado debates envolvendo biólogos, historiadores, arqueólogos dentre outros, num esforço pluridisciplinar de se reconstituir o passado do homem na América e mais recentemente no Brasil.

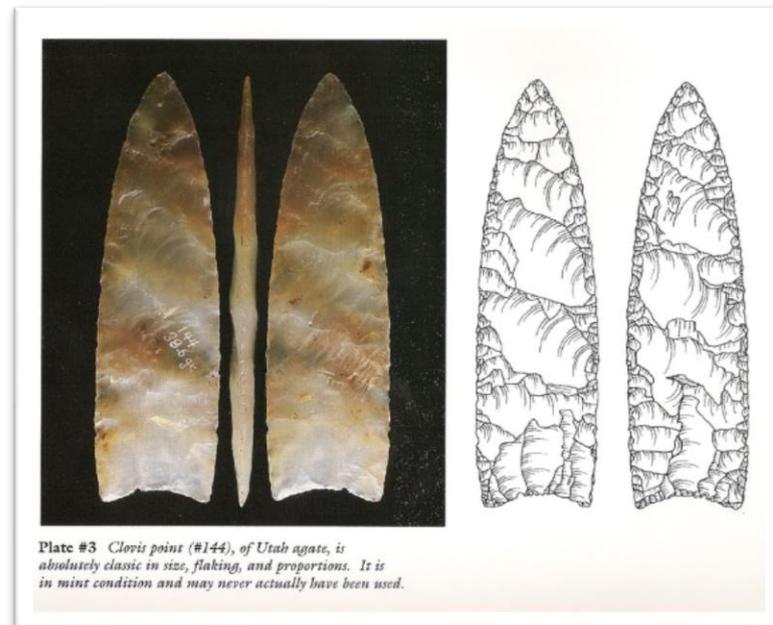
Segundo PROUS, 1997:

De fato, são quase sempre os mesmos achados que são rediscutidos periodicamente, sendo os mesmos argumentos debatidos até a exaustão pelos mesmos pesquisadores. Desde o início do século, parece haver uma fixação da opinião pública sobre o problema do primeiro povoamento do continente – muito relevante para se tratar vários problemas teóricos relacionados ao primitivo *Homo sapiens* – combinado com uma incapacidade de se avançar neste debate apesar das técnicas cada vez mais apuradas de que dispõem os pesquisadores.
(PROUS, 1997, p. 8).

Em meados do séc. XIX foi descoberto no território do Estados Unidos da América (EUA), um local que segundo os pesquisadores tinham sido utilizados na matança de animais, como bisontes e mamutes, sendo encontrados nos esqueletos instrumentos de pedra lascada com uma técnica sofisticada de acanelura designada a facilitar o encabamento, que foram

denominadas pontas “Clóvis” (figura 1). Nas análises radiocarbônicas foram datados a “cultura Clóvis” entre 10.500 e 11.000 anos atrás (PROUS, 1997).

Figura 1: Pontas Clóvis (in FRISON & BRADLEY, 1999)



Fonte: adaptado Martins & Kashimoto (2012, p. 21)

Outros arqueólogos encontraram vestígios arqueológicos indicando uma presença humana anterior a esta data, mas sem nenhum reconhecimento unânime por parte da comunidade científica, segundo Prous (1997). Segundo o mesmo autor, os primeiros habitantes das Américas entraram provavelmente por terra no período Pleistoceno na América do Norte. Devido ao efeito da retenção de grandes massas de água em forma de gelo, nas regiões polares durante os avanços glaciares, fez com que provocasse um rebaixamento de mais de 100 m no nível dos oceanos.

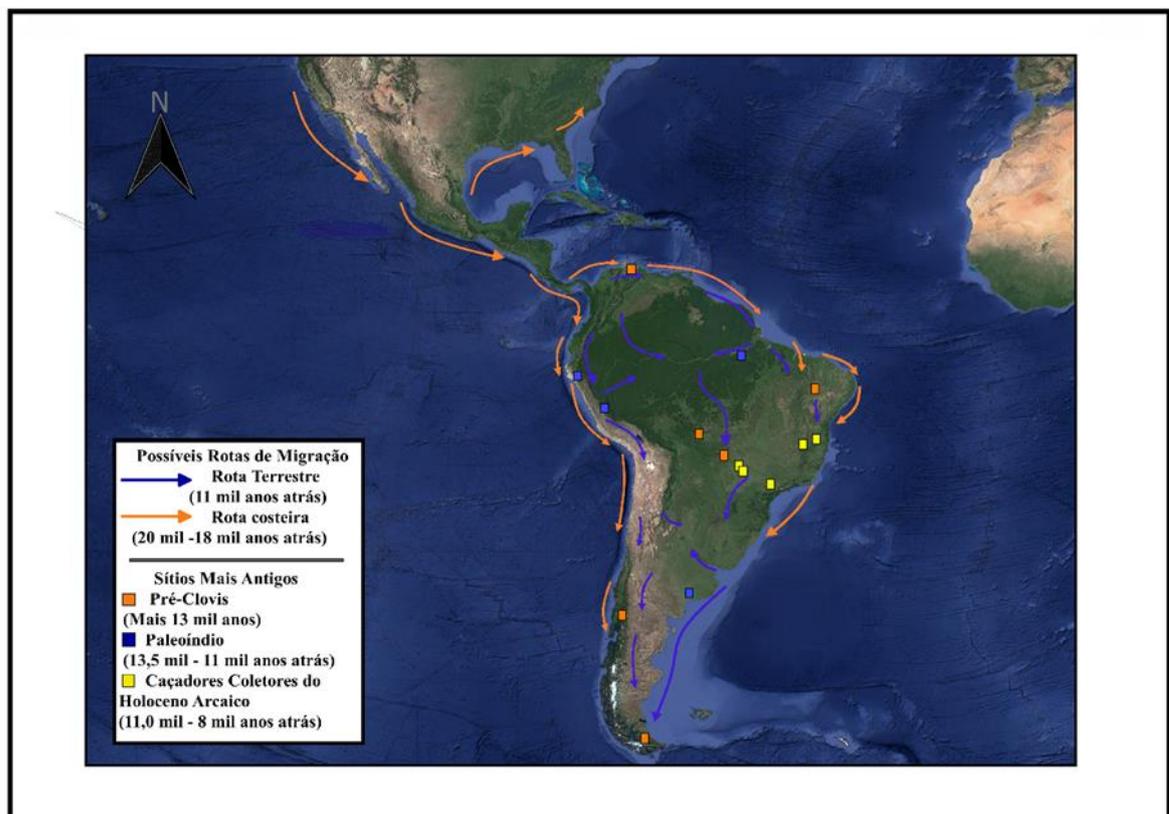
Após o recuo das geleiras, esses primeiros habitantes se espalharam pelo interior do continente norte-americano e migraram para outros pontos como é o caso da América do Sul (Figura 2). Surge diante desse quadro uma nova problemática, diante do avanço das pesquisas em diferentes pontos do continente americano, fica a incerteza sobre a hipótese de que os paleoíndios norte-americanos são os pioneiros no povoamento humano das Américas:

Datações bem mais antiga que os doze mil anos para os caçadores Clóvis problematizaram, entre outras coisas, se os primeiros habitantes das Américas teriam uma anatomia próxima à aparência mongólica, a exemplo dos índios em geral e dos esquimós. Provavelmente não. Datações arqueológicas obtidas no Chile, México, Argentina, Brasil e mesmo nos EUA remeteram os vestígios primordiais da presença

do homem para momentos que, segundo estudos de Genética das Populações, a anatomia mongólica ainda não existia no espectro da evolução do homem moderno, isto é, anteriormente a quinze mil anos (com o que os pré-historiadores chineses não concordam (MARTINS; KASHIMOTO, 2012, p.19).

No Brasil, os dados empíricos até agora coletados pelas pesquisas arqueológicas, trazem algumas controversias em relação as datações, principalmente na aceitação dessas hipóteses entre alguns pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que recusam a aceitar os dados provenientes de algumas escavações recentes com datações anterior a da cultura Clóvis e para Funari e Noelli (2009); Neves e Piló (2009) , dentre outros há uma concordância na teoria das três rotas possíveis na migração do homem para a América.

Figura 2: Mapa das rotas possíveis do povoamento humano na América.



Fonte: Duani Ferbônio, adaptado Martins; Kashimoto, 2012, p. 20

Um exemplo de pesquisa com pouco respaldo na comunidade científica é a hipótese da possível existência de povoamento humano no Brasil com ocupação em torno de 1 milhão e 130 mil AP, apresentadas pela Arqueóloga Maria Beltrão. As pesquisas feitas por Beltrão no Sítio Toca da Esperança localizado no interior do estado da Bahia, apresentaram vestígios de restos de fogueira, artefatos ósseos e líticos que apontam para esse recuo na data do

povoamento humano trazendo muitas críticas quanto ao método de datação e a fragilidade das provas necessitando estudos mais complexos nesta área, segundo Funari e Noelli (2009, p.28).

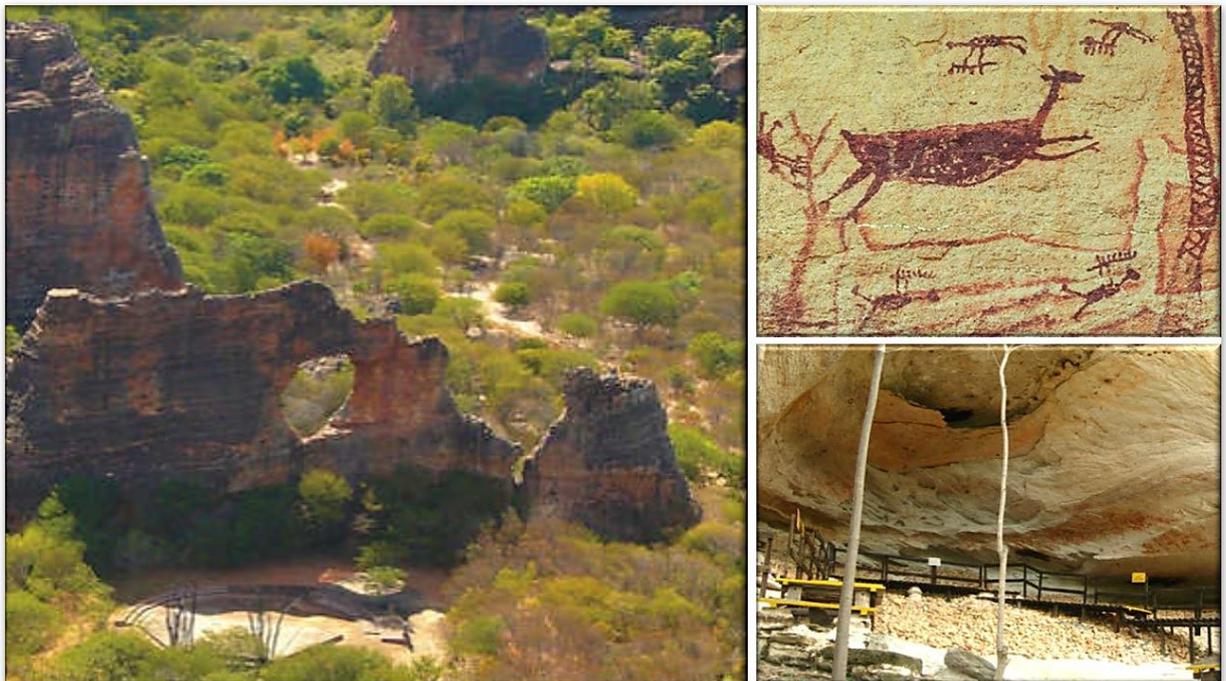
As datações mais antigas da presença humana no território brasileiro originam-se dos sítios localizados no Nordeste, mais especificamente no sul do estado do Piauí. Para Guidon (1992, p.38) “existem fatos, descobertas e pesquisas que estão acumulando uma importante base de dados que permite afirmar que o continente sul-americano foi povoado antes, ou ao mesmo tempo que o norte americano”. Os sítios na área sudeste do estado, na área arqueológica de São Raimundo Nonato, sondagens e escavações forneceram através das datações com carbono 14, que a presença houve presença humana na região desde o período Pleistoceno final.

Para o autor Carlos Etchevarne (1999-2000), as pesquisas arqueológicas realizadas na região nordeste trazem uma contribuição nacional, assim como, internacional e sobressaem o núcleo da Universidade Federal de Pernambuco e a Fundação do Museu do Homem Americano, considerados centros tradicionais nas pesquisas. O primeiro com duas concentrações, uma Arqueologia Pré-Histórica, coordenado por Gabriela Martín e o segundo Arqueologia Histórica coordenado por Marcos Albuquerque. Niède Guidon é quem coordenada e trabalha na região de São Raimundo Nonato desde 1970, na Fundação do Museu do Homem Americano, proporcionando dados científicos da presença do homem na América, despertando discussões e polêmicas em torno das hipóteses levantadas.

Para Guidon (1992), o sítio Toca do Boqueirão do Sítio da Pedra Furada, grande abrigo rochoso com mais de mil figuras pintadas nas paredes, onde foram obtidas datações de pelo menos há cerca de 50 mil anos, é considerado o sítio mais antigo da presença humana no Brasil. Já os dois outros sítios citados, Sítio do Meio e Toca do Caldeirão dos Rodrigues I, completam essa lista da cronologia apontada pela autora, de que na Toca Boqueirão da Pedra Furada as datações vão de 14 mil até 48 mil AP (figura 3).

Para Melo e Allvim (2005), as datações compreendidas entre 10 e 12 mil anos são aceitas pelas escolas americanas mais conservadoras, mas as datações maiores que 12 mil anos, tem recebidos críticas severas por parte do “*establishment científico*” segundo os autores, que preferem ignorar ou discutem com argumentos mais irracionais do que científicos. Segundo Funari e Noelli (2009), a hipótese de Niède Guidon de que os primeiros habitantes da região viriam pelo oceano e não pela região norte através do estreito de Bering, é uma teoria com uma visão romântica, devido a complexidade de navegação em mar aberto visto que as ilhas do pacífico somente foram povoadas em períodos recentes como o caso da Ilha de Pascoa, exemplificada pelo autor.

Figura 3: Sítio Boqueirão da Pedra Furada, Piauí.



Fonte: <http://www.fumdham.org.br/>.

Na região central do Brasil, os sítios arqueológicos estudados nas serras, possuem datações de aproximadamente 27.000 anos. Entre os anos 1984 e 2004, o casal Denis Vialou e Águeda Vilhena Vialou do Museu Nacional da França, coordenou as escavações no município de Rondonópolis e Jangada no Mato Grosso, com datações de 27 mil anos, 12 mil e 2 mil anos. As amostras foram retiradas do sítio Santa Elina nos abrigos da Cidade de Pedra, no município de Jangada (VIALOU, Águeda V.; VIALOU, D. 2009).

Na região da Lagoa Santa em Minas Gerais, três sítios apresentam datações por volta de 20.000 anos atrás, sendo destaque na academia científica com relação a ocupação humana. O sítio localizado na Lapa Vermelha IV, escavada por Anette Laming Emperair e André Prous, as datações mais antigo está em aproximadamente entre 15.000 e 25.000 anos. Datações consideradas inquestionáveis segundo o autor Prous (2000, p. 102), estão em torno de 10.000 e 11.000 anos atrás.

Em 1971, a expedição franco-brasileira coordenada pela pesquisadora A. Laming-Emperaire, começou a realizar prospecções arqueológicas na região da Lagoa Santa na busca por encontrar material arqueológico, mas sem muito sucesso nos primeiros anos. Só no ano de 1977 foram encontrados ossos de um esqueleto mais antigo, conhecido até hoje nas Américas, que pertencia a uma mulher jovem, que se tornou conhecida como “Luzia” (figura 4 e 5).

Devido a morte prematura de Emperaire, a pesquisa só continuou quando o paleoantropólogo Valter Neves decidiu retomar as pesquisas, e o esqueleto foi datado 9.500 anos (PROUS, 2003).

Figura 4: Sítio arqueológico onde foi localizado o crânio de Luzia



Fonte: NEVES, W. & PROUS, 2000.

Figura 5: Reconstituição do crânio de Luzia



Fonte: NEVES, W. & PROUS, 2000.

Na região Centro-oeste é predominante a paisagem do Cerrado, e especificamente nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul as pesquisas realizadas tem demonstrado que o início do povoamento humano se deu na transição do Pleistoceno para o Holoceno. Evidências arqueológicas foram encontradas em sítios de abrigos sob rocha de Serranópolis/GO (com datação de 11.000 anos AP, por Schmitz (1999).

No estado de Mato Grosso do Sul as pesquisas arqueológicas remontam datações de aproximadamente 12.000 anos. No ano de 1986 uma equipe formada por arqueólogos da UNISINOS e da UFMS, deram início as pesquisas no território de Mato Grosso do Sul, mas especificamente no nordeste do Estado. Com a coordenação de Pedro Ignácio Shmitz foi criado o Programa Arqueológico de Mato Grosso do Sul, com várias frentes de pesquisa. Em 1987, os resultados das pesquisas chegaram a uma datação de aproximadamente 10.480 ± 70 anos A.P. em uma amostra de carvão coletada no sítio denominado Casa de Pedra (MS.PA.02) segundo Martins & Kashimoto (2012, p. 119). Segundo Veroneze (1992, p. 73) foram realizados uma coleta superficial sistemática no sítio Casa e Pedra (MS.PA.02), e com as coletas de carvão foi possível chegar a três datações radiocarbônicas, cujo resultado demonstrou uma datação em torno de 10.480 ± 70 A. P.

Em 2011, os arqueólogos Gilson Martins e Emília M. Kashimoto realizaram novas escavações arqueológicas no sítio Casa de Pedra que passou a ser denominado Alto Sucuriú 12 (AS12). O sítio AS12 está localizado na margem esquerda do córrego Carro Velho, no atual município de Paraíso das Águas. As datações realizadas em três amostras de carvão coletadas na escavação pelo método do carbono 14 apresentou como resultado uma antiguidade da ocupação em torno de 12.600 anos, sendo contemporânea à cultura Clóvis.

1.3 ARTE RUPESTRE NO BRASIL E CENTRO-OESTE BRASILEIRO

O território brasileiro é grande a quantidade de testemunhos arqueológicos que evidenciam a história dos primórdios da colonização do homem. Dentre esses testemunhos encontramos os sítios arqueológicos que detém vestígios dos caçadores-coletores, primeiros a iniciar a ocupação da América do Sul, além dos sambaquis do litoral e as inúmeras aldeias dos grupos ceramistas dispersas em todo o território brasileiro (GASPAR, 2003, p. 7). Entretanto um tipo de manifestação em especial se destaca em decorrência de sua importância no reconhecimento das marcas deixadas por diferentes grupos sociais e em vários períodos de ocupação. Essa manifestação que se dá são as pinturas e gravuras, feitas em paredes de abrigos, grutas, lajedos, blocos e costões (GASPAR, 2003, p.8).

Segundo Prous (1992), a arte rupestre é todas as inscrições (pinturas e gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (grutas, paredes de abrigo, etc.).

Por arte rupestre entendem-se todas as inscrições (pintura ou gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões etc.). A palavra rupestre, com efeito, vem do latim *rupes-is* (rochedo); trata-se portanto, de obras imóveis, no sentido de que não podem ser transportadas (à diferença das obras móveis, como estatuetas, ornamentação de instrumentos, pinturas sobre peles, etc). (PROUS, 1992, p. 510).

Aguiar (2012, p.3), afirma que a arte rupestre não é somente arte e que sua função está muito além da estética, tendo propriedades de transmitir mensagens, quase como uma forma de escrita e outra função atribuída está associada as práticas mágico-religiosas.

Diante disso, entende-se a arte rupestre como o registro físico da esfera simbólica e ritualística daquelas populações que ocuparam uma determinada região há milênios. Não temos sua tradução, mas sabemos que se trata de um campo simbólico porque são desenhos que representam idéias e valores daquelas sociedades, podendo ocupar papel também nos rituais – como os de iniciação ou de culto (AGUIAR, 2012, p.3).

Segundo Gaspar (2003, p. 9), cientistas sociais ao refletirem as diferenças nas sociedades, propuseram dividir em dois grupos: sociedades simples e complexas. Nas sociedades simples todos participam da produção e distribuição e o consumo de bens e na divisão social do trabalho em classes de idade e sexo. Já na sociedade complexa a hierarquia social é que assegura privilégios e os deveres para os diferentes segmentos.

Portanto, nas sociedades simples o domínio da arte está integrado ao cotidiano da comunidade, reforçando as tradições e propenso a estar vinculado ao domínio ritualístico. Por isso a crítica de alguns arqueólogos que sugerem ser inadequado o uso do termo “arte”, sendo pertinente denominar as manifestações de “grafismo”. Entretanto o termo “arte rupestre” já é uma expressão consagrada, especialmente quando se trata do sentido sugerido por Prous, quando enfatiza que “arte” e “artista” derivam da mesma raiz latina que “artesão”, atribuindo a arte o conhecimento de regras que possibilitam a realização de uma obra perfeita e adequada a sua finalidade (GASPAR, 2003, p.8).

Como vimos, o problema surge quando buscamos a definição do assunto. No início das interpretações da arte rupestre no século XIX, o tema era tratado como “arte pela arte”, uma produção sem preocupações, feito para a satisfação do executor. Entretanto para entender esta posição, primeiro aspecto que deve ser levado em consideração é o pensamento anti-religioso e anti-clerical do século passado e o segundo está no fato de que o conhecimento

sobre o assunto estava alicerçado nos poucos objetos decorados conhecidos, como estatuetas em argila, osso dentre outros. (LAMING-EMPERAIRE, 1962)

Para que possamos compreender a complexidade da arte rupestre, Beber (1994, p.23) analisa que:

Na virada do século passado, com a intensificação dos trabalhos etnográficos, a analogia passou a ser utilizada como chave interpretativa. A partir daí, surgiram as explicações mais conhecidas para a arte rupestre, vinculadas a uma magia simpática. Por magia simpática, estamos entendendo tanto a magia da caça, como a magia da fertilidade. Baseava-se esta concepção na comparação com grupos indígenas contemporâneos que se utilizavam da arte como elemento de ligação com o sagrado para obter sucesso na caça, sem com isso quebrar a harmonia do meio ambiente.

Sobre as críticas feitas a estas interpretações Beber (1994), afirma que nesse momento também começam a surgir proposições nas interpretações totêmicas, que inferiam a representação de um ancestral comum ou de uma planta, animal ou mesmo um objeto na arte rupestre. Estes estudos estão alicerçados nos trabalhos etnográficos sobre a origem das religiões, feitos por grupos australianos e africanos, principalmente. Para este pesquisador (Idem, 1994, p.24), “apesar desta característica de fantasia, os trabalhos chamam atenção para a arte rupestre e possibilitam que trabalhos futuros tenham neles ponto de partida”.

Segundo Gaspar (2003, p.31), a arte rupestre é mencionada no Brasil desde o século XVI:

Os grafismos rupestres são mencionados desde o século XVI. Alfredo Mendonça de Souza oferece um interessante histórico das pesquisas, e assinala que as *Lamentações brasílicas*, obra do padre Francisco Teles escrita entre 1799 e 1817, registram 274 sítios arqueológicos com gravações e pinturas no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Acreditando que tais sinais teriam sido feitos por indígenas e por holandeses e que seriam roteiros de tesouros, tentou decifrá-los, cotejando-os com os alfabetos grego e hebraico, signos zodiacais e tábuas astronômicas.

Annette Emperaire foi uma das pesquisadoras que teve participação marcante na arqueologia brasileira. Esteve no Brasil várias vezes realizando escavações além de ministrar cursos onde formou uma geração de profissionais, dando início a partir de 1973 as pesquisas em Minas Gerais, com o objetivo de obter as primeiras datações na arte rupestre e sua inserção no contexto cultural pré-histórico (GASPAR, 2003). É necessário ressaltar que os estudos sistemáticos da arte rupestre brasileira se iniciam em 1965, com trabalhos realizados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Piauí, a partir de 1973 (BEBER, 1994, p. 25).

Quando se aborda a antiguidade dos grafismos, é importante salientar que a primeira datação de pigmentos feita através do método Carbono 14 foi em 1987 e o carvão datado foi de pinturas retirado da Caverna da Sônia, em Boontjieskloof na África (GASPAR, 1994). No Brasil devido, a variação das representações foi proposta por Prous (1992) a ordenação dos grafismos rupestres, ressaltando que ao tentar delimitar grandes conjuntos, chamados na Arqueologia brasileira de *tradições* arqueológicas, foi necessário incluir uma variabilidade devido as evoluções culturais no tempo e espaço. Portanto Prous destaca que mesmo com o estabelecimento das tradições regionais, as diferentes manifestações podem sobrepor e se misturar nas áreas de fronteira. (GASPAR, 2003, p.45). Prous, estabeleceu oito tradições no território brasileiro denominadas de tradição Meridional, Litorânea, Geométrica, Planalto, Nordeste, Agreste, São Francisco e Amazônia. Portanto no território brasileiro encontramos uma variedade de manifestações rupestres como mostra a figura 6:

Figura 6: Distribuição das tradições rupestre no território brasileiro



Fonte: In: GASPAR, 2003, p.57.

Aguiar *et al* (2012), considera que as características técnicas evidentemente sejam análogas, as pequenas variações regionais que podem apresentar descontinuidades ou transformações, que são refletidas no estilo, matéria prima dentre outros.

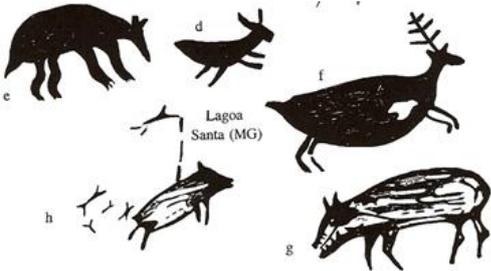
Normalmente, as tradições arqueológicas aparecem em uma ampla área do território nacional, separadas de um sítio a outro às vezes por muitas centenas ou até por mais de mil quilômetros. A manufatura de determinada cultura material, ou a composição de dada manifestação pictórica, apresenta características compartilhadas que permitem situar seus elaboradores dentro de uma mesma categoria. Entretanto, o que se torna questionável é a contemporaneidade ou ainda uma vinculação étnica mais estreita.

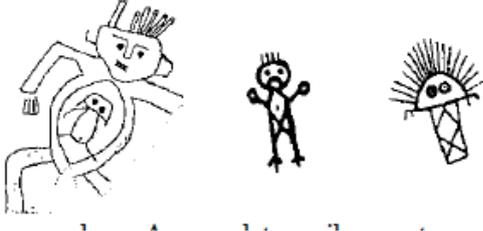
Primeiro, ainda que as características técnicas indubitavelmente sejam análogas, as pequenas variações regionais apontam descontinuidades ou transformações, refletidas no estilo, matéria prima e outros. Isso representa desvinculação? A resposta possivelmente é não. Mais bem representam particularidades que passarão a ser melhor compreendidas por meio da ampliação do estado de conhecimento, ou seja, por mais pesquisas, mais dados, mais escavações (AGUIAR *et al*, 2012, p. 04).

Para compreender melhor a complexidade do mundo pictórico no território brasileiro, apontamos na tabela 1 as principais características relacionadas por Prous, descritas segundo (GASPAR, 2003).

Tabela 1: Características das tradições rupestres no Brasil

Características das tradições rupestres no Brasil	
	<p style="text-align: center;">Tradição Meridional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorre no sul do Brasil; • As gravuras foram feitas em blocos isolados e em abrigos e grutas; • As gravuras foram feitas no arenito com a técnica de incisão ou de polimento e muitas vezes a pedra é preparada por picotamento; • Os pigmentos geralmente são preto, branco, marrom e roxo; • A combinação de traços são chamados de “tridáctilos”.
	<p style="text-align: center;">Tradição Geométrica Setentrional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza-se quase que exclusivamente por gravuras geométricas; • Nas manifestações setentrionais estão os sítios gravados nas imediações dos rios. As gravuras são geralmente polidas, biomorfas que lembram saúrios ou homens; • As meridionais apresentam gravações retocadas com pigmentos, ocorrem tridáctilos, triângulos com alguns deles tendo incisões ou pontos.

 <p>Lagoa Santa (MG)</p>	<p>Tradição Planalto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta na maioria dos sítios tem grafismos pintado em vermelho, embora ocorra nas cores preta, amarela e raramente branca; • Animais representados os cervídeos, peixes, pássaros e raramente tatus, antas, porco-do-mato e tamanduás;
	<p>Tradição Agreste</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracteriza pela presença de grandes figuras, geométricas ou biomorfas; • As figuras humanas lembram espantalhos; • As emas e os quelônios são representados de maneira estática e pássaros de asas abertas e pernas longas; • Para Prous os desenhos agrupados podem ser a mistura de duas tradições Nordeste e São Francisco.
	<p>Tradição Nordeste</p> <ul style="list-style-type: none"> • São pinturas monocromáticas e gravuras que representam homens, animais e algumas figuras geométricas; • O que define a diferença entre a Tradição Planalto é a grande quantidade de antropomorfos agrupados formando cenas de caça, dança, guerra, sexo e rito • Ocorre nos estados do Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Minas Gerais.
	<p>Tradição São Francisco</p> <ul style="list-style-type: none"> • Típica do vale do rio São Francisco, predominam os motivos geométricos, verificam-se também desenhos que representam formas humanas e peixes, pássaros, cobras e formas que se parecem com tartarugas; • As cenas geralmente são feitas de duas cores; • As cores são vivas com a organização interna das figuras geométricas.
 <p>COS.</p>	<p>Tradição Litorânea</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os painéis gravados estão situados em locais de difícil acesso, chegando ficar cerca de 15 km da costa e orientados para o alto-mar; • As gravações geralmente foram feitas em granito, com a técnica de polimento e os sulcos tem até 4cm de largura; • Os desenhos são na maioria deles geométricos com combinação de traços e presentes formas humanas também geométricas.

	<p style="text-align: center;">Tradição Amazônica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterizados por antropomorfos simétricos e geometrizados; • As margens dos rios Cuminá, Puri e Negro as cabeças de figuras humanas são gravadas são radiadas e nas proximidades de Monte Alegre são pintadas; • Em Roraima ocorrem retas pintadas paralelas ou formando retângulos que são preenchidos com traços.
---	--

Fonte: Gaspar (2003) tabela elaborado pela autora

Segundo Prous (2007), o sul do Brasil é talvez uma das regiões mais estudada pelos Pré-historiadores sobre o tema arte rupestre. Os estudos começaram após o ano de 1964, com os primeiros levantamentos no estado do Rio Grande do Sul. Ainda de acordo com o autor, a região sul apresenta poucas pinturas rupestres.

No Brasil as manifestações da arte rupestre são localizadas em todas as cinco regiões, segundo pesquisas realizadas por arqueólogos/as em muitos municípios que apresentam a presença destes bens arqueológicos em seus locais, Rohr (1977), Piazza (1974), Mentz-Ribeiro (1977), Rogge (1992), Guidon (1975), Schmitz (1985), Moehleche (1986), Prous (1992), Aguiar, Landa (1995), Goettert, (2016).

Em 1970 com a formação da Missão Franco-brasileira coordenada por Niéde Guidon, as pesquisas arqueológicas empreendidas na região sudeste do Piauí foram catalogados 220 sítios com pintura e gravura rupestre, com resultados obtidos no Sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada com datação cerca de 50 mil anos perdurando até 5.000 AP (Figura 7). Com o desdobramento das pesquisas em 1986 foi criada a Fundação do Homem americano e posteriormente a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PROUS, 1992).

Figura 7: Parque Nacional da Serra da Capivara – PI



Fonte: www.Fumdhan.org.br

Em relação a arte rupestre Niéde Guidon (1989), em pesquisas realizadas em São Raimundo Nonato (PI), relata que: em um fogão datado de 17.000 anos BP, foi encontrado um fragmento de parede com duas linhas paralelas de cor vermelha. No entanto os painéis de pinturas rupestres só aparecem a partir de 12.000 anos.

Segundo PROUS (1992, p. 532):

As escavações de N. Guidon em abrigos decorados da tradição Nordeste evidenciaram níveis de ocupação recentes (ceramistas, até 2000 BP) e antigos (mais de 7000 BP), geralmente em abrigos distintos, e cujas representações nos paredões pertenceriam a estilos ou variedades diferentes [...]

A.M.Pessis atribui uma idade de cerca de 15 mil anos à variedade Serra da Capivara da Tradição Nordeste, nove mil para Serra Talhada e sete para Serra Blanca. Um painel decorado teria sido recentemente descoberto, coberto por sedimentos datados de 10.500 BP na toca Baixão do Peme.

Ao mesmo tempo, destacamos o potencial arqueológico nos estudos da arte rupestre, pesquisados na região Central do estado de Minas Gerais, devido sua importância nas pesquisas Prous (1992, p. 533) afirma, “é ainda em Minas Gerais que foram levantadas as maiores informações sobre a ordem de sucessão de representações rupestre”. Desde o século XIX, a região de Minas Gerais tem sido explorada por naturalistas, viajantes, engenheiros, antropólogos e arqueólogos, uns vinculados a missões estrangeiras ou a museus, entidades filantrópicas e instituições de pesquisas, promovendo registros da arqueologia e

representações rupestres, que foram importantes para o desenvolvimento dos estudos científicos do tema no Brasil.

No ano de 1971, ocorreu a primeira expedição da Missão Arqueológica Franco-Brasileira na região de Minas Gerais, onde aproximadamente foram visitados 30 sítios arqueológicos e posteriormente as pesquisas se concentraram nos sítios do Grande Abrigo da Lapa Vermelha e Santana do Riacho. Os sítios da Lapa Vermelha IV e Santana do Riacho, na região de Lagoa Santa, apresentaram datações em pigmentos de preparação em níveis arqueológicos, que remontam segundo Prous (1992), em aproximadamente 3.500 anos até 11.960 BP, localizados abaixo de um paredão pintado. No entanto, esses pigmentos apresentam ligações com os sepultamentos, considerando a hipótese dos pigmentos terem sido usados como pintura corporal, rituais funerários dentre outros (figura 8).

Figura 8: Bicromia na Tradição Planalto, ocorre apenas ao norte da região arqueológica de Lagoa Santa.

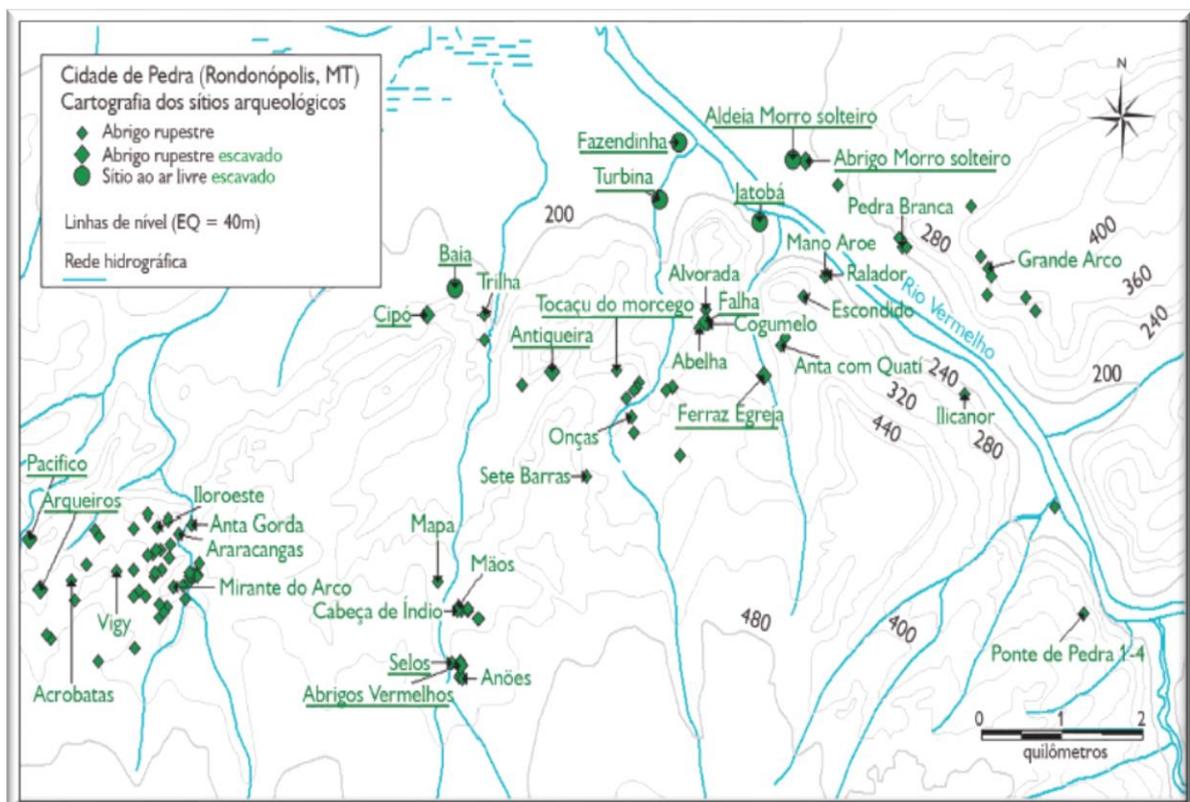


Fonte: [www. Fumdhan.org.br](http://www.Fumdhan.org.br)

O arqueólogo francês Jean Perrier elaborou na década de 1980, sua tese de doutorado abordando os painéis com arte rupestre localizados na Chapada dos Guimarães, estado de Mato Grosso. Perrier defende a concepção de que o contexto arqueológico encontrado na região integraria um antigo caminho pré-colonial que interligava os Andes ao Planalto Central do Brasil (MARTINS; KASHIMOTO, 2012).

Na mesma década as pesquisas englobando os estados de MT e MS ainda eram poucas. Uma dessas pesquisas foi realizado por Eurico Miller, que realizou alguns registros no sítio Abrigo do Sol, localizado no Estado de Cuiabá, dava uma antiguidade de aproximadamente 14 mil anos atrás. Pesquisas arqueológicas desenvolvidas pela Missão Franco-brasileira, desde o final da década de 1980, no sítio arqueológico Santa Elina, localizado no município de Jangada, a noroeste de Cuiabá/MT, forneceram evidências da presença do homem nessa localidade há mais de 20.000 anos. As escavações arqueológicas realizadas revelaram vestígios líticos, artefatos de pedra lascada, fragmentos de ossos de megafauna extinta. A análise dos painéis de arte rupestre, evidencia manifestações pictóricas originais, os signos reproduzidos nos painéis mais antigos caracterizam-se, entre outros aspectos, pelo gigantismo dos signos figurativos de antropomorfos e zoomorfos. Os sítios Cidade de Pedra e Santa Elina são ricos em arte rupestre. Até 2009 já foram localizados 130 abrigos com e com aproximadamente três mil representações, prevalecendo a técnica dos desenhos com temas geométricos (figura 9). A distância entre o sítio Cidade de Pedra (Figura 10) e Santa Elina é de 250 km, mas há diferenças entre as paisagens e culturas (VIALOU, 2009).

Figura 9: Cartografia dos sítios arqueológicos da Cidade de Pedra (Rondonópolis/MT)

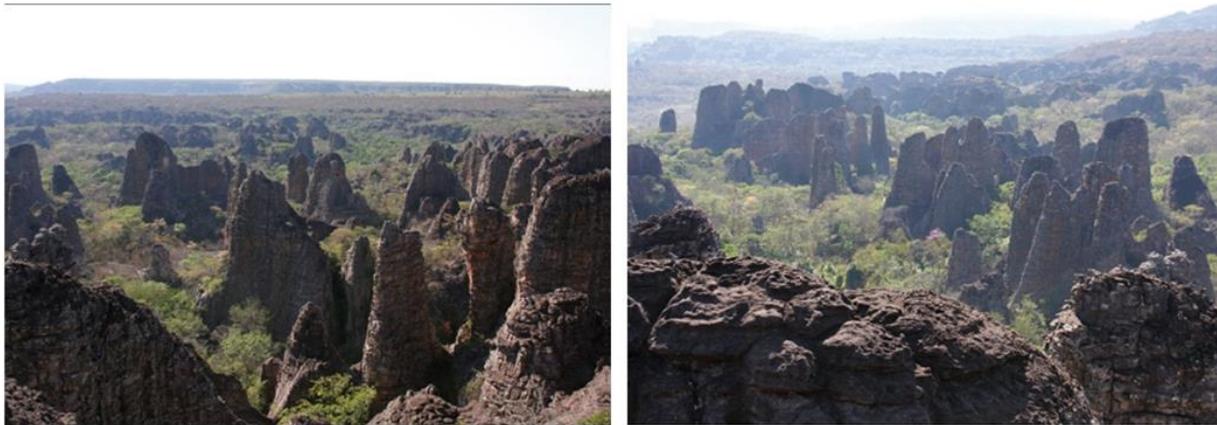


Fonte: Mapa de Eduardo Vilhena de Toledo; GUEDES *et al*, 2017

Segundo Vialou A. V.; Vialou D. (2009, p. 46):

As representações rupestres presentes nos sítios em abrigos podem ser semelhantes, o que corresponde a uma identidade simbólica comum (social), ou, ao contrário, bem diferentes quando pertencem a sociedade distintas. Santa Elina e Cidade de Pedra são dois mundos distintos também sob esse aspecto, e quase tudo os separa, tanto pela técnica como pelos temas.

Figura 10: Cidade de Pedra – Rondonópolis/MT.



Fonte: GUEDES, VIALOU (2017, p. 103)

Em Mato Grosso do Sul, o início das pesquisas arqueológicas se deu mais tardiamente do que os outros estados, foi somente na década de 1970 que aconteceram as primeiras iniciativas acadêmicas voltadas no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Centro-Oeste do Brasil. O estudo pioneiro no estado de Mato Grosso do Sul foi efetuado pelo professor José Afonso Morais Bueno Passos, concentrou suas análises nas gravuras no município de Corumbá, que foi objeto de sua tese de livre-docência no ano de 1975.

Deste modo aprofundaremos no tópico a seguir o avanço das pesquisas no estado de Mato Grosso do Sul, desde as primeiras atividades arqueológicas até a identificação do sítio Templo dos Pilares que é foco desta dissertação.

1.5 CONSIDERAÇÕES DA ARTE RUPESTRE EM MATO GROSSO DO SUL

Apresentaremos neste tópico uma síntese das pesquisas arqueológicas nos últimos 30 anos em Mato Grosso do Sul, principalmente sobre as primeiras inserções sobre o tema da arte rupestre, destacando que não será uma exposição tipo estado do conhecimento, pois não é foco deste estudo, sendo priorizado as evidências mais amplas da temática no estado.

Em 1985, foi organizada a primeira expedição coordenado pelo pesquisador Pedro Ignácio Schmitz, na região nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de

avaliar as potencialidades arqueológicas. Nesta expedição foram localizados cinco sítios arqueológicos, dos quais dois deles foram realizados cortes estratigráficos e o levantamento parcial de dados coletados sobre a arte rupestre do local (BEBER, 1994).

Com a oficialização do PAMS (Projeto Arqueológico de Mato Grosso do Sul) foram selecionadas três áreas: o Projeto Corumbá, Campo Grande-Dourados e o de Bela Vista totalizando quatro projetos, perfazendo uma área de 80.000 quilômetros quadrados. O desenvolvimento do PAMS foi formado por pesquisadores da UFMS, UNISINOS e IAP dentre eles, Copé (1986), Veroneze (1992), Beber (1994), Peixoto (1995), Girelli (1994), Rogge (1994), Oliveira (1995) e Landa (1995), tanto nas atividades de campo na análise dos materiais evidenciados nas coletas, prospecções e escavações realizadas.

Assim sendo, para apresentarmos o passado arqueológico da região é necessário dividir em sub-regiões para entendermos as características próprias que integram esse espaço físico. Na região do Pantanal, a ocorrência de grafismos rupestres é limitada as áreas de morrarias, próximas as áreas alagadas que abrangem a maior parte da região. Segundo Oliveira (1995):

Dentre as informações apresentadas por Fonseca (1880) e, principalmente, por Schmidt (1912, 1914, 1928, 1940b e 1924b), constatam-se a existência de, ao menos, três sítios com grafismos rupestres na porção norte da região pantaneira, onde predomina signos geométricos, como círculos concêntricos e grandes sulcos sinuosos. O primeiro corresponde a uma íngreme parede rochosa localizada à margem da Lagoa Gaba, local conhecido como “Letreiro de Gaíba”. Os outros dois sítios estão situados na parte inferior do rio São Lourenço ou Cuiabá, nos morros do triunfo e do Caracará, e apresentam grafismos notadamente semelhantes aos do “Letreiro da Gaíba” (OLIVEIRA, 1995, p. 36).

Oliveira (1995), afirma que o trabalho sobre os sítios com grafismos recentes, foi apresentado por Girelli em 1994, na sua dissertação de mestrado, em que ela apresenta um detalhado registro e documentação de quatro sítios com lajedos horizontais de minério de ferro, denominados “pedra canga”, dos quais foram produzidas várias gravuras provavelmente por técnica de picoteamento (Figura 11).

Figura 11: Lajedos de Corumbá/MS.



Fonte: Fotos de Lia Brambilla (arquivo pessoal)

As pesquisas realizadas pelo Projeto de 1990 foram de reconhecimento dos sítios, registros dos desenhos dos petroglifos da Fazenda Figueirinha, parte da Fazenda Moutinho e do sítio Centro de Recuperação (CRMAP) – MS-CP-A4. No ano seguinte os trabalhos de campo realizados identificaram 26 sítios na Fazenda Santa Clara, e 12 sítios na Fazenda Santa Helena, 19 sítios na Fazenda Sangrado Coração de Jesus, 22 sítios na Fazenda São Bento. Segundo Girelli (1994, p. 33) “os lajedos com petroglifos formam parte de áreas pediplanadas que circundam a morraria”, localizados em sopé de morrarias, com área de pouca inclinação, que não são alagadas e próximos a córregos. Também afirma que possivelmente os sítios pesquisados pertenciam a uma mesma população, por apresentarem tipologia semelhante a mesma estruturação nos painéis. A hipótese levantada pela autora é que esses grupos estão associados com grupos que se estabeleceram em aterros localizados nas áreas alagadas das proximidades.

As pesquisas realizadas pela equipe da UNISINOS, apontaram importantes evidências arqueológicas de inscrições rupestre, segundo Martins; Kashimoto (2012, p.44):

No Pantanal existe evidências arqueológicas de representações simbólicas, tais como inscrições rupestres (grafismos efetuados em suportes rochosos), que podem ser gravuras em baixo relevo, feitas em afloramentos litológicos (lajedos) como aquelas registradas no entorno da morraria existente em Corumbá (MS), Até riquíssimos painéis com arte rupestre parietal (pinturas e gravuras feitas nas paredes de abrigo sob rocha) [...]

Segundo resultados das pesquisas da UNISINOS, na região de Corumbá, entre a datação do sítio localizado em Ladário (aproximadamente oito mil anos atrás) e outros horizontes arqueológicos datados da mesma região, há um período de quase quatro mil anos sem qualquer evidência da ocupação do homem no contexto pantaneiro.

Já na região sul do Centro-oeste delinea-se o Planalto Maracaju-Campo Grande, pesquisas realizadas pela equipe do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq/UFMS), nos últimos 25 anos em Mato Grosso do Sul registraram mais de cinquenta sítios arqueológicos na região citada acima, que estão distribuídos nos diferentes municípios (MARTINS; KASHIMOTO, 2012). Alguns sítios estão localizados na borda oeste do planalto, na serra de Maracaju, em relevo acidentado com quedas abruptas, construindo escarpas e/ou furnas, que ocultam muitas vezes abrigos sob rocha. Em alguns desses abrigos foram encontrados painéis com inscrições rupestres, especialmente petroglifos, que apresentam temática e estilística, permitindo associações com a Tradição Geométrica.

Na região nordeste do estado de Mato Grosso do Sul, em pesquisas recentes as datações remontam a 12.000 anos.

O sítio AS12 está localizado, na atual divisão administrativa no município Paraíso das Águas, mas especificamente na Fazenda Carro Velho. Este sítio é formado por cinco salões rochosos, ocupando o topo de um relevo colinar (Figura 12). Viveram neste local caçadores-coletores pré-históricos, que confeccionaram no local artefatos líticos, com o material abundante na área o quartzito. Este apresenta vasta representações de arte rupestre no interior dos salões, com figuras zoomorfas, antropomorfas bem como petrogrifos associados a tradição Geométrica.

Imagem 12: Sítio arqueológico Alto Sucuriú 12 (AS12).

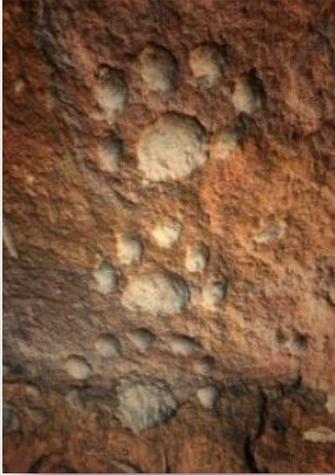


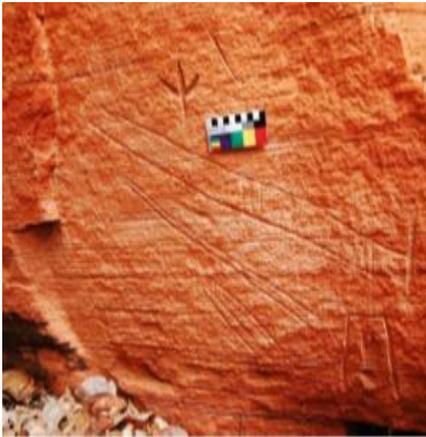
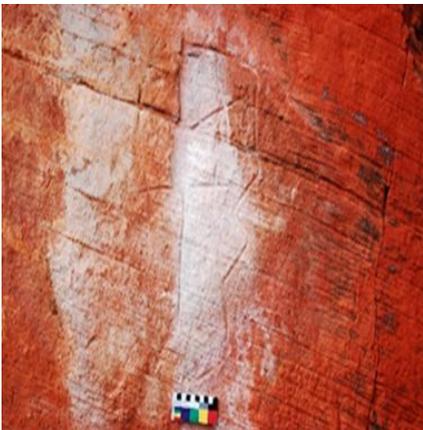
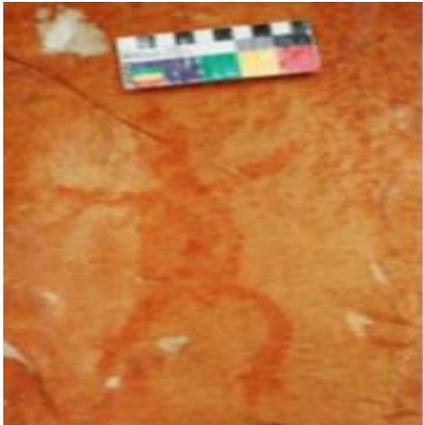
Fonte: Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq/UFMS)

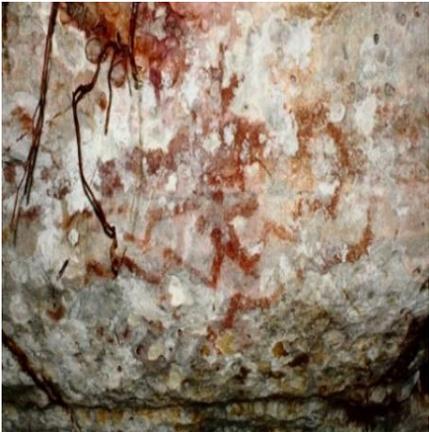
1.6 ARQUEOLOGIA E ARTE RUPESTRE EM ALCINÓPOLIS/MS

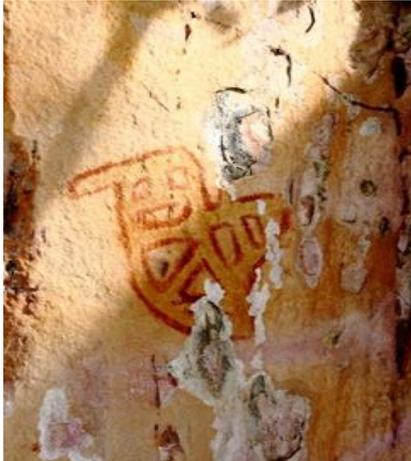
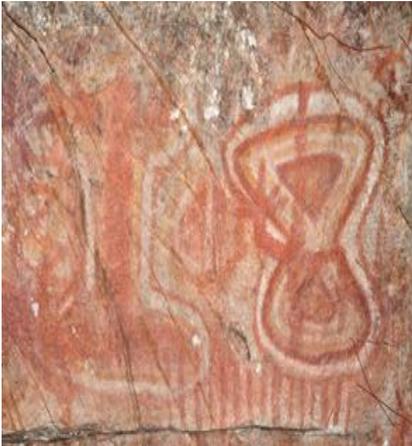
Alcinópolis é destaque no cenário da arqueologia regional por ser considerado o município com o maior número de sítios já identificados com arte rupestre no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Aguiar (2014), o município de Alcinópolis possui atualmente 24 sítios arqueológicos com arte rupestres cadastrados no IPHAN, contudo esse número pode aumentar conforme os avanços das pesquisas, devido ao potencial arqueológico da região (tabela 2).

Tabela 2: Sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN/MS, do município de Alcínópolis

Sítios arqueológicos do município de Alcínópolis cadastrados no IPHAN			
Sítio - Imagem	Características	Sítio - Imagem	Características
<p>Templo dos Pilares</p> 	<p>MS-AL-01</p> <p>O maior de todos os sítios de arte rupestre do MS, estimando-se cerca de três mil grafismos. Pinturas rupestres em várias fases e estilos, com sobreposições. As pinturas ocorrem em painéis em uma longa sequência que se estende por todo o abrigo.</p> <p>Foto: Kenny Lima</p>	<p>Pata da Onça</p> 	<p>MS-AL-02</p> <p>Grafismos dispostos no interior de um abrigo. Predominância de gravuras da Tradição Geométrica Meridional. Ocorrência de pinturas monocromáticas (vermelho) da Tradição Planalto. Apenas duas pinturas com policromia (vermelho e amarelo).</p> <p>Foto:Keny Lima</p>
<p>Arco de Pedra</p> 	<p>MS-AL-03</p> <p>Petroglifos típicos da Tradição Geométrica Meridional, com pegadas e tridáctilos. Sítio situado em um amplo abrigo ao lado de uma formação em arco visível a longa distância (daí o nome do sítio). Gravuras face a SO e S.</p> <p>Foto: Marcos Antônio</p>	<p>Barro Branco I</p> 	<p>MS-AL-04</p> <p>Pinturas rupestres em várias fases, com sobreposições. Predominância do vermelho, mas com presença de grafismos policrômicos em vermelho e amarelo.</p> <p>Foto: Marcos Antônio</p>
<p>Gruta do Pitoco</p> 	<p>MS-AL-05</p> <p>Pinturas rupestres onde predominam grafismos policrômicos da Tradição São Francisco. Além do painel de pinturas, alguns blocos separados contém petroglifos da Tradição Geométrica Meridional. Local de fácil acesso. Caverna com ampla entrada.</p> <p>Foto: Marcos Antônio</p>	<p>Casa de Pedra</p> 	<p>MS-AL-06</p> <p>Pinturas monocromáticas (vermelho) dispostas no lado de fora da caverna, nas paredes contíguas à entrada..</p> <p>.Foto: Marcos Antônio</p>

<p>Painel do Limeira</p> 	<p>MS-AL-09</p> <p>Abrigo sob rocha em formato de arco apresenta figuras geométricas em sinais de vestígio. Orientação do arco: NE-SO. Apresenta uma única figura visível policrômica em vermelho, amarelo e branco. As demais representações estão em estágio de vestígio.</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>	<p>Pitoco II</p> 	<p>MS-AL-08</p> <p>Abrigo sob rocha formado exclusivamente por petroglifos apresenta um motivo peculiar, em forma de um "diamante", além de pedomorfos, tridáctilos e figuras geométricas. Orientação "E".</p> <p>Foto: Keny Lima</p>
<p>Arco do Limeira II</p> 	<p>MS-AL-10</p> <p>Abrigo sob rocha formado exclusivamente por petroglifos apresenta um motivo peculiar, em forma de um "diamante", além de pedomorfos, tridáctilos e figuras geométricas. Orientação "E".</p> <p>Foto: Kenny Marques Luciano Rodrigues</p>	<p>Fazenda Fidalgo I</p> 	<p>Os petroglifos estão dispostos em um bloco abatido no interior da cavidade. São predominantemente grafismos geométricos - afiadores, polidores?</p> <p>Foto: Beatriz Landa</p>
<p>Painel da Tampa</p> 	<p>MS-AL-11</p> <p>Um painel isolado apresentando figuras geométricas em avançado estado de vestígio. Face "E".</p> <p>Foto: Kenny Marques Luciano Rodrigues</p>	<p>Painel do Antropomorfo</p> 	<p>MS-AL-12</p> <p>Painel isolado contendo nove figuras em estado de vestígio, sendo um (01) antropomorfo e oito (08) figuras geométricas em linhas paralelas. Face "O".</p> <p>Fonte: Keny Lima</p>

<p>Painel Sucupira</p> 	<p>MS-AL-13</p> <p>Abrigo sob rocha apresenta dois pequenos petroglifos isolados, um em forma de bastonetes, e outro tridáctilo denotando uma oficina lítica de ponta de flechas. Orientação "E".</p> <p>Foto: Kenny Marques Luciano Rodrigues</p>	<p>Abrigo "Morro das Duas Torres</p> 	<p>MS-AL-14</p> <p>Pequeno abrigo sob rocha com um painel apresentando pinturas sobrepostas em tons vermelho e amarelo, altura do abrigo é de 3 metros. A distância do solo em relação ao piso do abrigo é de 7 metros e 70 centímetros</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>
<p>Gruta do Urutau</p> 	<p>MS-AL-15</p> <p>Caverna em arenito com pórtico voltado para O, medindo 45 m de comprimento por 22 de largura e 5,5 de altura máxima. A cavidade possui zona afótica, bem como fauna referente (troglóbios).</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>	<p>Barro Branco II</p> 	<p>MS-AL-16</p> <p>Painel isolado em paredão face sul. O painel é composto por motivos geométricos na tonalidade vermelha.</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>
<p>Barro Branco III</p> 	<p>MS-AL-17</p> <p>Pequeno painel apresentando dois grafismos geométricos em estado de vestígio. As pinturas estão dispostas na parte externa da cavidade, no pórtico de entrada, ao lado direito.</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>	<p>Barro Branco IV</p> 	<p>MS-AL-18</p> <p>Painel apresentando grafismos geométricos monocromáticos e policromáticos em bom estado de conservação</p> <p>Foto: Rodrigo Aguiar</p>

<p style="text-align: center;">Barro Branco V</p> 	<p style="text-align: center;">MS-AL-19</p> <p>O sítio possui dois pequenos painéis dispostos isoladamente compostos por figuras geométricas monocromáticas e policromáticas.</p> <p style="text-align: center;">Foto: Rodrigo Aguiar</p>	<p style="text-align: center;">Barro Branco VI</p> 	<p style="text-align: center;">MS-AL-20</p> <p>Painel composto por figuras policrômicas em vermelho e amarelo e monocrômicas em vermelho, que se encontram dispostas na parte externa da cavidade.</p> <p style="text-align: center;">Foto: Rodrigo Aguiar</p>
<p style="text-align: center;">Barro Branco VII</p> 	<p style="text-align: center;">MS-AL-21</p> <p>Os petroglifos estão dispostos em um bloco abatido no interior da cavidade. São predominantemente grafismos geométricos - afiadores, polidores?</p> <p style="text-align: center;">Foto: Rodrigo Aguiar</p>	<p style="text-align: center;">Fazenda Fidalgo II</p> 	<p style="text-align: center;">MS-AL-23</p> <p>O sítio é composto por vários painéis distribuídos ao redor do afloramento arenítico. Os motivos são na maioria geométricos, em tons de vermelho e amarelo.</p> <p style="text-align: center;">Foto: Rodrigo Aguiar</p>
<p style="text-align: center;">Fazenda Fidalgo III</p> 	<p style="text-align: center;">MS-AL-24</p> <p>O sítio é composto por vários painéis distribuídos ao redor do afloramento arenítico. Os motivos são na maioria geométricos, em tons de vermelho e amarelo.</p> <p style="text-align: center;">Foto: Marcos Antônio</p>		

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>

O sítio Templo dos Pilares (figura 13), localizado em Alcinoópolis, por ter uma geomorfologia singular e monumental, tornou-se o sítio mais emblemático no estado dando

ao município o título de “Capital Estadual da Arte Rupestre” e através de iniciativas da prefeitura foram implantados parques naturais, com o objetivo de preservação desses sítios segundo Aguiar (2012, p. 36):

O município de Alcinópolis é um caso a parte, devido à enorme quantidade de sítios de arte rupestre e à variedade de estilos. Por conta disso, o município vem sendo chamado de “capital da arte rupestre”, título que a prefeitura ostenta com orgulho. Por iniciativa municipal, foram implantados parques naturais, que têm entre seus objetivos a preservação dos sítios de arte rupestre. O principal desses parques relacionados à arte rupestre é o chamado Templo dos Pilares, enorme abrigo onde ocorre a maior concentração de arte rupestre em um mesmo sítio arqueológico em todo Mato Grosso do Sul.

Figura 13: Templo dos Pilares em Alcinópolis/MS



Fonte: Foto de Laura Pael

Conforme Martins; Kashimoto (2012, p. 158):

O sítio Templo dos Pilares destaca-se na arqueologia sul-mato-grossense por apresentar uma geomorfologia singular e, ao mesmo tempo, monumental, isto é, espetaculares colunas naturais de arenito, com vários metros de altura que, por vezes, dão a impressão para o observador que foram feitas pela mão do homem com o objetivo de sustentar o teto do abrigo.

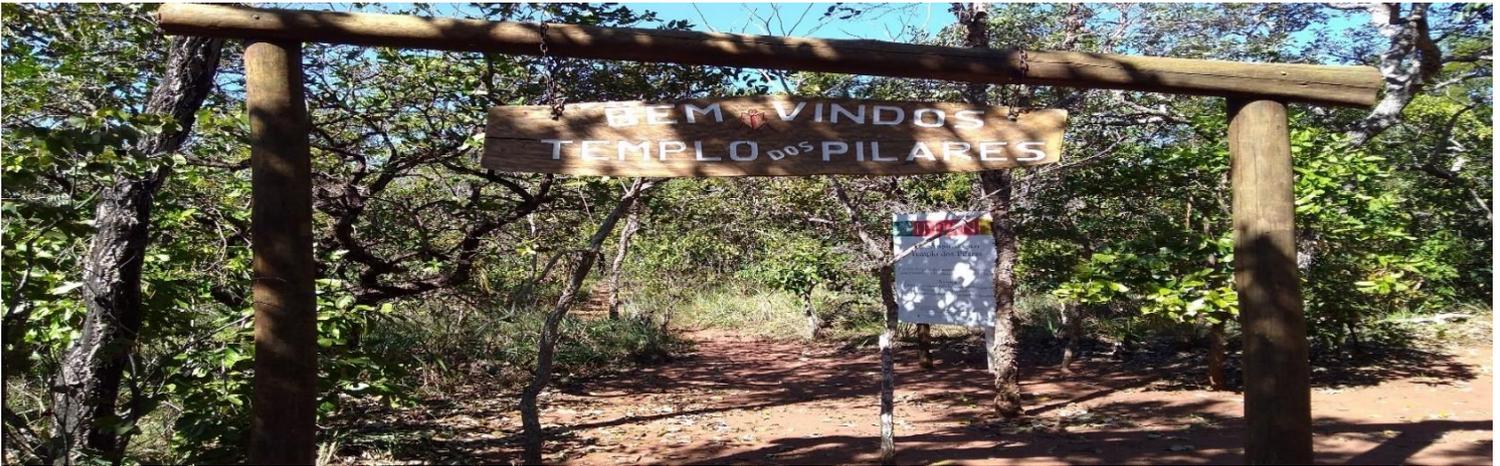
O projeto “Inventário, Avaliação e Medidas de Conservação, Preservação, Divulgação e Gestão do Patrimônio Arqueológico de Arte Rupestre do Estado de Mato Grosso do Sul” desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), registrou 80 sítios arqueológicos, dispersos em vários municípios de Mato Grosso

do Sul. Os grafismos levantados no inventário estão nos municípios de Aquidauana, Ladário, Corumbá, Coxim, Alcinópolis, Costa Rica, Chapadão do Sul, Pedro Gomes, Paranaíba, Rio Negro, Rio Verde, Corguinho, Jaraguari, Maracaju, Jardim e Antônio João. Os grafismos rupestres encontrados nesses locais foram confeccionados por pintura ou por meio de gravação. Para a realização das pinturas foram utilizados mistura de minerais com matéria graxa, resultando em uma tinta com uma alta absorção e fixação, com duração de milhares de anos (AGUIAR, 2014, p.15).

No ano de 2016, a equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados, sob a coordenação do Professor Rodrigo Aguiar, fez o primeiro trabalho de escavação e datação no município de Alcinópolis, no sítio Templo dos Pilares. Os trabalhos de prospecção no sítio Templo dos Pilares se deram em março de 2016, e a metodologia utilizada seguiu o modelo de níveis artificiais, com progressão em camadas de dez centímetros (AGUIAR, 2016, p. 26). A partir das datações radiocarbônicas, estabeleceu-se a primeira proposta cronológica dos primeiros povos que se estabeleceram na região do município de Alcinópolis com cerca de 10.000 anos e 8.000 anos atrás, conforme descreve Aguiar, (2016, p.33-34):

Com base nas evidências podemos dizer com absoluta certeza que o Templo dos Pilares foi primeiramente frequentado por povos caçadores e coletores, pré-ceramistas, que se estabeleceram na região entre 10 mil e 8 mil anos atrás [...] os humanos deste período preferiam ocupar os abrigos que ocorrem em grande número na cadeia de montanhas que se debruça sobre uma vasta planície que viria a ser o Pantanal. Tais abrigos naturais eram convertidos em espaços humanos por intermédio de pinturas parietais que representavam elementos do ecossistema e outras categorias de destaque na cosmologia daqueles grupos.

As pesquisas realizadas em Alcinópolis trouxeram informações importantes, no contexto arqueológico do município e também a nível regional, contudo é necessário, devido a relevância científica e cultural dos sítios, políticas de preservação desse patrimônio cultural e natural. No próximo capítulo abordaremos a preservação do patrimônio arqueológico, legislação e gestão do patrimônio cultural.



CAPÍTULO II

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E LEGISLAÇÃO

2.1 CONCEITOS DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Ao pensarmos sobre a expressão patrimônio surgem questões complexas pelas multiplicidades de discursos que o definem. Historicamente os processos de construção do patrimônio foram associados fundamentalmente aos Estado-Nação, sendo vinculados como recurso de unificação.

A palavra patrimônio deriva da formação de dois vocábulos greco-latinos: *pater e nomos*, a palavra “pater” tem o significado de chefe de família, que possui o pátrio poder em todas as coisas que lhe pertencem, quanto a palavra “nomos” está relacionado com os usos e costumes relacionados a origem, segundo Chaui (2005, p. 138) “O *nomos* relaciona-se, portanto, com o grupo social. O patrimônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro”.

A origem da palavra patrimônio está ligada segundo Choay (2001), as estruturas familiares, econômicas e jurídicas da sociedade estável são requalificadas por diversos adjetivos dentre eles o genético, financeiro, histórico, artístico, turístico, natural, cultural.

Esta bela e antiga palavra estava, na origem ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2001, p.11).

Todos nós de alguma forma e ainda que superficialmente, ouvimos falar sobre patrimônio. No entanto quando falamos em patrimônio, lembramos nos conjuntos de bens de uma família, ou em um patrimônio histórico constituídos de bens arquitetônicos de um lugar.

Segundo Choay (2001, p. 11):

Patrimônio Histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo mediática.

Para Funari e Pelegrini (2006, p.22), “De uma forma ampla, ao percebemos a preocupação dos governantes em preservar os bens ao longo da nossa história, deparamos com grandes construções”. Por estar vinculado a memória e preservação ou em função das características que são atribuídas a ele, o patrimônio é portador de significados e referências identitárias, sendo fundamental na construção da identidade ao longo da história de indivíduos, grupos e nações.

Portanto, é necessário abordarmos algumas reflexões sobre memória, para entendermos como o patrimônio é pensado e apropriado pela sociedade. Segundo Halbwachs (2004), ao abordarmos a memória e seus aspectos individuais e coletivos surgem algumas complexidades:

Seria o caso, então de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a um interior ou interna, a outra exterior; a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma obra resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida representaria um quadro bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 2004.p.41)

De acordo com Camargo (2010), o valor simbólico que atribuímos a objetos e artefatos é decorrente da importância da memória coletiva atribuída a eles. Esta memória nos incita a conhecer seu significado histórico-social, reorganizando o passado em relação ao presente e inventando o patrimônio dentro dos limites possíveis, que são estabelecidos através do conhecimento.

Segundo Le Goff (2003), a memória coletiva passou por grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade

entre elas. Isto representou um estímulo para a Sociologia explorar esse novo conceito, assim como o conceito de tempo. Para Le Goff (2003, p. 476):

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Ao tratarmos de patrimônio no campo individual falamos a partir das nossas percepções, sentimentos e decisões para nos referirmos ao que delegamos importante para nós. Já em relação ao patrimônio coletivo, referimo-nos a algo mais distante, determinado por um grupo de pessoas. Segundo Funari e Pelegrini (2009), para compreender o patrimônio coletivo é necessário refletir a coletividade, que não é simplesmente a soma de indivíduos. A coletividade é constituída por grupos diversos, em constante transformação com interesses diferentes e até mesmo conflitantes.

Segundo Soares; Rempel (2009, p.84):

A invenção do patrimônio não se dá de forma tranquila ou a-histórica. É um processo que envolve a perpetuação da memória, das tradições, das referências sociais e culturais, da manutenção das práticas materiais e imateriais, da persistência e da reprodução de determinados elementos considerados relevantes – ou do seu esquecimento.

Portanto essa diversidade resulta em uma multiplicidade de ponto de vista, de interesses e opiniões, que interferem nas decisões do que para uns é patrimônio, já para outros não são. Modificando com o tempo os valores sociais, por isso convém analisar o patrimônio ao longo do tempo e dos grupos sociais (FUNARI E PELEGRINI, 2009).

A expressão patrimônio histórico foi designado a partir de um bem destinado ao usufruto de determinada comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído por objetos que se congregam por seu passado comum, como obras das belas artes, das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos humanos, segundo Choay (2001).

Neste sentido, a noção de valor servirá como base de reflexão para entender os processos de atribuição de valor e como são progressivamente construídos os patrimônios. O valor cultural que atribuímos aos bens pretende a ser naturalizado, considerando sua propriedade intrínseca, disponível apenas a um olhar qualificado. Na prática social a constituição e a proteção do patrimônio estão estabelecidas em um estatuto jurídico próprio atribuídos a sua gestão ao Estado em nome da sociedade. Neste caso a norma jurídica define

direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos, como também registra no espaço social alguns ícones, figurações concretas e visíveis de valores ao qual se deseja transmitir e preservar (FONSECA, 2009, p. 37).

Assim sendo, o patrimônio pode ser compreendido tanto nos aspectos naturais e/ou ambientais, que incluem paisagens, construções e práticas derivadas da ambientação das populações com o seu hábitat. É reconhecido pelas distintas maneiras que determinados grupos culturais se adaptam e sobrevivem através da utilização de tecnologias e de formas de conhecimento específicas. Pode-se dizer que por meio de uma série muito extensa de artefatos, ecofatos, geofatos, manifestações, rituais, costumes, tradições, enfim, essa quantidade de expressões de cultura torna compreensível a ideia de patrimônio, seja ele material ou imaterial (FONSECA, 2009).

Por isso cabe ressaltar que o patrimônio natural é reconhecido não apenas por seus aspectos culturais, mas por seu valor especificamente natural, com formações físicas e biológicas e áreas naturais de interesse científico e estético que consta no art. 2 da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Segundo Fonseca (2009, p. 22), ainda que reconheçamos que o patrimônio está efetivamente associado à necessidade de preservação, essa não é uma lógica frequente. A preservação patrimonial no Brasil tem uma história. E mesmo que retrocedêssemos desde o período colonial até os primeiros 30 anos do século XIX para buscar algumas iniciativas isoladas, o mais relevante é considerar como a preservação patrimonial se tornou tema de interesse e preocupação nacional. Vale ressaltar que a noção de preservação vai além da preocupação com vestígios do passado ela também considera, o presente é capaz de nos representar como uma cultura ampla, diversificada e rica. Pois o patrimônio é capaz de estimular a memória das pessoas “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como *locus* privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007, p. 1).

Segundo Le Goff (1990), a memória contribui para que o passado não seja esquecido totalmente, pois ela capacita o homem a atualizar impressões ou informações do passado, eternizando a história na consciência humana. Ao discorrer sobre o patrimônio cultural, é importante considerar a cultura como a forma que os grupos se organizam e utilizam os recursos naturais, criando instrumentos, técnicas e métodos para transforma-los.

Historicamente, somos herdeiros de bens já consagrados, resultado de políticas de preservação que privilegiaram igrejas, engenhos, fortes, ou seja, construções pertencentes a classe dominante e que foi denominado de patrimônio de pedra e cal. Essa realidade segundo Santos (1994, 69), “... a preservação do nosso patrimônio tem se dado de forma fragmentada, norteada por uma política de “pedra e cal”, dissociada de uma proposta de preservação de cunho antropológico e social”.

Segundo Fernandes (1993, p. 275):

Houve uma política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias e cultural e como as referências para a construção de nossa identidade histórica e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários.

A maior parte, das escolhas é a consequência de uma sociedade baseada em uma história de escravidão, que foi esquecida predominando a valorização de um determinado grupo, como afirma Durham (1984, p. 33), “aos feitos e à produção cultural das classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”.

Nesse sentido e para entendermos melhor, é importante recordar a trajetória e a perspectiva histórica do patrimônio desde os primeiros acontecimentos na história.

2.2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO

Para compreendermos melhor a trajetória do patrimônio, é necessária uma revisão dos acontecimentos que ocorreram a partir do século XV. Segundo Choay (2001, p. 205), “monumentos e cidades históricas, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade”.

Com a criação da primeira comissão dos Monumentos Históricos, na França, em 1837, três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídos, dentre eles: os edifícios religiosos da Idade Média e alguns Castelos, posteriormente todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais e todas as categorias de edifícios, públicos, privados e utilitários. Depois da Segunda Guerra Mundial, os números de bens inventariados multiplicaram, mas a natureza desses bens continuou as mesmas. Somente a partir da década de 1960 foram incluídos novos tipos de bens e com o aumento do quadro cronológico e das áreas geográficas das quais esses bens se associam (CHOAY, 2001, p. 12).

Cabe salientar, que esses bens provinham, na sua essência da arqueologia, história e arquitetura erudita. Posteriormente foi incorporando todas as formas da arte de construir, tanto as eruditas como as populares, as urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios públicos e privados denominados de arquitetura menor. Com isso, o domínio patrimonial passou a compreender os aglomerados de edificações e a malha urbana (casas, bairros, aldeias, cidades inteiras).

Conforme Choay (2001, p. 14):

Enfim, a noção de monumento histórico e as práticas de conservação que lhe são associadas extravasaram os limites da Europa, onde tiveram origem e onde por muito tempo haviam ficado circunscritas.

[...] Na mesma época, os Estados Unidos foram os primeiros a proteger seu patrimônio natural, mas pouco se interessavam em conservar aquele constituídos pelas edificações, cuja proteção é recente e começou por levar em conta as residências individuais das grandes personalidades nacionais.

No contexto da história, que Le Goff (1990, p. 535-553) supõe “a forma científica da memória coletiva”, a noção de monumento passa a ser considerada em sua relação, com a noção de documento. Já para Clifford (1988), a noção de preservação deve ser entendida nessa mesma dimensão.

Coleta, posse, classificação e valor estão, certamente, restritos ao Ocidente; mas, em outras regiões essas atividades não precisam ser associadas à acumulação (em vez da redistribuição) ou à preservação (em vez da decadência histórica ou natural). A prática ocidental de coleta da cultura tem sua própria genealogia local, imbricada em noções europeias distintas de temporalidade e ordem (CLIFFORD, 1988, p. 218, apud FONSECA, 2009).

O patrimônio está vinculado tanto ao papel da memória e da tradição, como na formação de identidades coletivas, quanto os recursos utilizados pelos Estados modernos na legitimação da concepção de nação.

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. Permeando essas dimensões, está a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – e aqui me refiro tanto á produção quanto à conservação ou destruição – na elaboração das categorias de tempo e espaço. Ou seja, o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento (FONSECA, 2009, p.51)

Entretanto, foi somente no século XVIII, que o Estado assumiu a proteção legal de determinados bens, em nome do interesse público que atribuíram a simbolizarem a nação, onde se definiram o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2009).

Com a consolidação do Estado Nacional e especialmente a Revolução Francesa, trouxe uma transformação na categoria do patrimônio e a partir desse cenário, a noção moderna de patrimônio começou a se formar.

No Brasil, a preocupação com a temática do patrimônio e com o resgate dos vestígios do passado da nação, e mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico, inicia a partir da década de 1920. Através de denúncias feitas por intelectuais da época, quanto ao abandono das cidades históricas e a dilapidação do que seria o “tesouro” da nação.

No ano de 1936, a pedido de Gustavo de Capanema, Ministro da Educação Saúde na época, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto intitulado “*anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional*”, com o objetivo de servir de embasamento na elaboração do texto definitivo do Decreto – Lei nº 25/37. Este anteprojeto elaborado por Andrade, é composto por três capítulos, segundo Silva (2002, p. 129):

No capítulo I constam as competências do SPHAN-Serviço do Patrimônio Artístico Nacional-para “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional”.

No capítulo II constam os bens culturais que fazem parte do *patrimônio artístico nacional* e os critérios de seleção desses bens.

[...]

O capítulo III do anteprojeto de Mário de Andrade dedica-se a estabelecer a estrutura interna do SPHAN, que seria composto por seis órgãos.

Segundo Andrade (1987, p. 50), essa “foi uma ideia longamente amadurecida em nosso meio”. Segundo Silva (2002), dois aspectos contemporâneos são identificados no anteprojeto elaborado por Andrade. O primeiro refere-se à proteção dos bens imateriais, quando trata nas categorias de bens culturais de *arte arqueológica* e *arte ameríndia*, que consta a inclusão do tema “folclore ameríndio” e no segundo momento na categoria *arte popular*, que consta o tema “folclore”. Dessa forma, o projeto de Mário de Andrade foi considerado inovador em sua época.

Mas o ápice da proteção jurídica do patrimônio cultural, só foi alcançado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 215 e 216. O patrimônio imaterial está especificado no artigo 216, e sua proteção foi regulamentada pelo Decreto 3.551/2000, que instituiu o “registro de bens culturais de natureza imaterial” e cria o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial” (IPHAN, 2010).

Com a aprovação do Decreto 3.551/2000, o campo do patrimônio cultural no Brasil começou a delinear novas mudanças, conforme Abreu; Chagas (2003, p.13):

[...] descortinou-se um panorama que alterou radicalmente a correlação de forças até então vigentes. Se durante décadas predominou um tipo de atuação preservacionista, voltada prioritariamente para o tombamento dos chamados bens de pedra e cal – igrejas, fortes, pontes, chafariz, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos -, o referido decreto pôs em cena uma antiga preocupação de alguns intelectuais brasileiros, entre os quais se destacou Mário de Andrade, qual seja, a de valorizar o tema do intangível, contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais.

Cabe ressaltar, que as primeiras iniciativas a nível federal de proteção dos acervos de monumentos históricos e artísticos, surgiram no âmbito dos museus nacionais. O primeiro órgão de proteção ao patrimônio a nível federal, foi o Museu Histórico Nacional, iniciativa do diretor Gustavo Barroso. No ano de 1934, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, inclinada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica, teve uma atuação restrita e foi desativada com a criação do SPHAN (FONSECA, 2012).

O Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933 a cidade de Ouro Preto foi elevada a categoria de monumento nacional, sendo a primeira iniciativa do governo federal em relação a proteção do patrimônio (IPHAN, 2010).

Com o anteprojeto apresentado em sua primeira versão por Mário de Andrade, deu continuidade sendo formulado definitivamente no Decreto Lei nº 25, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em 1936 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), começa a funcionar em caráter experimental, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade, só na data de 13 de janeiro de 1937, é sancionada a Lei nº 378, que passa a integrar oficialmente o SPHAN, a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES). A criação do SPHAN acontece em um momento que o Brasil passa pelo movimento modernista e a instauração do Estado Novo.

Cabe mencionar, que foi na década de 30 e mais especificamente em 1938, foram mais 292 bens inscritos, na maioria Rio de Janeiro, em Minas, na Bahia e Pernambuco. Já no que se refere aos bens arqueológicos, etnográficos e paisagísticos até o final da década de 50 eram poucos bens inscritos. Conforme Fonseca (2009, p. 114) “[...] esses dados vêm confirmar o fato já amplamente comentado de que a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética”.

Essa primeira fase que constituiu nos primeiros 30 anos da instituição, inicialmente SPHAN e depois passa a DPHAN ficou conhecida como “*a fase heróica*”. Já na segunda

fase, que corresponde a administração de Renato Soeiro, no ano de 1967 a 1979 (IPHAN, 1980), que foi assinado o Decreto-lei nº 66.967 de 27 de julho de 1970, que transformou o DPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e a Lei nº 6.292, no ano de 1975 sobre o cancelamento referente aos tombamentos.

Entre os anos de 1990 e 1994, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) sucedeu a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória, com a autorização pela Lei nº 8.029, de abril de 1990.

É o Poder Executivo autorizado a constituir:

II – o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, ao qual serão transferidos as competências, o acervo e as receitas e dotações orçamentárias da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, bem como o acervo, as receitas e dotações orçamentárias da Fundação a que se refere a alínea d do inciso II do artigo anterior (ou seja, a Fundação Nacional (Pró-Memória), tem por finalidade a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro nos termos da Constituição Federal especialmente em seu art. 216 (BRASIL, 1990b, art. 2, inciso II).

O IBPC era uma autarquia vinculada à Secretaria da Cultura da Presidência da República, órgão constituído em 1994 para substituir o Ministério da Cultura, extinto no mesmo ano. As competências atribuídas ao Instituto foram através do Decreto nº 99.602, de 13 de outubro de 1990 (BRASIL, 1990).

Com a mudança de denominação, o IBPC sofreu inúmeros protestos e manifestações de intelectuais, contrários as mudanças do órgão e principalmente com a diminuição das ações executivas da instituição. Uma das críticas feitas nos protestos foram em relação a expressão original abandonada que era o complemento *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Para os críticos a marca ao longo de cinquenta anos legitimou e deu notoriedade a instituição, por outro lado, os defensores do IBPC consideravam a nova mudança adequada e a sua ampliação ultrapassava os valores histórico e artístico conferido aos bens culturais.

As finalidades do IBPC foram definidas pela promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro “nos termos da Constituição”, especialmente, devendo:

I - formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes da SEC/PR [Secretaria da Cultura da Presidência da República]; [...]; IV - promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural (BRASIL, 1991, art. II).

No ano 1991, o Conselho Consultivo foi vinculado novamente à estrutura regimental com a denominação Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, mantida até hoje. Tinha como competência “examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas ao tombamento”

(BRASIL, 1991, art. 6). Na vigência do IBPC, as unidades descentralizadas da instituição passaram a ser denominadas Coordenadorias Regionais, com as atribuições de:

dirigir, coordenar, controlar e executar as ações de promoção do Patrimônio Cultural, no âmbito de suas áreas de situação, em efetiva interação com os demais órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com representantes da sociedade civil com a colaboração de entidades privadas, devendo, para tanto: [...] VII - formar, sob a direção do Coordenador Regional, Câmaras Regionais de Proteção, compostas, preferentemente, por representantes dos Governos estaduais e municipais e da sociedade local (BRASIL, 1991, art. 13).

Somente no ano de 1994 o IBPC retomou o nome IPHAN, por meio da Medida Provisória nº 610, de 08 de setembro, artigo VI, definido que:

O Instituto do Patrimônio Cultural – IBPC – e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC – passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – e Fundação Nacional de Artes – Funarte, mantidas suas competências e naturezas jurídicas (BRASIL, 1994).

Portanto, nos anos de 1970 a 1980, a tendência da política cultural desenvolvida no âmbito federal foi no sentido de ampliar a definição de patrimônio e estimular a participação da sociedade, propondo a colaboração entre Estado e sociedade. Na atualidade, às políticas voltadas para o patrimônio indicam que não há mudanças significativas nas estatais, a questão cultural ainda é pouco debatida nas agendas dos partidos políticos.

2.3 LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

No Brasil a relação entre o Estado e a cultura datam do século XX, mais precisamente a partir da década de 30, que constituem a estrutura administrativa e o aparelho burocrático do Estado referente ao patrimônio. Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional é observada no texto da Constituição da República, promulgada em 1934, ao explicitar o dever do Estado em proteger os bens naturais e culturais, até mesmo o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional.

No artigo 10 da Constituição da República de 1934, nas disposições preliminares, do item III consta:

Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:
III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte do território nacional (BRASIL, 1934).

A Constituição de 1934, estabeleceu o abrandamento do direito de propriedade, quando a mesma se revestisse de uma função social. Esta organização foi sancionada na Constituição de 1937, tornando decisiva na proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo. Esse entendimento viabilizou os processos de tombamento no país, instituídos por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, sendo este o principal instrumento jurídico utilizado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Com a criação do SPHAN em 1937, com objetivo de atuar na identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro (FONSECA, 2009), é que foi realizado o primeiro levantamento dos bens nacionais de interesse histórico e cultural a serem salvaguardados, por essa razão, a preservação patrimonial no Brasil foi iniciada oficialmente em 1937.

Com o Decreto Lei nº. 25/37 criam-se os livros tomo:

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei. (BRASIL, 1937)

Com relação a proteção do patrimônio cultural, na Constituição de 1937, é ressaltado em seu art. 134 que os atentados contra eles correspondem aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Art 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (BRASIL, 1937).

No ano de 1940, foi instituído o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 07-09-40), constando na parte especial dos crimes contra o patrimônio, no capítulo IV, em referência as penas aplicadas aos danos cometidos em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.

Art. 165 Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:
Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa (BRASIL, 1940).

Segundo Miranda (2001), as penas aplicadas aos crimes praticados contra o patrimônio cultural, principalmente na efetiva proteção do patrimônio arqueológico não lograram êxito como era esperado, constatando sérias deficiências na modalidade culposa e na exigência inapropriada de tombamento dos bens arqueológicos, praticamente inaplicáveis.

Mas foi a partir da Constituição Federal de 1988, que caracterizou a condição dos bens patrimoniais como objeto de política pública. A partir deste momento, ocorre uma descentralização dos poderes e, conseqüentemente, amplia-se consideravelmente a autonomia dos municípios brasileiros, passando a compor a administração político-administrativa da Federação Brasileira, recebendo a responsabilidade de exercer, entre outras coisas, a proteção do patrimônio histórico e cultural local. A preservação dos bens culturais é caracterizada nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216 - Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Como vimos anteriormente, a legislação brasileira já demonstrava preocupação ainda que de forma incipiente, quanto a preservação dos bens arqueológicos, principalmente a partir da década de 1960, período que os estudos em arqueologia no Brasil tornaram-se mais efetivos.

Com a necessidade de reformulação da proteção do patrimônio ambiental brasileiro foi promulgada a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções administrativas e penais resultantes de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente,

ressaltando na Seção IV a partir do artigo 63, as sanções relacionadas os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano - Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011.

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. Redação dada pela Lei nº 12.408, de 2011.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.408, de 2011.

As Cartas e Recomendações elaborada pela UNESCO em conjunto com ICOMOS, ICOM E ICCROM, referente à proteção patrimonial, fundamenta as leis patrimoniais brasileiras, no que se refere à definição de políticas preservacionistas.

A proteção do patrimônio cultural torna-se necessário na conservação de fontes de informações e referências, na perspectiva de compreensão do processo histórico de um país e, conseqüentemente, para a consolidação de sua memória. Conforme a *Carta para Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico*, elaborada pelo ICOMOS/ICAHM (in LEGISLAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1996, p. 45):

O ‘patrimônio arqueológico’ compreende a porção do patrimônio material para o qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

Na medida em que foram aumentando substancialmente os trabalhos arqueológicos, a legislação nacional é tributária de uma grande influência externa, principalmente das cartas patrimoniais, como é o caso da “Carta de Atenas”, aprovada em 1932, sendo referência e pioneira no século XX, na questão preservacionista (CERQUEIRA; CUNHA, 2007).

A primeira iniciativa na defesa do patrimônio arqueológico no Brasil ocorreu em 1920, e consagrado na década de 30, com a criação do órgão institucional Serviço do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Alberto Childe, na década de 30 era o presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes e chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro e foi incumbido de preparar um anteprojeto de lei, que voltasse para a defesa do patrimônio arqueológico, recomendando a desapropriação de áreas onde estivessem esses bens. Entretanto na época a proposta não foi aprovada pelo Congresso, visto que esta ação poderia requerer a nacionalização de propriedades privadas (CARVALHO; FUNARI, 2009).

Na proposta de Alberto Childe, não se apontava a necessidade de um programa educacional, que surgiu apenas em 1935, devido ao estudo realizado sobre as fontes culturais e a necessidade de programas educacionais que divulgassem informações sobre os sítios arqueológicos, publicado pelo arqueólogo Raimundo Lopes (CARVALHO; FUNARI, 2009).

A Carta de Atenas influenciou as autoridades brasileiras, na percepção da necessidade de formulação de políticas públicas com o objetivo de salvaguardar os monumentos históricos. A influência da Carta de Atenas é perceptível no texto constitucional de 16 de julho de 1934, no artigo 148, capítulo III – Educação e Cultura:

Cabe a união, aos estados e os municípios, favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934).

No que se refere a proteção, especificamente dos bens arqueológicos, é citada pela primeira vez, no Decreto-lei nº 25, de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, inscritos nos Livros do Tombo:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Contudo, esse Decreto e as normas de tombamento não foram suficientes para inibir a destruição dos sítios arqueológicos. A Recomendação de Nova Délhi, em 1956 na Conferência geral da UNESCO, caracteriza-se por ser a mais completa aos princípios internacionais aplicados nas pesquisas arqueológicas. E serviram de base teórica na elaboração da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que foi decisiva para regular as pesquisas e a preservação do patrimônio arqueológico. Esta lei estabeleceu legislação especificamente a partir da Lei nº. 3.924 de 26 de junho de 1961, estabelece que o patrimônio arqueológico nacional é um bem público, devendo, portanto, ser protegido.

Art. 1º - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Art. 2º - Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazidos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas o significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigo sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (IPHAN, 2010).

A convenção de Paris é responsável, entre outras ações, pela Criação da “Lista do Patrimônio Mundial” e “Fundo do Patrimônio Mundial”, sendo o Brasil um exemplo, pois o sítio arqueológico Parque Nacional da Serra da Capivara, com mais de 945 sítios, foi incluído na lista da UNESCO. Paulatinamente, a legislação foi sendo ampliada, e no ano de 1986, a Resolução CONAMA nº. 001, à semelhança de outros dispositivos legais, observa a necessidade de efetiva salvaguarda do patrimônio arqueológico em áreas sujeitas a impactos ambientais:

Art. 6º. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise de recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto.

(...) c) o meio socioeconômico, o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-econômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos (IPHAN, 2010).

A Constituição Federal de 05 de outubro 1988, que é a principal lei de proteção brasileira de proteção do patrimônio arqueológico, de acordo com o artigo 20 e 23, que são bens da união:

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

[...]

Artigo 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

Com isso, as atividades de pesquisa arqueológica no Brasil passaram a ser regulamentadas por meio da Portaria no. 07, de 01 de dezembro de 1988, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Dentro dessa perspectiva, em 17 de dezembro de 2002, O Ministério da Cultura, por intermédio do IPHAN, em complemento a Resolução do CONAMA nº 01, instituiu a Portaria nº 230, que disciplina os estudos arqueológicos no âmbito dos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e os respectivos Relatórios de Estudos Ambientais (RIMA).

Art. 1º - Nesta fase dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etno-histórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo (IPHAN, 2010).

Com os EIA/RIMA, as pesquisas arqueológicas passam necessitar de acompanhamento de vários tipos de análises e fases, que são: triagem, registro, acondicionamento e entre estes a educação patrimonial, que devem ser reveladas para a comunidade por meio da sensibilização sobre a relevância da preservação do Patrimônio, como parte da história e do cotidiano dos cidadãos.

2.3.1 Legislação municipal de proteção do patrimônio cultural e arqueológico do município de Alcinópolis/MS

Na década de 1960, os estados assumiram também a política de preservação cultural. Mais tarde nos anos 1980, os municípios começaram a se empenhar na defesa do patrimônio, com a criação dos Conselhos Municipais de Preservação, com o intuito de estabelecer diretrizes de proteção do patrimônio cultural.

No estado de Mato Grosso do Sul, foi sancionada a Lei nº 3.522, em 30 de maio de 2008 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e cultural de Mato Grosso do Sul:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, paisagístico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul os bens móveis, imóveis, histórico, estético ou cultural, requeiram a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, registro, conservação e preservação.

§ 1º São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para os fins desta lei:

- I – as obras de arte;
- II – os objetos;
- III – os edifícios;
- IV – os monumentos;
- V – as bibliotecas;
- VI – os arquivos;
- VII – os documentos;
- VIII – os conjuntos arquitetônicos;
- IX – as jazidas;

- X – os sítios arqueológicos;
 - XI – as paisagens.
- § 2º São considerados bens imateriais para fins desta lei:
- I – as formas de expressão;
 - II – os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas.

No âmbito municipal de Alcinópolis, a proteção e preservação do patrimônio cultural está prevista na Lei Orgânica do Município de 17 de dezembro de 1993, no artigo 16:

- Art. 16 – É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal:
- [...]
- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
 - IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor históricos, artísticos ou cultural;
 - V – proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e a ciência;

No art. 192 da Lei Orgânica, por sua vez, estabelece a competência do município em relação a Cultura.

- Art. 192 – Para garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura, previstos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, o Município terá uma política de Cultura própria e criará o Conselho Municipal de Cultura, objetivando, entre outras coisas, ao seguinte:
- I – incentivar as empresas que proporcionem aos seus empregados, atividades culturais e coloquem a sua disposição biblioteca, discoteca e outras fontes de cultura;
 - II – instituir espaços culturais como, teatros, feiras, casas de artesão e outros com a correspondente previsão de recursos orçamentários;
 - III – difusão e preservação das manifestações culturais e folclóricas regionais e de festas típicas;
 - IV – incentivo a criação de associações ou centros culturais que tenham por objetivo a difusão do folclore e de festas tradicionais;
 - V – difundir e incentivar o ensino da história regional com o objetivo de reconstituir o passado da cidade de Alcinópolis.

Cabe destacar, que na Lei Orgânica do município de Alcinópolis, no art. 192 que trata da Competência do município em relação a cultura, não há uma menção específica em relação a proteção e preservação do patrimônio arqueológico do local. O que mais se aproxima é o art. 16 que remete a competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal.

Os primeiros registros da arte rupestre no município de Alcinópolis, ocorreram com os trabalhos de pré-catalogação da Profa. Silvia Moehlecke Copé entre 1986 e 1989, que ficou registrado no documento “*Preliminar Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Alto Taquari-MS*”, que evidenciou a existência de sítios arqueológicos com arte rupestre nos municípios de Coxim e região. A catalogação foi realizada na região norte de Mato Grosso do

Sul especificamente nos municípios de Coxim, Pedro Gomes, Costa Rica e no município de Alcinópolis, na época Distrito de Coxim (SOUZA E BENTO, 2015, p. 5):

Os trabalhos de pré-catologação da professora Silvia Moehleche Copé entre 1986 a 1989, evidenciam a existência de sítios arqueológicos de representação rupestre e região, e a autorização dada pelo SPHAN em 1989 demonstram seu excepcional como patrimônio a serem preservados.

Em 14 de setembro de 2005, foi sancionada a Lei n 223/05 que “Cria o Conselho Municipal de Cultura.

No art.2º sobre as competências do Conselho Municipal de Cultura, dois tópicos se destacam em relação a conservação do patrimônio cultural:

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Cultura:

[...]

V – promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico do município;

VI – promover o intercâmbio com outras entidades culturais, bem como campanhas municipais que visem o desenvolvimento cultural e artístico.

O ano de 2012 foi representativo para os cidadãos alcinopolenses, com duas leis sancionadas, sendo uma estadual e outra municipal com relação ao patrimônio cultural do local, mais especificamente do patrimônio arqueológico.

A Lei nº 347/2012 de 30 de novembro de 2012, institui a Semana Municipal da Cultura no município de Alcinópolis, e cabe ressaltar que na referida Lei não é mencionado o patrimônio arqueológico, e sim o resgate dos valores culturais das comunidades locais, e o incentivo a todas as formas de manifestação cultural.

O potencial dos sítios arqueológicos e a importância do resgate no tocante às representações locais estabelecidas acerca da arte rupestre, torna mais efetiva a partir da instituição do título de “Capital Estadual da Arte Rupestre” em 2012, através da Lei Estadual nº. 4.306, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial e sancionada pelo então governador, André Puccinelli.

O título de “Capital Estadual da Arte Rupestre” conferida a Alcinópolis, é altamente significativo, pois, a nível estadual, o município é destaque no tocante ao reconhecimento e valorização dos sítios arqueológicos com arte rupestre, criando-se as primeiras unidades de conservação estadual definidas a partir da existência do patrimônio arqueológico: Parque Municipal “Templo dos Pilares” e Monumento Natural Serra do Bom Jardim. A criação das unidades de conservação foram importantes para a preservação dos sítios arqueológicos, entre

eles o Templo dos Pilares, e no fortalecimento de ações com relação ao patrimônio cultural do município.

Dessa forma, considerando-se o amplo e relevante patrimônio arqueológico na área municipal de Alcinópolis, no dia 29 de setembro de 2015, o prefeito Ildomar Carneiro, sancionou a Lei nº 383/2015 que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis”, que ficou instituída para o dia 05 de outubro cada ano.

Art. 1º - Esta lei institui o Dia Municipal da Arqueologia e Arte Rupestre no município de Alcinópolis-MS.

Art. 2º - Fica instituída a data de 05 de outubro cada ano, como o Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis-MS.

Art. 3º - São objetivos do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município:

I – Oficinas temáticas de arqueologia ministradas por profissionais capacitados aos educadores e educandos da rede municipal e estadual de Alcinópolis-MS e demais interessados;

II – promover discussões a respeito do tema;

III – difundir a cultura e as belezas arqueológicas do Município de Alcinópolis-MS e região entre educandos e educadores.

Art. 4º - Durante o Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre, instituída por esta lei, os estabelecimentos de ensino públicos realizarão atividades alusivas, que poderão compreender eventos organizados, como debates, palestras, seminários e apresentações artísticas, assim como a divulgação de trabalhos realizados pelos alunos e educadores, bem como pesquisadores associados e membros da comunidade.

A prefeitura municipal de Alcinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, lançou em outubro de 2017 o edital de eleição para a escolha da arte rupestre símbolo do município. Foram selecionadas três imagens de arte rupestre “Mulher em trabalho de parto”, localizada no Monumento Natural Serra do Bom Jardim, “Mão Humana”, que está no sítio arqueológico Barro Branco, e “Patas da Onça”, identificada no sítio arqueológico Pata da Onça (figura 14). As imagens foram previamente selecionadas por votação entre os membros das Secretarias de Desenvolvimento e Educação. O resultado da eleição foi publicado no dia 23 de outubro, em comemoração ao Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre, com a imagem “Patas da Onça” ganhadora da eleição totalizando 218 pontos.

Figura 14: “Mulher em trabalho de parto”, “Mão Humana”, “Pata da Onça”



Fonte: <http://www.alcinopolis.ms.gov.br>

A escolha do símbolo da arte rupestre teve como objetivo representar o município de Alcinópolis-MS, por tempo indeterminado, podendo ser divulgado sob as mais diversas formas, conforme consta na lei, depois de ser encaminhada para aprovação na Câmara Municipal, como Projeto de Lei Municipal conforme art. 10 e 11 do edital.

Artigo 10 - A arte rupestre símbolo eleita representará o Município de Alcinópolis-MS, por tempo indeterminado sendo divulgado em forma editorial, publicitária, didática, administrativa, propaganda e outras, após a aprovação, pela Câmara Municipal, de Projeto de Lei Municipal a ser encaminhado pelo Poder Executivo Municipal, exclusivamente para esta finalidade.

Entretanto na data de 08 de março de 2018, o prefeito aprovou e sancionou a Lei nº 430/2018, que cria o símbolo arqueológico do município de Alcinópolis (figura 15):

Art. 1º - Cria o Símbolo Arqueológico Municipal de Alcinópolis – MS, a imagem “Deusa Mãe”, nos moldes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Símbolo Arqueológico Municipal deve ser empregado em todas as imagens publicitárias e peças de comunicação visual.

O projeto de Lei nº 021/2017, foi apresentado pelo Vereador Antônio Marcos dos Reis que cria o símbolo oficial de Alcinópolis, anulando a eleição feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Figura 15: Símbolo Oficial conforme sancionado em Lei “Deusa Mãe” utilizado no 26º aniversário de Alcinópolis.



Fonte: <http://www.alcinopolis.ms.gov.br>

O que fica evidenciado a falta de comunicação entre os gestores públicos, nas questões do patrimônio cultural do município. Fatores estes, que impedem o envolvimento mais efetivo da comunidade local na tomada de decisões que envolvam as questões culturais.

Pode-se concluir, que apesar das diversas leis criadas pelo município de Alcinópolis, com o objetivo de sensibilizar e preservar o patrimônio arqueológico, é necessário que o poder público municipal priorize as ações contínuas, para implementação no fortalecimento e políticas públicas que efetivamente cumpram as metas que estão propostas em cada uma destas legislações.

Com o objetivo de investigar as práticas de educação patrimonial promovidas pela Secretaria de Educação em parceria com outros Órgãos Públicos de Alcinópolis, é necessário destacar alguns conceitos de política e gestão cultural, bem como o município tem pensado as ações no campo da educação patrimonial.

2.4 GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AS AÇÕES REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS/MS

A expansão do conceito de patrimônio significou, uma ampliação na sucessão das estruturas e locais tratados como patrimônio. A Convenção do Patrimônio Mundial considera patrimônio “monumentos, grupos de edifícios e sítios”. Na prática, desenvolveu-se um extenso conjunto de tipologias que inclui centros urbanos, sítios arqueológicos, propriedades industriais, paisagens culturais e rotas de patrimônio. Com esse aumento de conjuntos de tipologias, que devem ser geridos, passou-se a exigir dos gestores de patrimônio outras atribuições. Com isso, aumentaram também, os tipos e o número de ameaças que podem ter efeito danosos sobre locais considerados patrimônio:

Nessas circunstâncias, decisões tomadas com base em benefícios econômicos ou sociais mais amplos devem ser compatíveis com o bem-estar do patrimônio. Diante do reconhecimento de que os locais considerados patrimônio não são isolados, seus arredores passaram a ser vistos tanto como ambientes físicos e também como espaços passíveis de ameaças e oportunidades sociais, econômicas e ambientais. O que acontece nesses arredores pode ter impacto sobre o patrimônio e seu significado. Isso significa que os indivíduos envolvidos em um sistema de gestão de patrimônio devem ter a capacidade de interferir nas decisões a ele relacionadas (UNESCO; IPHAN, 2016, p.15).

É nesse contexto, que o papel dos municípios na gestão de seu patrimônio cultural e a sociedade passa a se tornar peça fundamental, no desenvolvimento das políticas públicas patrimoniais. Os gestores municipais tendem a priorizar cada vez mais, a presença ativa da sociedade nos mecanismos de condução do desenvolvimento local, auxiliando para a democratização dos espaços preservados e direcionando o usufruto desses lugares com a comunidade.

A partir desse entendimento, cabe ao município, atuar nos dispositivos ligados ao uso e parcelamento do solo, transferência de potencial construtivo, solo criativo, inventário, desapropriação, incidência de impostos municipais sobre a propriedade urbana, além do tombamento, como constata o artigo 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX – promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (BRASIL, 1988)

Portanto, ainda que um local de patrimônio seja de propriedade e gestão públicas, o gestor deve atuar em parceria com os interessados e as autoridades envolvidas na área em torno do bem patrimonial. Por isso, é importante que os gestores do patrimônio contem com diversas autoridades públicas, para tratar de questões como o planejamento espacial e as políticas de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, os gestores do patrimônio não podem agir de maneira independente, sendo essencial que os organismos responsáveis pelo patrimônio atuem sempre que possível em parceria com outros interessados, desenvolvendo uma visão compartilhada e na implementação de políticas, para a gestão de cada local de patrimônio considerando seu contexto físico e social mais amplo. Dessa forma, o trabalho colaborativo assume papel importante, com o envolvimento dos interessados, conforme recomendado pelas DO. Em qualquer sistema de gestão, incluindo o desenvolvimento e a implementação de um plano de gestão, é necessário levar tudo isso em consideração (UNESCO; IPHAN, 2016).

Segundo Fonseca (2009), uma política de preservação, ou de reconhecimento de um patrimônio, além de medidas protetivas é necessário analisar o processo de produção que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e a justificava na sua proteção. A salvaguarda e a proteção do patrimônio cultural consiste em um trabalho de reapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, em benefício de um futuro de relações sociais mais justas.

Assim, a participação da sociedade na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população, é carregada de complexos processos e de intervenções. A sociedade seleciona o que deve ser patrimonializado, o que deve ser mantido, conservado, ressignificado e, portanto, o que deve ser atribuído de valor. Estas escolhas são na maioria das vezes, atos políticos que definem o que deve ser e como deve ser patrimonializado um bem. Por essa razão, a valorização de um bem implica que algo será priorizado em detrimento de outro, motivo que podem gerar conflitos (MICHELON; JÚNIOR; GONZÁLES, 2012, p. 15).

Portanto, as políticas públicas podem ser enunciadas como o conjunto de ações realizadas pelo Estado para atender as necessidades e conflitos na sociedade. Assim sendo, essas ações buscam determinados objetivos, sendo desenvolvidas tanto no plano de sua implementação efetiva que se materializam em fatos e ações concretas quanto no nível do

discurso através da sua simples formulação, ou seja, no plano das intenções, que revela o interesse da sociedade sobre determinado campo (SANTANNA, 1995).

As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do Estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se dar a decisão ou a tomada de decisão (SANTANNA, 1995, p. 37).

No processo de elaboração de políticas públicas para a preservação de patrimônios culturais, é importante uma atuação governamental mais descentralizada e participativa, que beneficie e atenda as pretensões de toda uma coletividade. Por isso, as políticas públicas poderão vir através de normas, projetos, planos ou atos administrativos, leis e até renúncias fiscais (isenções) contemplando aqueles que possuem bens edificados de elevado valor histórico e cultural.

Como vimos, nos tópicos anteriores o município de Alcinópolis tem buscado elaborar Leis com o objetivo de fortalecer os vínculos com o patrimônio arqueológico e na preservação dos mesmos. Nesse sentido, o desenvolvimento de ações de educação patrimonial promovidas pelas instituições de Alcinópolis, (escolas, secretarias, legislações, espaços educativos não-formais, etc) é fundamental no processo de sensibilização das comunidades em relação aos seus bens culturais.

Segundo informações do gestor responsável no desenvolvimento das ações e projetos de educação patrimonial e ambiental, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente, todas as ações e projetos são feitas em parceria com os professores de diferentes disciplinas, onde é dado apoio também às organizações não governamentais e privadas, pessoas físicas no desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, além da manutenção em outras atividades de gestão das unidades de conservação, como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Ações e projetos desenvolvidos pelo Poder Público do município de Alcinópolis entre os anos de 2015/2016.

Ações e Projetos	Temática	Público Alvo	Objetivo	Realização/ Parcerias
Projeto: “Pré-história” brasileira - 2015	Pré-história	Alunos 6º ano Escola GAPPE	Entender o processo de formação cultural dos primeiros povos que habitaram o Brasil.	Escola GAPPE – Campo Grande MS; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente.
Vivenciando a Pré-história.	Pré-história	6º ano A/B/C/D	Trabalhar com a Pré-história o movimento histórico e artístico integrando outras áreas do conhecimento;	Escola SESC – Horto Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente MuArq-UFMS.
1º Encontro de Formação de Educadores em “Arqueologia e Arte Rupestre” de Alcinópolis-2015	“Arqueologia e Arte Rupestre”	Educadores da rede Municipal e Estadual de Alcinópolis/MS	Compreender a importância da arqueologia e da arte rupestre na construção da história da comunidade local, na busca da efetiva construção de conhecimento e transformação da realidade e visão de mundo acerca do patrimônio dessa comunidade. Compreender a importância da educação patrimonial.	MuArq-UFMS Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente entre outros.
Prospecção Arqueológica Intrusiva no Sítio Arqueológico ‘Templo Dos Pilares’, Município De Alcinópolis (MS) – 2015	Arte Rupestre Prospecção Arqueológica “Templo dos Pilares”	Acadêmicos de graduação e mestrado, pesquisadores.	O principal objetivo do projeto é completar os dados hoje disponíveis para Alcinópolis, cujo território abriga 24 sítios de arte rupestre (AGUIAR, 2014), através de prospecção intrusiva a fim de se obter uma cronologia absoluta.	O Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD IPHAN; Prefeitura de Alcinópolis/MS Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente.
Educação Ambiental e Patrimonial: rumo	Preservação ambiental, Arte Rupestre, Unidade de Conservação e	Profissionais da educação, Alunos, responsáveis dos	Promover a integração de todas as unidades escolares de Alcinópolis - MS em prol da	Secretaria Municipal da Educação Colaboradores:

<p>à preservação e valorização do nosso município - 2016</p>	<p>Valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental.</p>	<p>alunos das Escolas do Município (rede estadual e municipal) e comunidade local.</p>	<p>educação ambiental e valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do nosso município.</p>	<p>Profissionais da Educação e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente de Alcinópolis e Profissionais de Órgãos estaduais e federais, ONGs e Universidades.</p>
<p>Projeto Expedição – 2016</p>	<p>Alcinópolis/MS – Políticas Públicas</p> <p>Esta rota irá discutir sobre unidades de conservação, turismo e cultura da região e como as políticas públicas possibilitam o desenvolvimento social, econômico e ambiental diante das mudanças do clima.</p>	<p>Comunidade local, alunos da Escola Municipal Alcino Carneiro, convidados: COINTA, IMASUL</p>	<p>A Expedição Pantanal – EXP. 2016 tem com foco principal a adaptação do Bioma as mudanças do clima frente a introdução da agricultura na planície pantaneira, visando estabelecer estratégias que influenciem em políticas públicas para o desenvolvimento econômico do Pantanal com base nas vocações e limites socioambientais do bioma.</p>	<p>O Instituto Socioambiental da Bacia do Alto Paraguai SOS Pantanal</p> <p>Prefeitura Municipal de Alcinópolis-MS e</p> <p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente de Alcinópolis.</p>
<p>Atividade Complementar de ensino – 2016</p> <p>(Visita técnica interdisciplinar)</p>	<p>“Conservação da Biodiversidade”</p>	<p>Acadêmicos de Biologia e Acadêmicos de Gestão Ambiental (UFMS-COXIM)</p>	<p>Analisar, a partir dos diferentes conhecimentos práticos e/ou teóricos que fazem parte da diversidade de olhares necessários a formação do Gestor Ambiental e do Biólogo, uma área de grande relevância para as disciplinas de “Geologia e Paleontologia” e “Conservação da biodiversidade”.</p>	<p>Prefeitura de Coxim, Prefeitura de Alcinópolis, UFMS e Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Taquari.</p> <p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente de Alcinópolis.</p> <p>Prefeitura de Coxim, Prefeitura de Alcinópolis, UFMS e Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Taquari.</p> <p>Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente de Alcinópolis</p>

Fonte: SEMUDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente de Alcinópolis (2016).

As ações da desenvolvidas no município, ainda são pontuais realizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria de Educação, todas essas ações e projetos são feitas em parceria com os professores de diferentes disciplinas, onde é dado apoio também às organizações não governamentais e privadas, pessoas físicas no desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, além da manutenção em outras atividades de gestão das unidades de conservação para proteger as paisagens naturais de notável beleza cênica (PREFEITURA/SEMUDES, 2016).

No dia 27 de fevereiro de 2018, foi criada a Lei nº 429/2018, que instituiu o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Turismo – FUMTUR e o Conselho Municipal de Meio Ambiente e o Turismo – COMTUR.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente e turismo – FUMTUR, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente, em conjunto com o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Turismo – FUMTUR adotarão ações comuns no sentido de :

I – definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Turismo – FUMTUR;

II – aplicar os parâmetros da Administração Financeira Pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

A partir das informações apresentada na tabela 3, observamos a necessidade na sensibilização de gestores municipais, comunidade e interessados pela temática do patrimônio, especialmente no sentido buscar caminhos, que contemplem a organização e a gestão políticas públicas permanentes, na proteção e valorização do patrimônio cultural local.

2.5 PARQUE MUNICIPAL TEMPLO DOS PILARES E MONUMENTO SERRA DO BOM JARDIM DE ALCINÓPOLIS E O ICMS ECOLÓGICO

O ICMS Ecológico surgiu como forma de “compensação”, para os municípios, que possuíam diversas restrições legais na expansão das suas atividades econômicas primárias e assim gerar maior receita de ICMS e participar com um valor maior do repasse. Esse imposto

de competência estadual que incide sobre “operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior” está previsto nos termos do § 3º do art. 155 da Constituição Federal.

Cabe destacar, que o ICMS incide sobre todas as etapas de produção, no entanto, há a compensação do imposto para que não haja a cumulatividade de seu pagamento nas diversas fases de circulação do produto. A cobrança da alíquota desse tributo varia entre os estados brasileiros e os recursos obtidos da sua arrecadação, são utilizados para o suporte de diversas funções dos respectivos estados.

Nesse sentido, no parágrafo único de seu Art. 158, a Carta Magna estabelece, que parte do montante dos recursos decorrentes da arrecadação do ICMS deverá ser creditada aos Municípios conforme os seguintes critérios:

- I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;
- II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

No parágrafo II do dispositivo constitucional, leva a conclusão de que caberá ao estado dispor em lei própria como será realizada a repartição de um quarto dos recursos obtidos com o ICMS, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) de todo o montante. Ao se fazer a repartição do ICMS aos municípios, que integram seu território, os estados adotaram como regra a distribuição de acordo com os índices de produção das cidades. Entretanto, esse critério representou um grave obstáculo, aos municípios com pouca produção (IMASUL, 2009).

Em Mato Grosso do Sul, os critérios adotados aplicam princípios quantitativos e complementarmente qualitativos. Portanto, são considerados nos procedimentos de cálculo a superfície de área protegida, em relação à superfície do município e no aspecto qualitativo e na qualidade da unidade, avaliada sistematicamente a partir de uma tabua que se utiliza de vários parâmetros de planejamento e manejo da área protegida (IMASUL, 2009).

Atualmente, a lei que regula o ICMS é a Lei Estadual Nº 4.219, de 11 de julho de 2012, que determina que os 25% do ICMS destinados aos municípios do estado do MS são constituídos da seguinte maneira: 7% divididos igualmente entre todos os municípios; 5% em função da extensão territorial do município; 5% em virtude do número de eleitores;

3% conforme o índice resultante do percentual da receita própria e, por fim, 5% o critério ambiental.

Com relação ao percentual de 5% do rateio sob o critério ambiental, 7/10 serão divididos entre os municípios que tenham em parte de seu território terras indígenas homologadas e que possuam unidade de conservação da natureza devidamente inscrita no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e 3/10 serão divididos entre os municípios que possuam plano de gestão, sistema de coleta seletiva e disposição final de resíduos sólidos, devendo esta última ser devidamente licenciada (IMASUL, 2009).

Através da Constituição de 1988, no ano de 2000 foi sancionada a Lei nº. 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como, regulamentou o § 1º, I, II, III e VII, do art. 225 da Constituição Federal de 1988. Dentre os objetivos da Lei do SNUC, está previsto em seu Art. 4º, inciso VII: “- proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural” que possibilitou ao legislador estadual e/ou municipal pensar na criação de leis de preservação e ao mesmo tempo que beneficiassem a sociedade.

O SNUC foi elaborado com o objetivo de reestruturar os ecossistemas danificados através da ação antrópica, assim como proteger os ecossistemas que sofreram atividades degradantes, limitando a ação humana dentro do espaço territorial legalmente criado. As unidades de conservação de categoria Parque, conforme legislação vigente são conceituadas como unidades, que abrigam paisagens naturais ou paisagísticas, abrigando ecossistemas, espécies, elementos históricos culturais de valor científico, educacional entre outros (IMASUL, 2009).

O Parque Estadual das Nascentes do rio Taquari, foi criado pelo Decreto nº 9.662, de 19 de outubro de 1999, com uma área de 30.618 hectares abrangendo os municípios de Alcinópolis e uma pequena parte do município de Costa Rica. O parque constitui em um importante corredor ecológico do Cerrado-Pantanal. Foi criado com o objetivo de proteger a diversidade ambiental (geológica, edáfica, climática e biológica) e socioeconômica do estado.

Em 29 de maio de 2003, foram criadas através dos decretos municipais 053 e 054, no município de Alcinópolis duas Unidades de Conservação: o Monumento Natural Serra do Bom Jardim com 5.668 hectares e o Parque Municipal Templo dos Pilares com 100 hectares.

A criação de tais unidades de conservação extrapola somente os motivos ecológicos e perpassa igualmente por questões culturais e históricas. Dentro das unidades de conservação está a maioria dos sítios rupestres que se conhecem em Alcinópolis; foram os sítios de arte rupestre, juntamente com a complexa biodiversidade existente nessas localidades que ocasionaram a criação das UCs.

Segundo Torrecilha (2006, p. 128):

Nesse sentido, o impacto do ICMS Ecológico nas finanças dos municípios de Alcinópolis principalmente, que abriga a maior área do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari foi muito significativo basicamente pela carência deste município de receita do ICMS a partir de critérios estabelecidos pela Constituição Federal e Leis Complementares Estaduais, e com o surgimento do critério ecológico a sua receita aumentou significativamente (TORRECILHA, 2006, p.128).

Com a arrecadação do ICMS ecológico, o município viabilizou em relação ao patrimônio arqueológico, melhorias na estrada de acesso ao Parque Municipal Templo dos Pilares, as passarelas em torno do sítio, além das placas de informações nos sítios dentre outros benefícios (figura 16, 17 e 18).

Figura 16: Sinalização e informações dos sítios arqueológicos do município de Alcinópolis/MS.



Fonte: Fotos de Lia Brambilla (arquivo pessoal)

Figura 17: Placas de informações dos sítios e da fauna.



Fonte: Fotos de Laura Pael

Figura 18: Passarelas em torno do Sítio Templo dos Pilares.



Fonte: Fotos de Laura Pael

No ano de 2017, foi publicado o Decreto nº. 31, de 27 de março com a Revisão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim e Parque Natural Municipal Templo dos Pilares.

Com isso, os objetivos dos planos de manejo das unidades de conservação monumento natural municipal Serra do Bom Jardim e Parque Natural Municipal Templo dos Pilares revisados, são documentos onde, utilizando-se de técnicas de planejamento ecológico, é determinado o zoneamento ambiental das UCS, que é específico para cada uma de suas zonas, propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com sua finalidade. A vigência é de 05 anos a contar da data que foi publicado no diário oficial do estado.

Como visto, o ICMS Ecológico pode servir como um instrumento de estímulo à conservação e preservação da biodiversidade e conseqüentemente, do patrimônio arqueológico, compensando o município pelas áreas protegidas já existentes e, também quando incentiva a criação de novas áreas de proteção, já que considera o percentual que os municípios possuem de áreas de conservação em seus territórios.

Dessa forma, consideramos necessário um maior acesso à informação, e a sua inserção se faz através de políticas públicas nos conteúdos educativos, e também, tendo uma Educação Patrimonial como eixo para levar a comunidade a reconhecer suas referências identitárias, tão importantes e necessárias à sensibilização acerca da relevância da educação patrimonial no que tange a preservação dos sítios histórico/culturais e arqueológicos em harmonia com a preservação ambiental. Através do ICMS, o município de Alcinópolis tem investido recursos na melhoria das estradas de acesso aos sítios arqueológicos, benfeitorias dentro das Unidades de Conservação que mostram grande potencial na promoção da conservação e no desenvolvimento socioambiental em nível municipal e estadual. A aplicação de recursos financeiros, advindos do ICMS, permitirá a consolidação de atividades contidas nos Planos de Manejo das UC, a abertura para visitação, parcerias institucionais e o desenvolvimento de atividades sustentáveis na região com ganhos socioeconômicos de destaque para o turismo no Município.

Assim, numa perspectiva cronológica neste capítulo busquei apresentar a trajetória do patrimônio cultural no Brasil a legislação vigente, ao mesmo tempo apresentei as ações e Leis criadas pelo município de Alcinópolis em relação a preservação do patrimônio cultural com destaque para os bens arqueológicos existentes no local.



CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRICO E METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo tratar da trajetória e diálogo entre patrimônio e educação patrimonial, seu histórico, metodologia e aplicação no município de Alcinópolis/MS. Com o intuito de entender como a Secretaria de Educação em conjunto com os professores percebem e se relacionam com o patrimônio arqueológico, trazendo algumas reflexões por meio da educação patrimonial.

O Brasil apresenta um rico patrimônio, apesar disso a maior parte da população desconhece sua existência e a importância do cuidado com suas heranças culturais. Dentro desta perspectiva, a ampliação do conceito de patrimônio ocorreu efetivamente através da constituição de 1988, e mais tarde com o estabelecimento dos instrumentos de preservação do patrimônio imaterial, inventário e registro, através do Decreto 3.552 de 04 de agosto de 2000, que favoreceu a construção de um acervo diversificado de expressões culturais. Com isso, as atividades educativas que enfatizam a importância e a preservação das heranças culturais, despertaram a atenção dos órgãos responsáveis a incluíram a educação patrimonial no desenvolvimento da gestão do patrimônio cultural.

A constituição Federal, em seu artigo 216, conceitua patrimônio cultural como:

Constitui Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nas quais incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, de fazer e viver; c) as

criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1998).

Ao pensarmos em um ponto de partida, em relação ao início da educação patrimonial no Brasil, remetemos para o Guia Básico de Educação Patrimonial, organizado em 1999, como primeira publicação a tratar efetivamente do tema, e organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Museu Imperial do Rio de Janeiro. No entanto, é importante recuar e buscar o surgimento da ideia, noção ou mesmo conceito de educação patrimonial, que já estavam inseridas no âmbito institucional, não de forma sistemática, mas atuando dentro de projetos de proteção dos bens patrimoniais.

Nas primeiras décadas do SPHAN, a ideia vigente era que caberia a instituição a tarefa de difundir o conhecimento e valores sobre o patrimônio, por meio de ações educativas, mas devido à falta de recursos financeiros e de pessoal, tanto Mário de Andrade e Rodrigo Melo de Franco sabiam da necessidade de associar-se aos órgãos educacionais, conforme relata Fonseca (2012):

A responsabilidade pela tarefa de difundir o conhecimento e os valores atribuídos a esse patrimônio – ainda hoje tão pouco apropriado pela população brasileira – cabia, como então reconhece o diretor do SPHAN, prioritariamente à própria instituição, que, no entanto não tinha recursos financeiros e humanos minimamente suficientes para cumprir suas múltiplas atribuições em território tão extenso. A simples tarefa de identificar os bens possíveis de serem protegidos era hercúlea, pois não podemos esquecer que na primeira metade do século XX as tecnologias de documentação eram bastante limitadas se comparadas ao arsenal de que dispomos atualmente. Nesse sentido, observou Rodrigo Melo Franco de Andrade, “há que se apelar igualmente para a cooperação decidida dos órgãos de finalidade educativa” (FONSECA, 2012p. 18-19).

No entanto, na década 1960, com a promulgação da Lei Federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, que regem a guarda e proteção desses bens, podemos observar o setor da Arqueologia começando a se organizar em relação a preservação do patrimônio cultural. No ano de 1979, Aloísio Magalhães assume a presidência do IPHAN, criando a Fundação Nacional pró-Memória, reorganizando administrativamente o IPHAN passando a ser uma Secretaria de Educação e Cultura (FONSECA, 2009).

Novas mudanças ocorrem em 1981, ao ser criada a Secretaria de Cultura com duas subsecretarias, sendo uma de assuntos culturais e outra do patrimônio histórico e artístico nacional. Com isso, a imprensa começa a veicular que era necessário criar o Ministério da

Cultura, que para Magalhães não era possível separar nesse momento cultura e educação, e sim incentivar o estreitamento das relações entre as duas áreas (MAGALHÃES, 1981).

Por enquanto, em nosso país, não se pode divorciar cultura e educação, mas, muito ao contrário, é necessário incentivar o estreitamento das relações entre as duas áreas, em virtude do papel primordial que o processo cultural desempenha no educacional, na medida em que uma educação desprovida do seu contexto sociocultural não passa de mera técnica sem grande utilidade ou a serviço da progressiva perda de identidade nacional. Não há desenvolvimento harmonioso e nem se faz uma nação forte se, na elaboração das políticas econômicas do país, não são levadas em consideração as variáveis culturais e o papel que aí desempenha o sistema educacional. (MAGALHÃES, 1981, p. 2).

É na década de 1980, que o termo educação patrimonial é usado de forma institucional no 1º Seminário “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado no Museu Imperial, contando com a presença de mais de 300 pessoas, coordenado pela diretora do Museu Maria Lourdes Parreiras Horta.

Segundo Horta; Grunberg; Monteiro (1999):

A proposta de uma metodologia para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação de bens culturais que compõem o nosso “patrimônio cultural” foi introduzida no Brasil, em termos conceituais e práticos, por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museu e Monumentos”, realizado em julho de 1983, no Museu Imperial em Petrópolis, RJ. A partir dessa proposta inicial, inúmeras experiências e atividades vêm sendo realizadas, em diferentes contextos e locais do país, que vieram demonstrar resultados surpreendentes na recuperação da memória coletiva, no resgate da autoestima de comunidades em processo de desestruturação, no desenvolvimento local e no encontro de soluções inovadoras de preservação do patrimônio cultural, em áreas sob o impacto de mudanças e transformações radicais em seu meio ambiente (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

Com o sucesso da proposta de Horta, várias ações foram realizadas com o apoio da Fundação Nacional Pró-Memória, sobretudo pelos museus. No ano seguinte foi realizado o II Seminário de Usos Educacionais de Museus e Monumentos, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, com a participação de 70 pessoas e a presença de 150 crianças. Outras ações foram realizadas na década 1985 a 1990 (ano em que foi extinto a FNPM), e muitas ações foram publicadas no Boletim do Sphan (ARÉVALO, 2013).

Com a extinção da FNPM, ocorreram várias mudanças na estrutura do IPHAN. Foi no ano de 1999, que ocorreu a consagração do termo e da metodologia de Horta, a Educação Patrimonial, com a publicação do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, escrito e organizado por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro. O objetivo

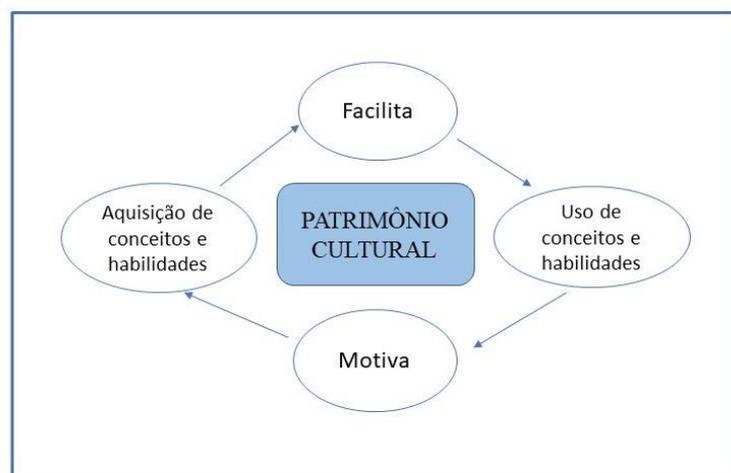
dessa publicação era sistematizar os conceitos e a metodologia da educação patrimonial utilizadas no IPHAN (ARÉVALO, 2013).

Este Guia foi criado como um manual voltado para auxiliar os professores, museólogos, arquivistas, bibliotecários entre outros na execução das atividades educativas voltadas para o patrimônio. Assim, a metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural/ambiental, e define que todo Programa de Educação Patrimonial deve ser elaborado tendo em vista as necessidades das comunidades envolvidas. Horta et al., (1999) definem a Educação Patrimonial como:

(...) um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 04).

A educação patrimonial consiste também em promover e despertar o aprendizado nos alunos, de forma que estimulem o interesse no processo cultural e suas manifestações, resolvendo questões significativas na sua própria vida, pessoal e coletiva. O contato com o patrimônio cultural e o meio ambiente, proporciona sentimentos de surpresa e curiosidade, fazendo com que esses alunos queiram conhecer mais sobre eles (HORTA *et al.*, 1999) (figura 19).

Figura 19: Diagrama adaptado referente ao uso educacional do Patrimônio Cultural



Fonte: adaptado de Horta *et al.*, (1999)

Horta (1999, p. 7), afirma que essa metodologia pode levar os professores a utilizarem os próprios objetos culturais, “como fonte de informação sobre a rede de relações sociais e o contexto em que foi produzido. A metodologia da Educação Patrimonial pode ser utilizada em qualquer manifestação cultural e evidência material, como objetos, paisagens naturais, conjunto de bens, centro históricos, sítios históricos e arqueológicos dentre outros. Segundo Horta a metodologia é pré-estabelecida, sendo elas: a observação; registro; exploração e apropriação (figura 20).

Figura 20: Etapas metodológicas apresentadas no Guia Básico de Educação Patrimonial.

Etapas	Recursos/Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercício de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do objeto/significado; • Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas.	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação de conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico: interpretação das evidências e significados.
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: adaptado HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999.

O quadro apresentado no guia destaca como devem ser aplicadas as etapas metodológicas em ações educativas, além de fornecer exemplos de materiais didáticos, questionários e roteiros sugeridos para que professores e profissionais da área possam utilizar

com os alunos. Dentre os exemplos, temos alguns exercícios lúdicos, mapas mentais, exercícios de comparação entre outras atividades (HORTA, *et al*, 1999).

Através do Guia e a crescente abordagem sobre o tema educação patrimonial, várias atividades foram ocorrendo, como oficinas para capacitação de professores, realizadas em parcerias com a TV Escola, que produziu 4 programas, onde a metodologia era explicada e ensinada. Nesta nova fase, começam a surgir abordagens mais amplas, trazendo novos direcionamentos para o IPHAN, com a inserção de novas categorias como “patrimônio imaterial”.

Para Scifoni (2016), com a consagração em 1990 do termo educação patrimonial, com a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, gerou também críticas com relação a metodologia proposta, que se tornou hegemônica, limitando assim as possibilidades de contemplar outras metodologias. Outro problema apresentado segundo a autora, foi a permanência de “ideias fora do tempo” como é o caso da expressão “Conhecer para preservar” que encaixa neste jargão, ideias do passado que são utilizadas como verdades absolutas ainda hoje, partindo do pressuposto da ignorância da população de que para se preservar um patrimônio é necessário conhecer:

Conhecer para preservar parte do pressuposto da ignorância da população a cerca de seu patrimônio e, mais ainda, credita a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação (SCIFONE, 2016, p. 7).

Para Soares (2003, p. 23), a educação patrimonial pode ser definida como o ponto de convergência entre preservação, conservação e valorização cultural. Esta metodologia tornou-se uma alternativa de enriquecimento cultural, promovendo uma transformação na forma de se tratar a cultura, buscando rever e aprimorar as formas de devolução do conhecimento científico para o público em geral. O indivíduo precisa compreender sua importância no processo sócio-cultural-ambiental em que está inserido e perceber uma mudança positiva no seu relacionamento com o Patrimônio Ambiental/Cultural.

A partir dos pressupostos teóricos, a educação patrimonial apresenta-se como uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões referentes ao patrimônio cultural. Ela abrange, todos os níveis escolares, desde a inclusão de temáticas e conteúdos que abordem, sobre o conhecimento e a conservação do Patrimônio, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e para a comunidade em geral, objetivando

que sejam divulgadas informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitar e despertar, nos indivíduos, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (LIMA, 2005).

Ou seja, é necessário entender que a educação patrimonial conduz a prática da cidadania, levando o indivíduo a conhecer o processo histórico da humanidade, e simultaneamente promover a formação de cidadãos críticos e capazes de agir e transformar o meio no qual está inserido.

3.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Como destacamos nos tópicos anteriores, devemos observar que a metodologia principal da educação patrimonial, consiste na valorização do patrimônio cultural. Portanto a educação patrimonial quando inserida na escola, de maneira interdisciplinar, torna-se um importante agente de viabilização do conhecimento do patrimônio cultural e consequentemente de sua valorização e preservação.

Atualmente, o artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enfatiza que a parte diversificada dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para os estados e municípios, na divulgação do acervo cultural (ORÍ, 2004). Assim sendo, os pressupostos teórico-metodológicos da educação patrimonial orientam para o uso dos lugares e os suportes da memória (arquivos, museus, monumentos históricos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, etc.) no processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos alunos e cidadãos para a importância da conservação desses bens culturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo MEC, permitem a inserção da educação patrimonial, mediante a introdução dos chamados “temas transversais” (ORÍ, 2004).

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos

educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORÍ, 2005 p.56).

Entretanto, trabalhar o patrimônio cultural nas escolas, por meio da interdisciplinaridade se torna um desafio. Os currículos escolares são sempre sobrecarregados com disciplinas que competem entre si em virtude da limitação do tempo e pelas normas oficiais. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2010, p. 23) “[...] desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativo-acadêmica, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da instituição”.

Portanto, é pela abordagem interdisciplinar que ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de uma disciplina para outra, facilitando a organização coletiva e cooperativa do trabalho pedagógico. Segundo a DCN (2010, p. 7):

Art. 24 A necessária integração dos conhecimentos escolares no currículo favorece a sua contextualização e aproxima o processo educativo das experiências dos alunos.

§ 1º A oportunidade de conhecer e analisar experiências assentadas em diversas concepções de currículo integrado e interdisciplinar oferecerá aos docentes subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, capaz de superar a fragmentação dos componentes curriculares.

§ 2º Constituem exemplos de possibilidades de integração do currículo, entre outros as propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores, projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e as áreas de conhecimento, currículos em rede, propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal, e projetos de trabalho com diversas acepções.

A Educação Patrimonial contribui para o rompimento das práticas segregacionistas, procurando resgatar valores dos grupos sociais em torno dos bens patrimoniais, incentivando e valorizando, novas propostas e alternativas de resguardo e ativação da memória, sejam elas naturais ou culturais (PACHECO, 2010). De acordo, com os PCN’s a importância do processo educacional com relação ao patrimônio cultural, está garantido no documento, de forma que o ensino fundamental preconiza a formação de alunos capazes de:

[...] conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertença ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro [...] posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p.9).

Assim, o patrimônio só passa a pertencer e ser desfrutado quando a comunidade passa a percebê-lo como um bem coletivo, ao conhecê-lo e reconhecê-lo como algo herdado e que também deve ser deixado de herança para novas gerações. Esse legado se constitui em riqueza cultural, memória e identidade coletiva quando serve de referência para se diferenciar de outras culturas e territórios (HORTA, 2008). A atuação com a educação patrimonial envolve necessariamente procedimentos interdisciplinares. O processo de divulgação da produção científica por meio da Educação resulta na geração e produção de conhecimentos, melhor usufruto dos bens patrimoniais e um processo contínuo de criação cultural.

Soares (2003, p. 24) afirma que a sensibilização deve ser um exercício de interação do indivíduo com os bens patrimoniais da sua região e para que tenha uma melhor compreensão inicial, deve-se utilizar o patrimônio concreto e também vestígios que possam ser tocados e/ou percebidos pela comunidade como um todo. É importante ressaltar que a valorização do passado e suas particularidades locais não deve ser tomada com exaltação ao passado, e sim necessita-se reconhecer as diferenças desses processos históricos com o objetivo de ser propulsor na diminuição das barreiras sociais, abolindo todo o tipo de discriminação. Segundo os autores:

O papel da educação patrimonial é de promover as manifestações culturais de todos os segmentos da sociedade, em todos os períodos históricos, ao mesmo tempo em que sedimentar um processo de inclusão, ao invés da exclusão. É importante salientar que este processo visa, em primeiro lugar, o respeito á diferença, seja ela étnica, de manifestação religiosa, cultural ou outra qualquer (SOARES; KLAMP, 2004, p.151).

Atualmente o tema da educação patrimonial tem sido inserido como tema transversal, em publicações do Programa Mais Educação (2007), que tem como objetivo melhorar e organizar o currículo escolar nas escolas das redes públicas de ensino. Com a criação do Programa Mais Cultura nas Escolas em 2012, iniciativa do Ministério da Cultura (MINC) e da Educação (MEC), entre os eixos temáticos está inserido a educação patrimonial.

Educação Patrimonial – patrimônio material e imaterial, memória, identidade e vínculo social: atividades participativas de formação cultural e aprendizado que promovam vivências, pesquisas e valorização de bens culturais de natureza material e imaterial referentes à memória e identidade cultural dos variados segmentos da população brasileira, como os monumentos e obras de arte, os modos de vida, as festas, as comidas, as danças, as brincadeiras, as palavras e expressões, saberes e fazeres da cultura brasileira, podendo incluir produção de materiais didáticos, realização de oficinas de transmissão de saberes tradicionais, pesquisas em arquivos e locais referenciais para a história e a identidade local, regional e nacional, dentre outras atividades (RESOLUÇÃO/FNDE nº 30, 2012).

Dentre os atributos do programa mais educação, a inserção da educação patrimonial no seu contexto, busca ao envolvimento da própria comunidade escolar na identificação de bens culturais e de indivíduos formadores do patrimônio cultural.

3.3 ARQUEOLOGIA INSERIDA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial não deve ser vista apenas como uma atividade pedagógica e nem uma disciplina a mais no currículo educacional. Ela é muito abrangente e detém um caráter interdisciplinar, integrando várias áreas do conhecimento. Uma das disciplinas em que a educação patrimonial está intrinsecamente ligada é a Arqueologia, segundo Silva (2007, p. 41):

[...] onde as investigações são feitas em campo, em contato direto com os objetos, dando entendimento acerca dos homens e suas culturas, seus artefatos culturais, suas habitações e cercanias, permitindo conhecer o seu passado numa visão diferenciada, mais democrática, humana e desalienada da história elitizada.

A Arqueologia constitui-se numa área do conhecimento que usa os vestígios materiais como fonte documental e elabora interpretações de sociedades humanas do passado, a partir de sua cultura material e, do modo de vida dessas sociedades e sua relação com seus respectivos ambientes naturais ou habitats. Assim sendo, o conhecimento arqueológico compõe-se de um enfoque interdisciplinar, possibilitando no meio escolar, o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial, voltadas para a sensibilização de professores/as e alunos/as sobre a importância da valorização do patrimônio cultural, no processo educativo.

No ano de 2016, o IPHAN aprovou a Portaria nº 137, que estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas Patrimoniais.

Art. 1º. Instituir um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial - EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

Art. 3º São diretrizes da Educação Patrimonial:

I - Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

- II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
 - III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
 - IV - Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
 - V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;
 - VI - Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;
 - VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar.
- Art. 4º São documentos referenciais para a prática de Educação Patrimonial pelo Iphan as publicações Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, IPHAN, 2014, e a publicação Educação Patrimonial: inventários participativos, IPHAN, 2016.

Dentro dessa perspectiva, as evidências arqueológicas devem ser socializadas com a comunidade por meio da Educação e da sensibilização sobre a relevância da preservação do Patrimônio Natural/Material como parte da história e do cotidiano dos cidadãos. Durante este processo, os atores sociais tornar-se-ão multiplicadores da ideia ao se sentirem como parte integrante da ação. É necessário destacar, que um dos problemas enfrentados hoje em relação a educação patrimonial é a visão ingênua de que ela é a grande salvadora de todos os problemas relacionados à preservação do patrimônio cultural. A educação patrimonial passa a ser um mecanismo capaz de solucionar todas as transformações envolvendo a identidade cultural, a gestão e preservação do patrimônio (SOARES; REMPEL, 2010).

A divulgação da Arqueologia não terá apenas como produto o enriquecimento cultural dos alunos, mas também a apropriação de um conhecimento ambiental e cultural, com destaque para estes vestígios de ocupações humanas pretéritas, como também a situação em que se encontram estes sítios arqueológicos. Mesmo sendo um tema relativamente recorrente na produção de reportagens, filmes e documentários, a Arqueologia não tem encontrado, nos meios de comunicação, um veículo eficaz no tocante à difusão do conhecimento relativo ao Patrimônio Cultural/Arqueológico. Este distanciamento também ocorre entre as comunidades próximas aos sítios arqueológicos. Neste contexto, alunos das redes pública e particular de ensino de Mato Grosso do Sul apresentam deficiências relevantes relacionadas ao conhecimento da Arqueologia presente no contexto estadual (PACHECO et al., 2004).

De acordo com Freire (2001) a leitura da palavra é precedida da leitura do mundo e a expressividade é uma necessidade essencial do ser humano. Portanto, a Arqueologia

apresenta-se como elemento subsidiário na aplicação das diretrizes da Educação Patrimonial e tem por objeto de estudo os vestígios da cultura material de sociedades pretéritas, podendo apropriar-se, dentro da Educação Patrimonial, de métodos de ensino/aprendizagem das linguagens artísticas (desenho, pintura, oficinas de cerâmica, colagens) e da estética do cotidiano, contato com os sítios e vestígios arqueológicos da região na qual a comunidade está inserida (FREIRE, 2001).

Neste sentido, a educação patrimonial pode/deve ser estimulada e vivenciada em comunidades próximas a sítios arqueológicos, tendo como objetivo sensibilizá-las acerca da importância da criação, valorização e conservação do patrimônio arqueológico/natural local.

3.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS

No município de Alcinópolis, constata-se que a educação patrimonial é um tema recente. Apesar do reconhecimento da importância e valorização do patrimônio cultural do local, as atividades nas escolas, projetos e a inserção do tema no currículo escolar, ainda são poucos e ocorrem de forma individual, a critério de cada professor.

Como vimos, a educação patrimonial ainda é um tema ausente na agenda das escolas de ensino básico e médio no Brasil. Segundo Noelli (2004, pg. 1413):

Isso também é resultado de uma conjuntura que impõe dificuldades ao que, em última instância, chamados de “cultura brasileira”, incluindo aí a preservação de prédios e espaços históricos, objetos diversos, paisagens naturais e outros elementos. Não se trata apenas de legislação específica e verbas (ou da sua ausência!), mas da consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade e de outras que nos precederam em nível local, regional ou nacional.

As ações que se auto intitulam educação patrimonial são muitas em todo o Brasil. Dentre as ações estão as realizadas por diversas organizações civis formais e informais, assim como por instituições públicas e privadas que fomentam ações educativas em torno do patrimônio cultural. Deve-se considerar, com isso, que a noção de patrimônio, assim como a noção de educação patrimonial são dinâmicas sendo necessário avançar na reflexão superando as ideias obsoletas (DEMARCHI, 2016).

Portanto, ao se divulgar ou promover determinado patrimônio cultural, não significa estar fazendo educação patrimonial, o que por vezes só promovem o turismo e uma relação comercial em relação os bens culturais. Com isso, o patrimônio cultural passa a ser gerido por

diretores de marketing, e neste caso o patrimônio perde sua característica de ser o mediador e a educação patrimonial assumindo apenas a função informativa e publicitária (DEMARCHI, 2016).

A realização da educação patrimonial somente se consolidará dentro do ambiente escolar, se houver atividades voltadas para esse fim, práticas que levem os alunos a desenvolverem a capacidade de leitura e compreensão da sociedade e cultura em que está inserido, posto que, o conhecimento e a assimilação pela comunidade escolar são fatores fundamentais no processo de preservação do patrimônio cultural de um determinado local. Por se tratar de um tema que pode ainda ser considerado novo, a bibliografia referente a educação patrimonial ainda é muito repetitiva, por isso a necessidade de fomentar políticas, através da educação, buscando novas abordagens e metodologias sobre a temática.

No município de Alcinópolis, ocorreu no ano de 2015 o evento intitulado “1º Encontro de Formação de Educadores em Arqueologia e Arte Rupestre” que abordou tanto o patrimônio arqueológico do município, assim como o tema educação patrimonial, com palestras e oficinas. Este Encontro foi destinado aos/as professores/as, diretores/as, coordenadores/as e funcionários/as das Secretarias de Educação e Meio Ambiente, que será apresentado a seguir.

3.5 1º ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM ARQUEOLOGIA E ARTE RUPESTRE DE ALCINÓPOLIS/MS

Os princípios fundamentais da política de preservação dos bens culturais e ambientais determinam a obrigatoriedade de preservação por meio de políticas públicas e ações que envolvam a educação patrimonial. Considerando-se o amplo e relevante patrimônio arqueológico de Alcinópolis, é importante um maior acesso a informação, e a sua inserção se faz através das políticas do poder público em induzir nos conteúdos educativos, a Educação Patrimonial, como eixos para levar a comunidade a reconhecer referências que possam contribuir para seus processos identitários.

A população que compõem o município de Alcinópolis têm sua identidade e sua história marcadas pela incorporação de diversas culturas, devido ao povoamento de famílias vindo de vários estados como Goiás, São Paulo e Minas Gerais, e também de outros municípios do estado. No entanto, analisando as informações históricas do município,

percebe-se, a existência de um campo de possibilidades em relação à identificação e construção da memória coletiva da comunidade que a pesquisa pode suprir, principalmente em relação à pré-história dos atores sociais do pretérito que de alguma maneira se fazem presentes e fizeram parte da construção desta história, e contemporaneamente em outro momento do processo de ocupação, fundação e emancipação do município até os dias atuais.

Dessa forma, as ações educacionais e culturais são necessárias para a sensibilização e percepção acerca da relevância da educação patrimonial no que tange a preservação dos sítios histórico/culturais e arqueológicos. Motivado por esta perspectiva de valorização do patrimônio arqueológico, no dia 29 de setembro de 2015, o prefeito Ildomar Carneiro, sancionou a Lei nº 383/2015 que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis”, que determinou o dia 5 de outubro cada ano.

Para dar visibilidade a esta Lei, nos dias 5 e 6 de outubro de 2015, a Secretaria Municipal de Educação, e a Câmara Municipal de Alcinópolis em parceria com o Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq/UFMS) promoveu o 1º Encontro de Formação de Educadores em “Arqueologia e Arte Rupestre de Alcinópolis”. O objetivo desse 1º Encontro foi compreender a importância da arqueologia e da arte rupestre na construção da história local, sensibilizar os educadores sobre as contribuições que a educação patrimonial propicia acerca do conhecimento, valorização e conservação do patrimônio cultural, além de fortalecer os vínculos de pertencimento e identidade local.

As atividades foram desenvolvidas em dois eixos: no primeiro ocorreram palestras, oficinas, debates e visita técnica no sítio Templo dos Pilares (figura 21 a 24); no segundo eixo consistiu na aplicação dos conteúdos apresentados aos alunos, com a utilização de metodologias específicas para cada nível do desenvolvimento pedagógico. As palestras e oficinas foram ministradas pela equipe do MuArq sob a coordenação do Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins, que trouxe os seguintes temas que foram abordados no evento:

- Arqueologia e Arte rupestre – arqueólogo Prof. Dr. Gilson Rodolfo Martins;
- A importância da escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural: uma experiência no MuArq/UFMS – Profa. Especialista Laura Roseli Pael Duarte
- Cadê os Dinossauros? Falando de Arqueologia na Escola – Profa. Ms. Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques;
- Vivenciando a Pré-História – Prof. Especialista Maicon Moreno da Costa;
- Do lítico ao lúdico – oficina Prof. Especialista Maicon Moreno da Costa.

- Palestra IPHAN – arqueólogo Zafenathy Carvalho de Paiva

Figura 21: 1º Encontro de Formação de Educadores em “Arqueologia e Arte Rupestre” de Alcinópolis



Fonte: Fotos de Laura Pael

Figura 22: Palestras sobre Arqueologia e Educação Patrimonial



Fonte: Fotos de Laura Pael

Figura 23: Visita técnica no sítio Templo dos Pilares



Fonte: Fotos de Laura Pael

Figura 24: Oficina de Educação Patrimonial



Fonte: Fotos de Laura Pael

Esta atividade patrimonial, contou com a participação de 89 pessoas, dentre eles: professores/as, diretores/as, coordenadores/as e técnicos/as da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente (SEMUDES) tabela 4.

Tabela 4: Instituições participantes

Órgão - Instituição	Quantidade
Escola Municipal Alcino Carneiro	23
Escola Estadual Profª Romilda Costa Carneiro	29
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	2
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil	14
SEMED – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	11
SEMUDES – Secretaria do Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente	2
Acadêmicos	6
TOTAL	89

Durante os dois dias de Encontro, com a apresentação de palestras, oficinas, dinâmicas, debates e aula de campo, os professores participaram ativamente de todas as atividades, proporcionando um ambiente de trocas de experiência, reflexões sobre a arqueologia do território local e a preservação do patrimônio cultural e arqueológico do município. Neste sentido, o evento obteve uma excelente aceitação por parte das pessoas envolvidas, mas apesar de existir o reconhecimento da importância e da valorização do patrimônio cultural, as atividades educativas nas escolas, estudos acadêmicos e livros didáticos que problematizam o tema da educação patrimonial ainda são poucos, segundo Soares (2008, p. 8) “[...] muito há o que se fazer em termos de educação para o patrimônio”.

3.6 CONTEXTO DA PESQUISA

A cidade de Alcinópolis começou a ser povoado mais fortemente no ano de 1975, até então era Distrito do município de Coxim. Esse povoamento se deu com o intuito de facilitar as condições de vida dos moradores das fazendas devido a distância entre estas e a cidade. Uma das prioridades estava na educação, onde fazendeiros desejavam possibilitar aos seus filhos, acesso aos estudos, como a região tinha grandes dificuldades de acesso, contratavam professores particulares (PREFEITURA ALCINÓPOLIS, 2017). No ano de 1965, o proprietário da Fazenda Bananal, Sr. Adolfo Alves Carneiro contratou da cidade de Mineiros (GO) a professora Romilda Costa Carneiro, por um período de dez meses para ministrar aulas a seus filhos e aos/as filhos/as dos seus empregados.

A professora Romilda na década de 1970, com seu esposo Alcino Fernandes Carneiro buscaram junto a Prefeitura Municipal de Coxim, formas para a criação da primeira escola primária na região, para suprir a necessidade de implantação do Ensino Fundamental e que daria origem a criação do município de Alcinópolis. A partir deste momento iniciou o movimento para transformar a fazenda numa cidade com toda estrutura necessária, com ruas, escola, farmácia, mercado, etc.

O início de Alcinópolis teve como base a educação e a partir deste momento, começaram a chegar os primeiros moradores, famílias vindas das cidades vizinhas de Mato Grosso do Sul e dos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul. Sua emancipação do município de Coxim ocorreu em 22 de abril de 1992, sua população atual segundo dados do IBGE (2010) é de 4.569 habitantes.

Para o desenvolvimento desta pesquisa com foco na educação patrimonial do município com destaque para os bens arqueológicos foram realizados levantamentos bibliográficos, visando ampliar o conhecimento histórico, etno-histórico, ambiental e arqueológico regional, dispostos em meios digitais e impressos, bem como os documentos e processos relativos à implementação da política municipal relativa ao patrimônio arqueológico cultural produzidos e publicados pelo órgãos públicos do município de Alcinópolis/MS, acerca das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do mesmo e no meio escolar.

O primeiro passo foi visitar a Secretaria de Educação do município de Alcinópolis, para apresentarmos junta a Secretária de Educação Márcia Izabel de Souza, os objetivos da pesquisa, as propostas a serem realizadas. Nesta reunião contamos com os diretores das

Escolas Municipal e Estadual do município, que prontamente nos receberam e acolheram com as propostas ali apresentadas.

A próxima visita foi feita na Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente para apresentar a pesquisa e pedir a colaboração de toda a equipe, em responder o questionário que seria elaborado posteriormente. Nesta ocasião a Secretária Municipal nos informou do Projeto “Alcinópolis em ação: conhecendo para preservar” que teve como objetivo ampliar as referências locais na área de ecoturismo e levar a comunidade escolar para conhecer os sítios arqueológicos da região, promovendo a educação ambiental e patrimonial.

Com esses dados, optamos neste trabalho por utilizar avaliações qualitativas. Foram elaborados questionários estruturados e semiestruturado sobre a percepção dos professores e gestores do setor público do município de Alcinópolis/MS.

No dia 21 de junho de 2017, foi realizada uma oficina com professores da rede pública na qual foi ministrada uma palestra sobre Arqueologia destacando os sítios de Arte Rupestre no Brasil e no município, com a Prof^a Dr^a Beatriz dos Santos Landa e a seguir um breve relato das pesquisas que seriam realizadas no município pela mestrandia Laura Roseli Pael Duarte. Após as palestras foram aplicados questionários com os professores, na perspectiva de conhecer a percepção dos mesmos em relação ao conhecimento do patrimônio de Alcinópolis, e os significados atribuídos ao mesmo.

Dessa forma, o presente trabalho pretende ser mais um elemento de análise sobre a percepção e sensibilização de gestores municipais, comunidade e interessados pela temática do patrimônio cultural, especialmente no sentido buscar caminhos, que contemplem a proteção e valorização dos bens culturais presente no local.

Analisando as informações históricas do município, percebe-se, a existência de um campo de possibilidades em relação à identificação e construção da memória coletiva da comunidade que a pesquisa pode suprir, principalmente em relação à presença dos atores sociais do pretérito que de alguma maneira se fazem presentes e fizeram parte da construção desta história e contemporaneamente em outro momento do processo de ocupação, fundação e emancipação do município até os dias atuais.

Figura 25: Vista aérea do Município de Alcinópolis



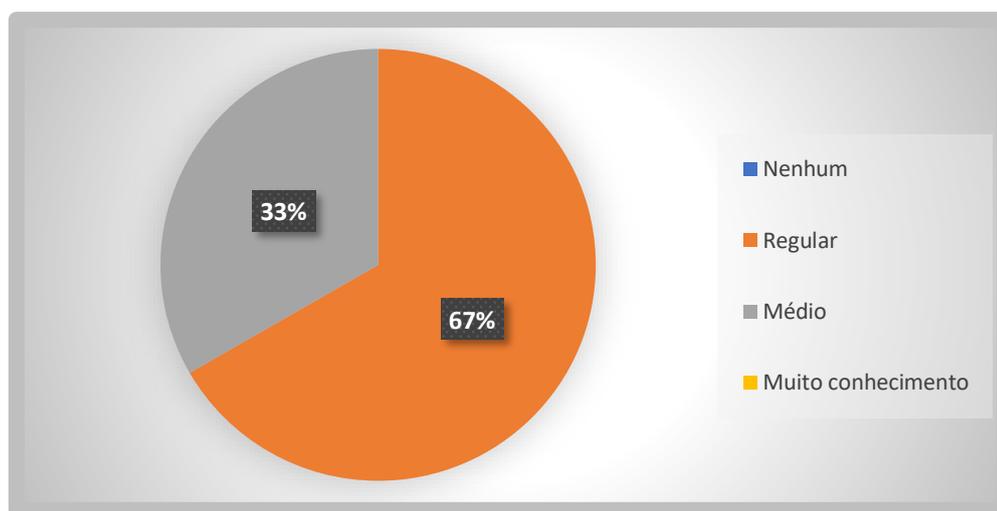
Fonte: www.alcinopolis.ms.leg.br/institucional/fotosgaleria-de-fotos

Visando obter dados para compreender a relação existente entre o professorado, a gestão municipal e o patrimônio arqueológico foi elaborado um questionário semi-estruturado com seis questões de múltiplas escolhas e uma questão dissertativa. As questões abordavam o nível de conhecimento de Arqueologia e Arte Rupestre do município; sobre sítios que já eram conhecidos; as mudanças percebidas após a assinatura da Lei nº 4.306 que promoveu Alcinópolis o título de “Capital Estadual da Arte Rupestre”; se no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do município está inserido a Educação Patrimonial; se há projetos referente ao tema; e por último quais os tipos de patrimônios os/as professores/as identificam em Alcinópolis. Cabe ressaltar que o questionário foi produzido para facilitar a compreensão dos dados obtidos e pode ser caracterizado como um recurso no processo de construção das percepções e as representações que os/as professores/as fazem a respeito do patrimônio cultural.

Os dados obtidos nesta etapa da pesquisa foram baseados nas respostas dos/as 36 professores/as da rede pública de Alcinópolis participantes da oficina, ministrantes de várias disciplinas. O intuito desta oficina foi perceber o entendimento sobre o patrimônio cultural e como ele está inserido no seu cotidiano escolar, assim como se têm buscado informações e outras experiências em relação ao tema.

Na questão 1, a análise das respostas sobre o nível de conhecimento sobre a Arqueologia e Arte Rupestre do município, identificamos que 67% do professorado tem um conhecimento regular, 33% médio, nenhum e muito conhecimento se equivalem pois ninguém respondeu que está situado nestes extremos (gráfico 1).

Gráfico 1: Nível de conhecimento dos professores sobre a Arqueologia e Arte Rupestre

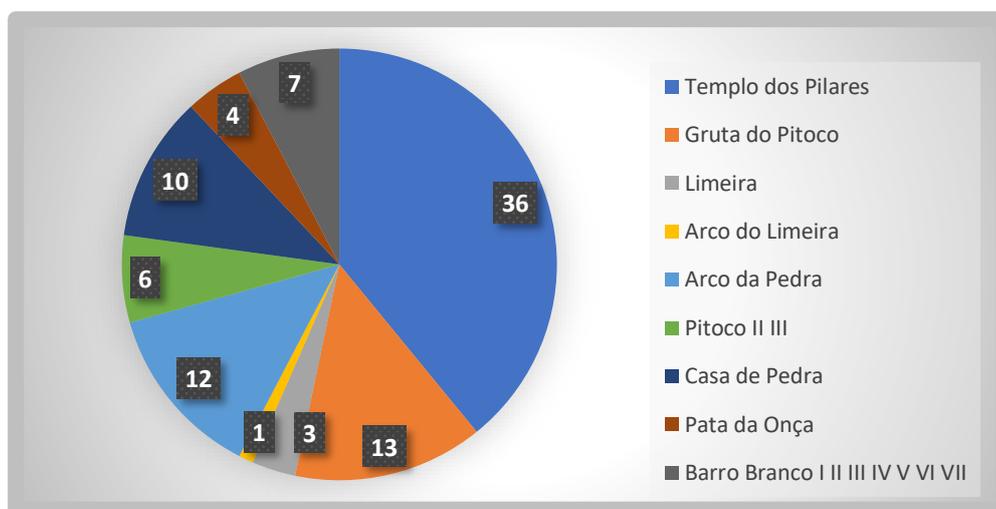


Fonte: elaboração pessoal da autora

Dentre os 24 sítios arqueológicos do município perguntamos aos professores quais já tinham visitados. O sítio mais famoso “Templo dos Pilares” teve um índice de 100% de visitação, e os demais apresentam um índice menor, como Gruta do Pitoco 36%, Arco da Pedra 33%, Casa de Pedra 28%, Barro Branco 19%, Pitoco 18% e outros três com menos de 11%. Os demais não foram mencionados.

Destacamos que no 1º Encontro de Formação dos Educadores em Arqueologia e Arte Rupestre, foi proporcionado a todos/as os/as professores/as participantes, uma visita técnica ao sítio Templo dos Pilares, o que ocasionou o índice de 100% das respostas em relação à pergunta sobre quais sítios já tinham visitados. Na visita técnica ao sítio Templo dos Pilares, os/as professores/as tiveram a oportunidade de obter na prática uma aula sobre Arqueologia e paisagem do local, assim como informações sobre conservação e preservação com a explicação dos Técnicos do IPHAN (gráfico 2).

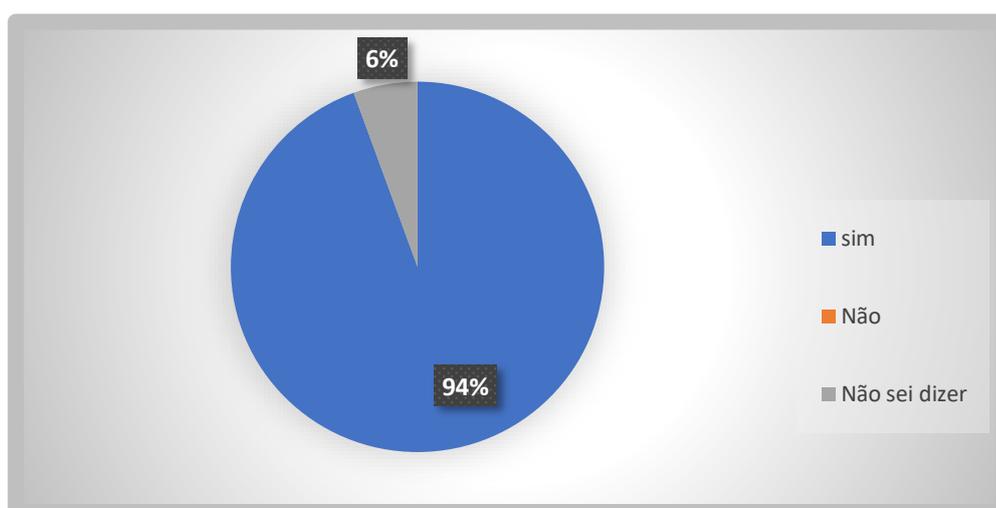
Gráfico 2: Sítios arqueológicos visitados pelos professores



Fonte: elaboração pessoal da autora

Sobre a Lei nº 383/2015 (em anexo) que “Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis”, perguntamos aos/as professores/as se a partir desta lei tem sido proporcionada ações do poder público em prol da preservação e valorização do patrimônio cultural. Sobre a questão 94,4% responderam sim, que a lei tem proporcionado ações de valorização e conscientização do patrimônio cultural e 5,6% não souberam responder (gráfico 3).

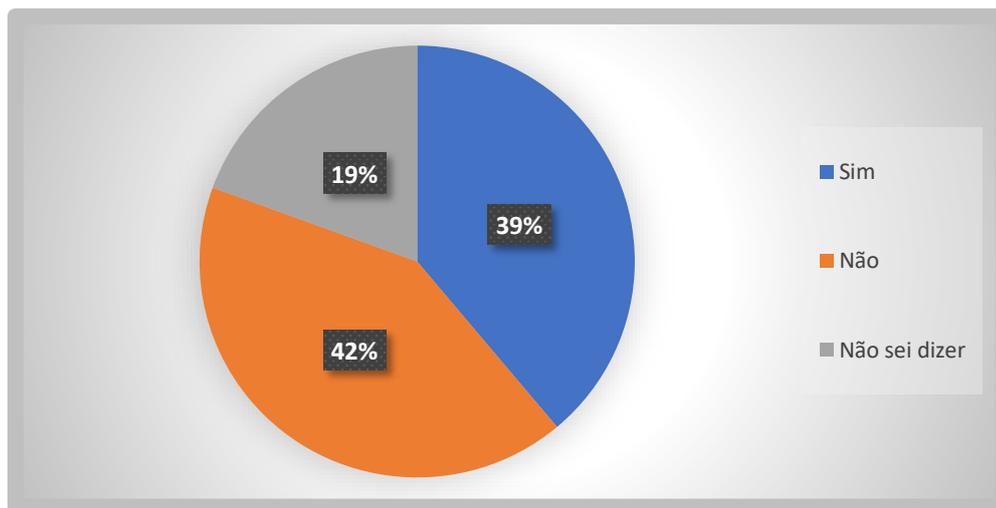
Gráfico 3: Título “Capital Estadual da Arte Rupestre” tem proporcionado ações do poder público em prol a preservação e valorização do patrimônio cultural de Alcinópolis?



Fonte: elaboração pessoal da autora

Na questão 4, perguntamos aos professores se eles tinham conhecimento, se no Projeto Político Pedagógico de sua escola está inserido o tema educação patrimonial. Outro dado que nos chamou a atenção foi que 44,4% não souberam responder se existe um projeto de educação patrimonial no município, 41,7% responderam que sim e 13,9% que não (gráfico 4).

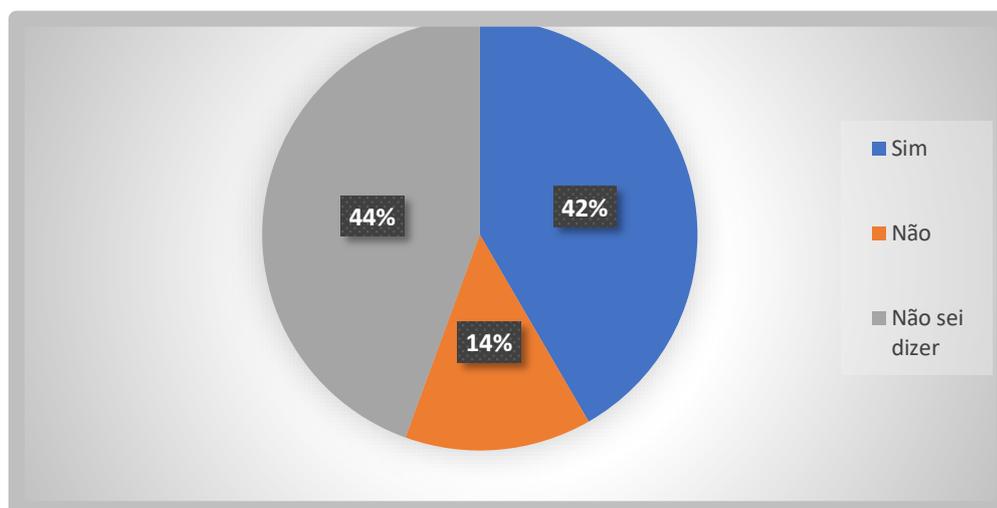
Gráfico 4: Projeto Político Pedagógico da escola está inserido o tema Educação Patrimonial



Fonte: elaboração pessoal da autora

Em relação à questão que buscava saber se no município de Alcinópolis existia algum projeto como foco a educação patrimonial, 44% dos trinta e seis professores não souberam responder, enquanto que 42% afirmaram que existe sim ações com esta perspectiva, e 14% responderam que não há projeto com foco na educação patrimonial (gráfico 5).

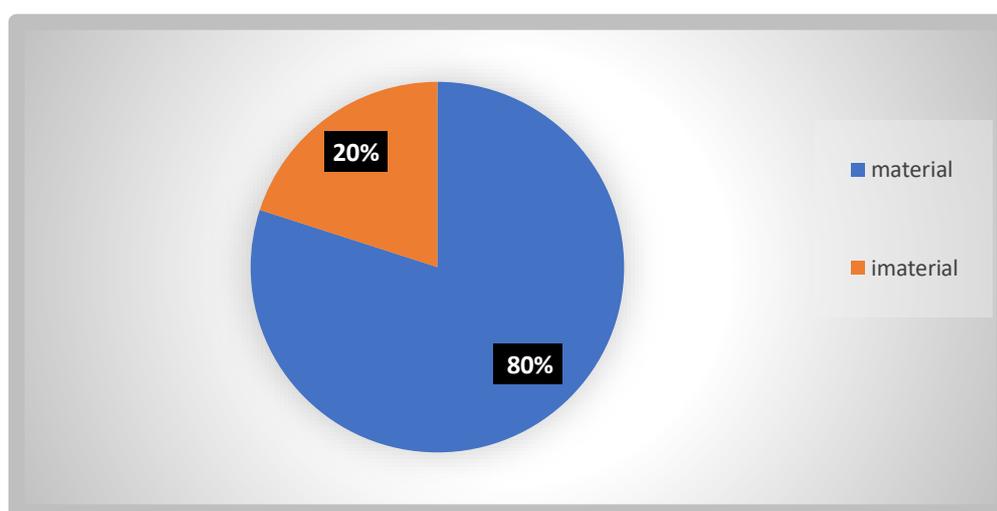
Gráfico 5: Existe algum projeto no município de Alcinópolis, que tenha como foco a Educação Patrimonial?



Fonte: elaboração pessoal da autora

Já na última questão objetiva e dissertativa perguntamos quais os tipos de patrimônio os professores identificam em seu município. Divididos em material e imaterial o que ficou evidente foi a identificação de 80% dos/as professores/as com o patrimônio material, principalmente o arqueológico, mas no que tange ao imaterial percebe-se uma dificuldade entre os docentes na identificação em relação ao que é patrimônio imaterial e como identificá-lo (gráfico 6).

Gráfico 6: Tipos de Patrimônio Cultural do município de Alcinópolis



Fonte: elaboração pessoal da autora

Em um segundo momento da oficina foi proposto uma atividade com os/as professores/as que foram divididos em grupos de cinco a seis participantes, com o objetivo de fomentar a discussão sobre a identificação do patrimônio cultural do município, visando estimular os participantes a identificar, relacionar e classificar os bens patrimoniais existentes no município. Cabe enfatizar que esta atividade não tinha a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento do patrimônio do município e sim em levantar questionamentos e reflexões necessárias para uma melhor aproximação com as referências culturais que formam o patrimônio local.

Segundo Pontual, *et al*, (2009, p. 1-2):

Na atualidade, evidencia-se o crescente interesse pelo conhecimento do patrimônio cultural como um ato de rememoração de outras experiências vivenciadas, no entanto no Brasil esse patrimônio é comumente apresentado sem a devida identificação e autenticação, seja quanto à sua dimensão material, seja quanto à imaterial.

É interessante pontuar, que a atividade proposta aos professores sobre relacionar e classificar o que seria patrimônio material e imaterial, houve num determinado momento da oficina, uma discussão calorosa devido um dos participantes, anunciar uma pessoa morador da cidade como sendo patrimônio do local. Alguns participantes discordaram sobre o que seria de fato patrimônio, o que ficou evidente a falta de conhecimento mais aprofundado nas questões de identificação dos bens culturais.

A tabela a seguir, mostra a percepção dos professores sobre o que eles identificam no município como sendo patrimônio cultural material e imaterial. O que chama nossa atenção nos dados levantados é que no levantamento de dados pelo questionário, 100% dos participantes da oficina, responderam terem conhecimentos dos sítios arqueológicos do município. Mas nos dados abaixo a uma incoerência nas respostas dos mesmos, sendo que apenas dois grupos colocaram nas respostas os sítios arqueológicos pertencentes ao patrimônio material (tabela 5).

Tabela 5: Lista de Patrimônio material e imaterial

LISTA DE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL RELACIONADOS PELOS/AS PROFESSORES/AS (OFICINA)									
PATRIMONIO MATERIAL	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV	Grupo V	Grupo VI	Grupo VII	Grupo VIII	Grupo IX
Sítios arqueológicos	X	X							
Casa de sapê									X
Ilha Flutuante			X						
Museu		X						X	
PATRIMÔNIO IMATERIAL									
Festa de São João	X				X		X	X	X
Festa da Padroeira	X	X			X	X	X		
Festa dos Fernandes	X			X			X		
Festa da Marculina	X	X	X			X	X		
Festa de Santo Antônio	X			X	X				
Festa da Cohab	X	X		X		X			X
Baile dos Idosos	X								
Festa do Peão de Boiadeiro	X	X	X	X	X	X	X		
Cavalgada	X	X	X	X	X		X		X
Banda Municipal	X			X					X
Catira	X	X	X				X	X	X
Batizado na fogueira		X							X
Lenda da formiga carniceira		X							
Dança do Engenho			X			X			
Comitivas		X	X		X		X		
Benedeiras				X					X
Música (Airo)						X			

A análise das respostas com base, nos elementos indicados na tabela, mostrou uma lacuna na identificação da cultura do lugar e os significados atribuídos a eles.

Conforme Pontual *et al* (2009, p. 3):

A identificação de um bem reconhece os conteúdos históricos e formais de um patrimônio, porém é necessário o reconhecimento de seus valores (dimensão não-material), o que torna um exemplar de importância insubstituível para uma sociedade.

No que tange o conhecimento dos/as professores/as sobre o patrimônio cultural e educação patrimonial, os dados levantados até aqui e o fato de que no decorrer da atividade houve muitos questionamentos levantados em relação ao que é o patrimônio do município, demonstraram a necessidade de ações mais efetivas na formação destes/as professores sobre o que configura o patrimônio cultural, suas características, além de identificar e conferir valor a um patrimônio. Isto é imprescindível, pois conforme relata Noelli (2004, p. 1414) “Diante da realidade de um país multicultural, a educação patrimonial precisa (e com urgência!) estar presente nas redes de ensino e deveria ser considerada um objeto de reflexão por aqueles que pensam e articulam a educação brasileira”.

A maior dificuldade apresentada nesta atividade foi relacionar o que era patrimônio do município, pois poucos/as sabiam informar, por exemplo, se as festas folclóricas se tiveram suas origens no município e se a comunidade reconhecia como patrimônio. O fato de trazer para as discussões esses questionamentos mostra a necessidade dos professores receberem formação específica na área de Patrimônio, que praticamente não são oferecidos pelos órgãos do setor de Educação.

Tomando como base essas considerações, o passo seguinte da atividade proposta aos/as professores/as nesta oficina, foi incentivar a realização de uma atividade de educação patrimonial, individual ou em dupla, em que os professores escolheriam duas figuras da arte rupestre, que é uma das referências patrimoniais do município, e foco da pesquisa em tela.

Após a realização das atividades descreveriam suas impressões, através de um questionário estruturado enviado pela equipe contendo informações como duração; características, estrutura de funcionamento e metodologias, espaço em que ocorreu, elementos que foram utilizados e as dificuldades que encontraram na realização da ação.

Foi dado um prazo de quatro meses, para que os professores pudessem planejar uma aula/atividade ou ação e executá-la considerando os componentes curriculares previstos dentro de seu planejamento bimestral, com a temática patrimonial. Esta atividade foi proposta

aos/as professores/as como uma atividade opcional, e ao final do período proposto verificou-se, então que os/as professores/as não se manifestaram. A partir disto, é possível inferir que não a fizeram por falta de tempo ou interesse em realizar a atividade proposta, deixando uma lacuna se houve por parte de algum professor a realização de atividade ou projeto relacionado ao tema. Foram feitas várias tentativas para obter as respostas referentes a esta atividade, mas não foi possível diagnosticar quais os motivos que levaram os professores a não realizarem a ação proposta.

O processo educativo depende de inúmeros fatores, mas os hábitos culturais e o conhecimento do educador são fundamentais. Segundo Machado (2004, p. 24) “O primeiro passo consiste na organização e planejamento do trabalho, ação essa que depende, também, do conhecimento do professor sobre o assunto”. Portanto participar e conhecer a realidade local é importante na hora de definir os objetivos e resultados que se espera da educação patrimonial, segundo Horta (1999).

Além disso, cabe ao educador procurar a melhor forma de introduzir a educação patrimonial com base nos PCN’s (1998, p. 91), no qual prevê a incorporação da história local e suas manifestações culturais.

A partir da atividade proposta é possível analisar o envolvimento dos professores com o tema abordado, e a importância de ampliar a interação e discussão acerca das representações locais com o patrimônio, desenvolvendo mecanismos que priorizem os diálogos culturais.

3. 7 PROJETO: ALCINÓPOLIS EM AÇÃO: CONHECENDO PARA PRESERVAR

Durante as pesquisas de campo realizadas em Alcinópolis, constatamos o início do projeto “Alcinópolis em ação: conhecendo para preservar, iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente (SEMUDES), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com o objetivo de ampliar as referências locais na área do ecoturismo e educação ambiental/patrimonial (ALCINÓPOLIS/SEMUDES, 2017).

Segundo projeto da SEMUDES (2017):

Visando estabelecer parcerias e sustentar o engajamento de atores sociais na elaboração coletiva de projetos e ações de educação socioambiental no município é que a SEMUDES objetivou ampliar referências locais na área do ecoturismo e educação ambiental/patrimonial. As metodologias previstas atendem à premissa de

que o conhecimento é construído nas relações sociais e a extensão é um processo de diálogo entre os agentes envolvidos. O papel da Secretaria enquanto órgão público dirige-se a população no geral a qual espera-se estabelecer uma interlocução produtiva e consistente para identificar problemas, refletir, discutir e propor soluções. Incentivar as instituições de ensino, localizadas no município, a desenvolver estudos e parcerias para a solução de problemas ambientais e assim, com ampla divulgação, promover o aproveitamento adequado dos conhecimentos produzidos nessas instituições

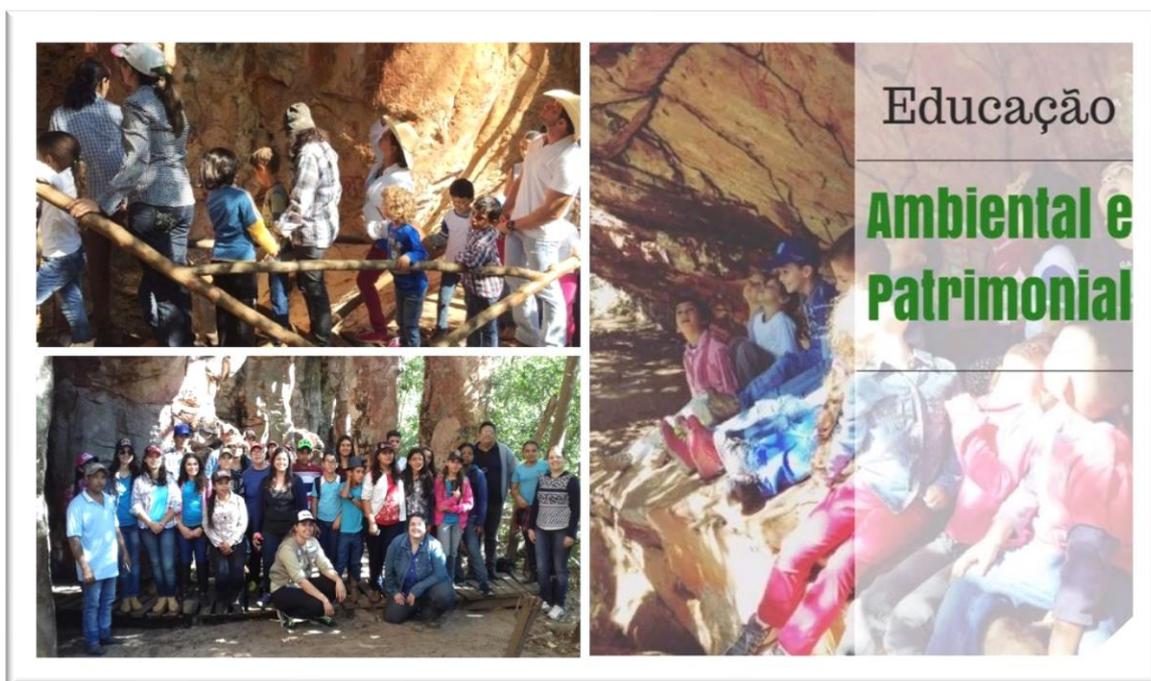
As visitas segundo a Técnica Maria A. S. da SEMUDES, começaram com os alunos do Pré I e II do Centro Municipal de Educação Infantil, Brenno Crisóstomo Duarte, que realizaram um passeio no dia 05/06/2017 no Monumento Natural Serra do Bom Jardim, roteiro esse onde se encontra o sítio arqueológico mais emblemático do município o Templo dos Pilares.

A Escola Municipal Miguel Antônio de Moraes também participou do projeto com turmas do 5º ao 9º ano, começando a visitação no sítio arqueológico Casa de Pedra, localizado na Fazenda Turmalina- Estrada Serra Bom Sucesso e no sítio arqueológico Arco de Pedra, localizado na Fazenda Paulo Castilho, Serra do Bom Sucesso- Estrada dos Mundinhos (figura 26). Já os alunos do 1º ano do fundamental da Escola Municipal Alcino Carneiro realizaram a visita no Parque Natural Municipal Templo dos Pilares no dia 29/06/2017 (figura 27). Todas as visitas foram programadas em conjunto com a Secretaria de Educação do município e os professores envolvidos, com o intuito de promover o conhecimento dos pontos turísticos e reflexão sobre a educação ambiental e patrimonial segundo a Técnica Maria Aparecida S. da SEMUDES.

Além das escolas o projeto abriu a visitação para outros grupos e um deles a integrar o roteiro de visitação dos sítios arqueológicos foi o Centro de Convivência da Melhor Idade, o CONVIVER, que realizou a visita no Templo dos Pilares. Para tanto, estava previsto para o segundo semestre de 2017 a visitação dos servidores públicos e da APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) de Alcinópolis, que aconteceria entre os meses de outubro e novembro de 2017. Mas conforme relata a Técnica Maria A. S. *“a última visitação do projeto foi a turma dos idosos, estava programado a ida dos servidores também, porém não houve interesse o que evidência o trabalho árduo que teremos pela em relação a educação patrimonial e histórica frente a comunidade”*.

A pesquisa de campo realizada nesta dissertação, na primeira etapa que constou com a oficina também foi inserida no projeto com a participação dos funcionários da SEMUDES e Secretaria de Educação, Cultura e Desporto (figura 26).

Figura 26: Visita da escola Centro de Educação Infantil e da Escola Miguel Antônio de Moraes no Sítio Templo dos Pilares.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental recomendam a interdisciplinaridade na educação básica, por meio dos chamados "temas transversais". Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do Patrimônio Cultural e Ambiental, e a consequente adoção de projetos de EP e EA. Trata-se dos temas do “meio ambiente” e da “pluralidade cultural” (Oriá, 2004).

A Educação Ambiental em conjunto com a Educação Patrimonial é uma condição de sobrevivência no exercício cidadania, sendo que é por meio da conscientização que o ser humano reconhece seus direitos e participa da construção de uma sociedade, na qual o respeito ao meio ambiente e a cultura sejam critérios essenciais em suas relações sociais e transformações enquanto sujeito (figura 27).

Figura 27: Visita no sítio Templo dos Pilares e Casa de Pedra do Centro de Convivência da Melhor Idade e Escola Municipal Alcino Carneiro.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Pecuária Turismo e Meio Ambiente

Dessa forma, nessa primeira etapa, as atividades desenvolvidas junto aos professores obtiveram êxito em relação à percepção dos professores sobre o tema arqueologia e educação patrimonial. A partir destes dados percebe-se que os problemas detectados são relevantes, pois abre espaço para discussões e questionamentos do que pode ser realizado na busca soluções coletivas que visem o desenvolvimento de instrumentos no fortalecimento do papel da comunidade, professores, gestores e alunos na gestão do patrimônio cultural do município.

Percebemos a importância do envolvimento da escola em conjunto com os gestores do município na elaboração de políticas públicas que visem à elaboração de projetos de Educação Patrimonial para possibilitar o fortalecimento na preservação e percepção do patrimônio como parte da identidade local.

As experiências com os professores são importantes, para as transformações em relação ao patrimônio arqueológico, abrangendo a valorização, proteção, promoção e reconhecimento do potencial para a sociedade e para o exercício da cidadania, que só trarão resultados se forem acompanhadas de políticas públicas que sejam articuladas, inter/multidisciplinares e que envolva várias secretarias municipais em conjunto com a comunidade local.

Tomando como base o resultado obtido nas questões colocadas, percebemos a complexidade da concepção de patrimônio, principalmente em relação a educação e o processo de ensino-aprendizagem na escola. Sobre o tema patrimônio cultural é possível perceber a necessidade de ações permanentes do setor público em conjunto com as escolas, assim como capacitações e projetos que proporcionem olhar o patrimônio por outras perspectivas buscando construir um novo olhar da escola sobre os diferentes contextos culturais.

Na última etapa da pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi à realização de entrevistas semiestruturadas, com os gestores do município de Alcinópolis, que nos permitissem traçar um panorama da realidade local, em relação às ações realizadas, os desafios enfrentados e as perspectivas de gestão do patrimônio cultural.

Entre os meses de agosto de 2017 e fevereiro de 2018 de cinco gestores responsáveis por órgãos do município de Alcinópolis diretamente ou indiretamente envolvidos com a área de gestão de bens culturais e educação. As entrevistas foram semiestruturadas com sete perguntas dissertativas, abordando a inserção da educação patrimonial, no currículo escolar e a atuação desses órgãos em relação à gestão de políticas públicas no campo do patrimônio cultural do município.

No capítulo anterior, que tratou de memória, patrimônio e legislação fizemos uma síntese das legislações criadas pelo município de Alcinópolis e que visam em grande parte fomentar o turismo local, com a intenção da divulgação do município e estimular conservação e a preservação do patrimônio cultural. Ressaltamos aqui a importância dos esforços empreendidos pelos gestores do município em criar Leis que promovam o patrimônio cultural, mas um questionamento que levantamos é se essas Leis têm realmente proporcionado uma mudança efetiva em relação ao compartilhamento de responsabilidades como proteção do patrimônio pela comunidade local e que é preciso primeiramente o envolvimento da comunidade local.

Vemos que, as escolhas e o processo de eleição do que deve ser considerado patrimônio, ainda permanece no domínio da elite política, lembrando que a sociedade é a “melhor guardiã do seu patrimônio” conforme afirma Magalhães (1985, p. 184) e que, portanto cabe a ela participar de eleições dos bens patrimoniais, fazendo com que efetivamente concebam como parte desta memória.

3.8 RESULTADO E DISCUSSÕES DAS ENTREVISTAS

Nesta etapa das análises dos resultados das entrevistas, vamos apresentar uma síntese dos elementos centrais da discussão, elencados pelos/as gestores/as entrevistados/as. A primeira questão colocada aos entrevistados foi como o patrimônio é abordado no município e a importância na conservação da memória coletiva na construção da história local?

Dos/as cinco gestores/as entrevistados/as três relataram que o patrimônio do município de Alcínópolis é abordado a partir dos eventos, as manifestações culturais como por exemplo: festas religiosas (festa junina, festa do peão, artesanato, cavalgada, comidas típicas, visitas aos pontos turísticos (unidades de conservação) e os sítios arqueológicos. Dois dos entrevistados opinaram diferente trazendo algumas informações que são importantes na análise da percepção das pessoas envolvidas.

Numa das falas de uma pessoa da Secretaria de educação destaca que “em relação à abordagem do patrimônio cultural o nosso município tem iniciado esse processo, porém há a necessidade de implementar ações que favoreça, a conservação da memória coletiva”. Já outra coloca que

“o patrimônio cultural é muito pouco abordado na cidade, pois a maioria de seus moradores não tem o conhecimento do real patrimônio da cidade, lembrando em que a maioria dos seus moradores não tem o conhecimento do real patrimônio da cidade, lembrando em que a maioria dos seus moradores nasceu aqui”.

Como destaca Fonseca (2005), se a escola não desempenha uma das funções principais que é formar cidadãos com uma base cultural comum, essa iniciativa pode e deve começar também pelas instituições detentoras do patrimônio histórico-cultural. Neste contexto é que a educação patrimonial deve ser inserida como instrumento de ação, a fim de estabelecer canais de comunicação, entre escolas, órgãos gestores e comunidade local.

Na segunda questão perguntamos se possuíam conhecimento, se no Plano Político Pedagógico (PPP) e no Currículo da escola, a educação patrimonial estava contemplada. Segundo a Secretária de Educação do município “... a educação patrimonial é contemplada nas escolas, com o Calendário Letivo, com a participação dos alunos e a comunidade escolar nas datas comemorativas”. Um dos entrevistados não soube responder e os outros três relataram que o PPP das suas escolas contempla a educação patrimonial, mas com uma ressalva de um dos entrevistados que fez a seguinte observação: “não está explicitamente contemplado no PPP das escolas, mas os/as professores/as tem a liberdade de enriquecer o currículo escolar, incorporando no planejamento outras temáticas que julgarem importantes”.

A questão três abordada nas entrevistas eram quais as ações e projetos são desenvolvidos pela Prefeitura em conjunto com as Secretarias de Educação e Meio ambiente que contribuem na preservação e valorização do meio ambiente. Quatro foram unânimes em relacionar as ações e os projetos como: as leis criadas no município (dia municipal da Arte Rupestre, dia do pioneiro Alcinopolense, casa da Memória e Semana Municipal da Cultura). Uma diretora entrevistada, coloca que além das ações desenvolvidas por meio das leis "... a escola tem vários projetos, sendo envolvidas as crianças do 1º ano ao 9º ano, tais como: quebra-cabeça, jogo da memória, cartilha, poesias, ilustrações, etc.

As questões 4 e 5 abordaram qual a interação entre o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Alcinópolis em relação as Políticas Públicas e a atuação das Secretarias de Educação e Meio Ambiente quanto a inserção de investimentos na área de preservação do patrimônio cultural do município. Os/as cinco gestores/as entrevistados/as, indicaram que um dos principais incentivos recebidos é o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço), e mencionaram que o projeto "Alcinópolis em ação: Conhecendo para preservar" é uma parceria entre a Secretaria de Educação e Meio Ambiente, e a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul que tem contribuído, segundo a Secretária de Educação, no suporte de infraestrutura para a realização de eventos culturais realizados na cidade.

Nas últimas questões abordadas perguntamos se o município tem algum documento específico de Educação Patrimonial, qual a relevância do Patrimônio Cultural e Ambiental para Alcinópolis e quais os ganhos e as dificuldades e a relevância da Educação Patrimonial, no fortalecimento da identidade cultural?

Sobre o documento, não a nenhum específico com tema Educação Patrimonial e todos consideraram que é de suma importância que se trabalhe o tema, com as escolas e comunidade local e conforme relata a Secretária de Educação. "... a participação da comunidade local nas realizações dos eventos é sempre um ganho para a valorização da cultura local. Quanto as dificuldades temos ainda é pouco material didático com enfoque na Educação Patrimonial"

A educação patrimonial permite aos cidadãos de uma comunidade a importância dos elos do passado tem com o presente, segundo Lopes; Soares (2010, p. 145):

A Educação Patrimonial é uma metodologia que tenta mostrar aos cidadãos de uma determinada comunidade a importância que os elos de seu passado possuem com o seu presente. Através dessas ações educativas procura-se

realizar um resgate cultural e, por consequência, a valorização do que diferencia tal comunidade.

A oficina realizada com os/as professores/as, as entrevistas com os gestores/as e a pesquisa nos documentos do município foram fundamentais, tanto para o levantamento de dados da pesquisa, assim como na percepção das ações e políticas de patrimônio implantadas no município. Portanto, embora haja uma quantidade expressiva de leis, criação de órgãos e projetos na área do patrimônio cultural e ambiental, observa-se que entre os/as professores/as e os/as gestores/as falta estabelecer uma comunicação mais efetiva, com relação às políticas públicas desenvolvidas. Dessa forma, é necessário discutir as práticas e ações educativas, para que não ocorra só a promoção do patrimônio, mas também ações educativas permanentes, que levem a difusão do conhecimento gerado pelo patrimônio e promova a conscientização da população sobre sua importância na política da preservação dos bens culturais do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação delimitamos a temática da pesquisa no tocante ao processo de identificação do município de Alcinópolis como a “Capital Estadual da Arte Rupestre” e as ações desenvolvidas pela Secretária Municipal de Educação do município de Alcinópolis, em conjunto com as escolas e educadores/as do ensino formal.

O estudo apresentado objetivou contribuir no levantamento das ações de educação patrimonial realizadas no município de Alcinópolis/MS, buscando identificar a percepção de agentes culturais sobre patrimônio cultural visando subsidiar reflexões acerca da relação local com o seu patrimônio cultural.

A metodologia utilizada foi a realização de levantamento bibliográfico e documental, oficinas e aplicação de questionários. Os questionários foram aplicados junto a diversos segmentos da sociedade de Alcinópolis, tais como: funcionários/as da administração pública municipal e estadual, professores/as e diretores/as de escolas, alunos/as de ensino fundamental e médio das escolas públicas, municipal e estadual. Após a realização das entrevistas junto a segmentos da população amostrada, foi realizada a tabulação dos resultados.

No decorrer desta pesquisa, notamos que, mesmo participando de eventos e capacitações que estimulam o desenvolvimento da educação patrimonial na escola, os/as professores/as ainda apresentam uma base teórico-conceitual incipiente com relação à identificação de patrimônio cultural, educação patrimonial, identidade, memória e meio ambiente. Isto se deve a vários fatores elencados no decorrer da pesquisa, pelos/as professores/as dentre eles: a falta de material didático, o pouco tempo para se trabalhar a educação patrimonial no currículo escolar e a falta de uma comunicação mais efetiva com os órgãos responsáveis pelo planejamento de atividades contínuas que esteja inserida tanto a comunidade escolar, como a local.

Diante do exposto, cabe aos órgãos públicos do município de Alcinópolis em conjunto com as escolas e comunidade planejar, continuamente estratégias que visem estimular e desenvolver uma educação patrimonial permanente, a fim de suscitar e sensibilizar os/as educandos/as e os/as cidadãos/dãs alcinopolenses a importância do patrimônio cultural e de sua preservação, especialmente em relação aos sítios arqueológicos que transformaram o município em “Capital Estadual da Arte Rupestre”.

No que se refere à inserção de ações e projetos de educação patrimonial nas escolas, os dados levantados mostraram que são feitos projetos referente ao tema, mas são ações

pontuais, e algumas individuais realizadas por pessoas que valorizam o patrimônio existente no local, necessitando de ações contínuas, que envolvam o setor público, escolar e a comunidade local.

Sabe-se que as condições para que a educação patrimonial ocorra de forma permanente e não somente ações pontuais são necessários recursos disponíveis, como: qualificação/formação profissional, investimentos em projetos junto à comunidade, produção de inventário cultural, para registrar todas as manifestações do município, uma perspectiva de valorização, preservação e promoção dos bens materiais e imateriais existentes no município dentre outros.

Apesar de todos os avanços obtidos principalmente com a criação de leis que buscam preservar e valorizar o patrimônio cultural, é importante ressaltar que os gestores do município de Alcinópolis, ainda estão muito focados na política de preservação e fomento do turismo, do patrimônio arqueológico. Vale lembrar, que a educação patrimonial não é a solução de todos os problemas que se relacionam com o tema tratado, mas é um dos aspectos fundamentais para que ocorra o reconhecimento pela comunidade de seu patrimônio e por consequência, a preservação contribuindo na valorização da identidade cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AGUIAR, R. L. S.; LANDA, Beatriz dos Santos; GOETTERT, J. D. . Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcinópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul. Revista Ñanduty, v. 4, p. 64-73, 2016.
- AGUIAR, R. L. S. Arte rupestre em Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- _____. Templo dos Pilares - Alcinópolis. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016.
- _____. Arte Rupestre: conceitos introdutórios. (2012). Disponível em: www.scribd.com/rodrigo_simas_aguiar.
- _____. ‘Alcinópolis. Na capital da arte rupestre de Mato Grosso do Sul grafismos são testemunhos da vida na pré-história’, em Revista GEO, v. 39, p. 110, 2012.
- _____. Arte na Pedra: o surpreendente e pouco conhecido patrimônio pré-histórico de Mato Grosso do Sul. Ciência Hoje, v. 297, p. 32-37, 2012.
- AGUIAR, R. L. S.; LIMA, Keny Marques. A arte rupestre em cavernas da região noroeste de Mato Grosso do Sul: discussões preliminares. Espeleo-Tema (São Paulo), v. 23, p. 117-125, 2012.
- ANDRADE, Mário de Aspectos das Artes Plásticas no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 3ª ed., 1987.
- ARÉVALO, M. C. M. Sentir para agir: avaliando uma proposta de educação patrimonial. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.
- BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 201-212, 1999.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20/12/1996.
- BEBER, M. V. A arte rupestre do Nordeste do Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 1994.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisa arqueológica em projetos de infra-estrutura: a opção pela preservação. Revista do Patrimônio, v. 33 número especial sobre Arqueologia e Preservação (Tania Andrade LIMA, Org.), p. 153-174. 2007.

CARVALHO, A.V.; FUNARI, P. P. A. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos ditatoriais latino-americanos. Belo Horizonte, Fórum, 2009.

CERQUEIRA, F. V.; CUNHA, W. S. “Proteção legal do patrimônio arqueológico”. In: I Congresso Internacional da Sab. XIV. Congresso Brasileiro De Arqueologia. Arqueologia, Etnicidade E Território. Florianópolis, 2007.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001.

COPÉ, S. M. Relatório das atividades de campo desenvolvidas em julho/1986: Programa Arqueológico do Mato Grosso do Sul – Projeto Alto Sucuriú. UFMS-CEUL, 1986. (não publicado)

DURHAM, E. Texto II. In Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, L. R. P. A percepção da cerâmica tupiguarani em comunidades escolares de Campo Grande-MS, como subsídio para o conhecimento da cultura indígena e preservação patrimonial”. Trabalho de Conclusão de Curso de História-Licenciatura, CCHS/UFMS, 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.13, nº 25/26. pp. 265-276. 1993.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, P. P. A. Patrimônio histórico e cultural. Cultura material e arqueologia histórica. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____. Arqueologia e Patrimônio. Erechim-RS: Habilis. 166p, 2007.

FUNARI, P. P.; NOELLI, F. S. Pré-História do Brasil. Editora Contexto, 2002.

_____. Pré-História do Brasil. Editora Contexto, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, S. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). Turismo e Patrimônio Cultural. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

FONSECA, Marília Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. Para além da Pedra e Cal: Por uma Concepção Ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (Orgs.). Memória e patrimônio. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GASPAR, Maria Dulce. A Arte Rupestre no Brasil. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro, 2003.

GEERTZ, C. A Interpretação da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUEDES, Carolina; VIALOU, Denis. Símbolos na arte rupestre sob o olhar da Arqueologia Cognitiva: considerações analíticas sobre o sítio Conjunto da Falha, Cidade de Pedra, Rondonópolis, Mato Grosso. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 101-123, jan.-abr. 2017.

GUIDON, Niède. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. CLIO, Série Arqueológica. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v.5, pp.5-10, 1989.

GIRELLI, Maribel. Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1994.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

_____. Os Lugares da Memória. In SILVA, R. M. da C. (Org.). Cultura Popular e Educação. Brasília: MEC, 2008, p. 111-118.

IPHAN. Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico. Rossano Lopes Bastos; Marise Campos de Souza (Org.). 3ed. – São Paulo, SP: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010.

KASHIMOTO, E. M.; MARTINS, G. R. Arqueologia e Paleoambiente do Rio Paraná em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Editora Life, 2009.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná, Manuais de Arqueologia, n.2, 155p, 1967.

LE GOFF, Jacques. História e memória. tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP Ed. UNICAMP, 1990.

LEGISLAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 1996.

LIMA, J. S. S. Arqueologia, Patrimônio e Turismo. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, Anais..., 2005.

LIMA K. M. A arte rupestre no município de Alcínópolis - MS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, 2014.

MARTINS, G. R. Projeto Instalação da exposição de longa duração do Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Projeto aprovado no âmbito da Lei de Incentivo á Cultura PRONAC N° 069778. Campo Grande: LPA/UFMS, 2007.

MARTINS, G. R. et al. Experiências da Prática de Educação Patrimonial no Estado de Mato Grosso do Sul. In: I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

MARTINS, G. R. e KASHIMOTO, E. M. 12.000 anos: Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: FIC-FCMS/Life Ed., 2012.

MAGALHAES, Aloísio. "As duas vertentes do bem cultural". Cultura. Ano 10, nº 36. Brasília: MEC, 1981.

MATOS, Alexandre Pena. Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico: Reflexões Acerca das Práticas Educacionais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela penal do patrimônio arqueológico brasileiro. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, n.3, jul./dez. 2001.

_____. Análise dos Impactos ao Patrimônio Cultural no Âmbito dos Estudos Ambientais. Revista Espinhaço, v. 2, p. 2-19, 2013.

MICHELON, F. F.; JÚNIOR, C. S. M.; GONZÁLEZ, A. M. S. (orgs.). Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

NASCIMENTO, A. C.; LANDA B. dos S.; AGUILERA URQUIZA, A. H.; VIEIRA, C. M. N. A etnografia das representações infantis guarani e kaiowá sobre certos conceitos tradicionais. Tellus, ano 9, n. 17. UCDB: Campo Grande - MS jul./dez. 2009 (187-205).

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. O Povo de Luzia - em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Editora Globo. 334p, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Os Argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração em Arqueologia) - Porto Alegre, PUCRS, 1995.

_____. Arqueologia Pantaneira: história e historiografia (1875-2000). Dourados, MS. Editora da UFGD, 2008.

ORIÁ, R. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

PACHECO, M. L. A. F. et al. "Concepção de estudantes de 8ª série de escolas públicas e particulares sobre conceitos e aplicabilidades de arqueologia na conservação de sítios arqueológicos de Mato Grosso do Sul". In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Anais., Universidade Católica Dom Bosco, n.7, setembro, 2004.

PLANO DE MANEJO PARQUE ESTADUAL DAS NASCENTES DO RIO TAQUARI. Imasul, Campo Grande – Mato Grosso do Sul, 2009.

PROUS, A. Arqueologia Brasileira. Brasília: Editora da UnB, 1992.

_____. Comentários sobre as experiências de análise rupestre em Minas Gerais. Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, v.10, pp.246-249,1985.

_____. Histórico do Setor de Arqueologia UFMG e papel das missões franco-brasileiras. Anais da 8ª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, Coleção Arqueologia, n.1, v.1, pp.131-150., 1996.

_____. O povoamento da América visto do Brasil: uma perspectiva crítica. Revista da USP. n.34, p.8-21, 1997.

_____. Arqueologia, Pré-História e História. in: Maria Cristina Tenório (org.). Pré-História da Terra Brasilis. Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ. pp.19-34, 1999.

_____. O Brasil antes dos brasileiros - A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 141p, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (organizadores). Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Getúlio Alípio X. de J. Patrimônio na pedra: gestão e preservação dos sítios de arte rupestre da zona arqueológica de Taperuaba, Sobral - CE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

SCHMITZ, P. I. Caçadores e coletores antigos da região do cerrado. In Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Ed. UNB, 1993.

_____. Serranópolis II: As Pinturas e Gravuras dos Abrigos. São Leopoldo: UNISINOS, 1997.

_____. Caçadores-coletores do Brasil Central. In: Pré-História da Terra Brasilis. Org. Maria Cristina Tenório. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, p. 75-88, 1999.

_____. Arqueologia do Estado do Mato Grosso do Sul. Palestra de abertura do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 2005.

_____. Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, Criciúma, Santa Catarina, nº 11, 2013.

SOUZA, C. A. C.. BENTO, L. C. Sítios Arqueológicos de representação rupestre: em campo de possibilidades para a pesquisa Histórica em Coxim. Monções: Revista do Curso de História da UFMS – campus de Coxim: out 2014/mar. 2015.

ROOSEVELT, T. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In TENÓRIO, M. C. (Org.). Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, pp.35-50, 1999.

SILVA, F. F. Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Rio de Janeiro: IPHAN, nº 30, 2002.

SOARES, A. L. R. (Org.) Educação Patrimonial: Relatos e Experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.

_____. Organização social e arqueologia. Porto Alegre: EDIPCURS, 1997.

SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. Breve Manual de Patrimônio Cultural: subsídios para uma Educação Patrimonial. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 28, p.45- 65, edição especial de 30 anos, 2004b.

SOARES, A. L. R.; REMPEL. Alguns conceitos necessários para as ações de educação patrimonial. Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial/Org. Sérgio Célio Klamp, André Luis Ramos Soares. 1 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

TENÓRIO, M. C. Pré-história da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1999.

TORRECILHA, Sylvia. Planejamento e Manejo do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, na Região Noroeste do Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, UCDB, 2006.

VERONEZE, E. A ocupação do Planalto Central Brasileiro: O nordeste do Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 231p, 1992.

VIALOU, Águeda Vilhena. Pesquisas pré-históricas no Mato Grosso. In: Anais do I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso do Sul, p. 29-46, 2009.

VIALOU, A Vilhena; VIALOU, D. Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres do Mato Grosso. Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. vs. 11 e 12, nº. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jun., p. 33-54, 2009.

Decreto nº 54, de 29 de maio de 2003, que cria a unidade de conservação parque natural municipal templo dos pilares;

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/alcinopolis/panorama>. Acessado: 06/11/2016.

6. ANEXOS

ANEXO I – Questionário Pesquisa de Campo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS

Questionário – Pesquisa de Campo

Data: 21/06/2017

Disciplina que ministra :

Idade: Sexo: () M () F Tempo de atuação como professor/a:

Ensino Superior: () sim () não Pós Graduação: () sim () não

1) Qual o seu nível de conhecimento sobre a Arqueologia e Arte Rupestre de Alcinópolis?

() Nenhum () Regular () Médio () Muito conhecimento

2) Quais os sítios arqueológicos do município de Alcinópolis você já visitou?

() Templo dos Pilares () Arco da Pedra () Pata da Onça
() Gruta do Pitoco () Pitoco II III () Barro Branco I II III IV V VI VII
() Limeira () Casa de Pedra () Fazenda Fidalgo I II III
() Arco do Limeira () Painel Sucupira () Painel antropomorfo
() Duas Torres () Tampa () Caverna do Urutau

3) No ano de 2012 foi sancionada a Lei nº 4.306, de 21 de dezembro de 2012 que dá ao município de Alcinópolis o título de “ Capital Estadual da Arte Rupestre”, na sua opinião está lei tem proporcionado ações do poder público em prol a preservação e valorização do Patrimônio Cultural?

() sim () não () não sei dizer

4) No Projeto Político Pedagógico da sua escola está inserido o tema da Educação Patrimonial?

() sim () não () não sei dizer

5) Existe algum projeto no município que tenha como foco a Educação Patrimonial?

() sim () não () não sei dizer

6) Quais os tipos de Patrimônio Cultural você identifica no seu município?

() material: cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, etc.

Cite alguns:.....

() imaterial: práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Cite alguns:.....

ANEXO II – Questionário (Secretaria de Educação, Cultura e Desporto)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
 FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**PROJETO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:**

**ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:
 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS**

Questionário – Pesquisa de Campo
 (Secretaria de Educação, Cultura e Desporto)

Nome:

Cargo/Função:

Formação: () Graduação:

() Pós-graduação Lato Sensu

- 1) Como patrimônio cultural é abordado em seu município, e qual a importância na conservação da memória coletiva na construção da história local?
- 2) No Plano Político Pedagógico e no Currículo da escola, a educação patrimonial é contemplada?
- 3) Quais são as ações e projetos desenvolvidos na Secretaria de Educação e Cultura na valorização do patrimônio do município?
- 4) Qual é a interação das Políticas Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Alcinoópolis quanto ao reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico?
- 5) A Secretaria de Educação em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente tem feito investimentos no patrimônio, tais como:
 - () investimentos em cursos de capacitação de professores;
 - () investimentos em materiais didáticos;
 - () planejamentos de atividades culturais, como palestras e eventos;
 - () divulgação do patrimônio local;
 - () projetos de educação patrimonial e ambiental.
- 6) Que ganhos e dificuldades têm encontrado para realizar atividades de educação patrimonial na prática cotidiana do município?
- 7) O município tem algum documento específico sobre educação patrimonial?
- 8) Devido a relevância do Patrimônio Cultural e Ambiental do município de Alcinoópolis-MS, qual a sua opinião sobre a importância da educação patrimonial, no fortalecimento da identidade cultural?

Muito obrigado(a) por sua participação!!!

ANEXO III – Questionário (oficina de educação patrimonial – professores)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
 FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**Oficina: educação patrimonial (professores)****Orientação para a atividade de Educação Patrimonial**

1. Esta atividade pode ser realizada individualmente, em dupla ou no máximo em trio.
2. Escolher no mínimo 2 figuras de Arte Rupestre que é uma das referências patrimoniais do município indicadas na oficina que servirão de base para a realização da atividade prática.
3. Planejar uma aula/atividade/ação que envolva as 2 figuras de arte rupestre e um dos demais patrimônios do município e executá-la inserida nos seus componentes curriculares previsto no planejamento bimestral.

Planilha de detalhamento de ações educativas

Instituição/Escola:

Série:

Professores (as):

Nome da Ação:

Descrição da atividade de Educação Patrimonial

Duração da atividade:

Características gerais:

Estrutura de funcionamento-etapas/ metodologia:

Profissionais que executaram a atividade:

Características:

Funções:

Espaço no qual ocorreu a atividade:

Objetivos da ação:

Elementos/ objetos utilizados (especificar em que momento foi utilizado e com qual função)

Dificuldades para a realização da ação:

Avaliação da atividade:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



Sugestões (Professores)

- Festas religiosas (Fernandes, Marcolina, Padroeira, Santo Antônio);
- Festa da Cohab;
- Festa do Peão;
- Cavalgada;
- Banda Musical;
- Comidas típicas;
- Airo;
- Engenho;
- Produção de arroz;
- Catira;
- Benzedeadas e parteiras;
- Sítios arqueológicos (Barro Branco, Templo dos Pilares, Arco da Pedra);
- 1ª casa do município.

Obs: A atividade proposta fará parte do projeto de dissertação de mestrado desenvolvido pela mestranda Laura Roseli Pael Duarte, sobre *“ARQUEOLOGIA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ALCINÓPOLIS/MS”* com a colaboração dos professores da rede municipal e estadual e Secretaria de Educação. Dúvidas e orientações laurapael@hotmail.com

ANEXO IV - Lei nº 383/2015 Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS



LEI N.º 383, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

“Dispõe sobre a criação do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis - MS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Esta lei institui o Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no município de Alcinópolis-MS.

Art. 2º - Fica instituída a data de 05 de Outubro cada ano, como o Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município de Alcinópolis- MS.

Art. 3º - São objetivos do Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre no Município:

I - Oficinas temáticas de arqueologia ministradas por profissionais capacitados aos educadores e educandos da rede municipal e estadual de Alcinópolis- MS e demais interessados;

II - promover discussões a respeito do tema;

III - difundir a cultura e as belezas arqueológicas do Município de Alcinópolis- MS e região entre os educandos e educadores;

Art. 4º - Durante o Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre, instituída por esta lei, os estabelecimentos de ensino públicos realizarão atividades alusivas, que poderão compreender eventos organizados, como debates, palestras, seminários e apresentações artísticas, assim como a divulgação de trabalhos realizados pelos alunos e educadores, bem como pesquisadores associados e membros da comunidade.

Art. 5º - O Dia Municipal de Arqueologia e Arte Rupestre instituído por esta lei terá periodicidade anual e fica incluída no calendário oficial do Município.



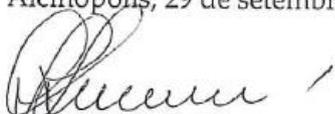
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS



Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alcinópolis, 29 de setembro de 2015.


ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO V – Lei Nº 423/2017 Dia Municipal do Pioneiro Alcinopolense.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS



LEI Nº 423/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Institui o Dia Municipal do Pioneiro Alcinopolense.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Instituído o dia 23 de abril, o “Dia Municipal do Pioneiro Alcinopolense”.

Parágrafo Único – A data mencionada no caput do artigo 1º será comemorada dentro das festividades do aniversário da cidade, sendo incluído no calendário oficial do Município.

Art. 2º Serão considerados Pioneiros Alcinopolenses, as famílias (desbravadoras) que aqui chegaram às décadas de 70 e 90, os quais habitam desde que iniciou a sua população em 08 de Outubro de 1.975, quando criou o distrito de Alcinópolis no município de Coxim, pela Lei nº 210 de 23/01/1981, até a data de emancipação de 22 de abril de 1.992, conforme a Lei nº 1.262-22/04/1992.

Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a promover eventos alusivos à data.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alcinópolis – MS, 08 de novembro de 2017.

DALMY CRISOSTOMO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO VI – Lei Nº 425/2017 Criação Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos”.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS



LEI Nº 425/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a criação da Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos” de Alcinópolis-MS e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criada a Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos” de Alcinópolis-MS, com finalidades, atribuições e organizações previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A Casa da Memória de Alcinópolis funcionará no prédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, situado na Rua Olegário Barbosa da Silveira, nº 1344, Bairro São Pedro, Município de Alcinópolis-MS.

Art. 2º Os objetivos da Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos” de Alcinópolis são os seguintes:

I - Desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória histórica, política, social e cultural de Alcinópolis-MS;

II - Constituir acervos documentais, bibliográficos e fotográficos relativos a Alcinópolis e a sua gente; (população, municípios, moradores);

III - Promover o conhecimento do patrimônio material e imaterial da Casa da Memória, no seu contexto sociocultural, histórico-econômico, geográfico e científico;

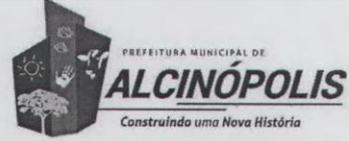
IV - Desenvolver e impulsionar experiências educativas adequadas aos diferentes tipos de aprendizagem e expectativas do público, por meio da realização de projetos de mediação socioeducativa, ateliês para grupos escolares, familiares e outros;

V - Contribuir na democratização do acesso a equipamentos culturais de qualidade;

VI - Promover e participar da elaboração e desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades relacionadas ao patrimônio material e imaterial de Alcinópolis-MS;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS



VII - Desenvolver e implementar formas de colaboração com outras instituições relacionadas com a formação profissional e a investigação científica e tecnológica relativas às suas áreas de foco, tanto em nível nacional como internacional.

Art. 3º A Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos” de Alcinópolis é unidade administrativa da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Art. 4º Será constituída Comissão, por meio de Decreto, para supervisionar e acompanhar as atividades da Casa da Memória “Sebastião Nairo Barcelos” de Alcinópolis.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Alcinópolis-MS, 08 de novembro de 2017.

DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA
Prefeito Municipal

MARCIA IZABEL DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO VII– Lei Nº 430/2018 Símbolo Arqueológico do Município de Alcinópolis.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS



LEI Nº 430 /2018

DE 08 DE MARÇÕ DE 2018

**“CRIA O SÍMBOLO
ARQUEOLÓGICO DO
MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS E
DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.**

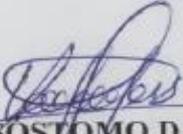
**O PREFEITO MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS –
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faço
saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu, sanciono e promulgo a seguinte Lei:**

Art. 1º - Cria o Símbolo Arqueológico Municipal de Alcinópolis – MS, a imagem "Deusa Mãe", nos moldes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Símbolo Arqueológico Municipal deve ser empregado em todas as imagens publicitárias e peças de comunicação visual.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Alcinópolis-MS, 08 de março de 2018.



DALMY CRISOSTOMO DA SILVA
Prefeito Municipal

Rua Maria Barbosa Carneiro, 633, Centro – (67) 3260-1127/3260-1187 - CNPJ 37.226.651/0001 – 04 - CEP. 79530-000 – Alcinópolis-MS
E-mail: gabinete@alcinopolis.ms.gov.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALCINOÓPOLIS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Anexo I

